

TCEPB

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARAÍBA

BIÊNIO 2013/2014



ARTE, CULTURA, CONHECIMENTO E CONTROLE: Uma aliança pela cidadania



INCENTIVO

ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E DOS RECURSOS DA SOCIEDADE

EDUCAÇÃO

CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO, EM PROL DA BOA GOVERNANÇA

CONTROLE

UNIÃO ENTRE ÓRGÃOS DE CONTROLE PARA A GARANTIA DA TRANSPARÊNCIA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO



T

C

E

P

B

SUMÁRIO



05

APRIMORAMENTO

Um compromisso
com os paraibanos



07

CULTURA

Centro Cultural
Ariano Suassuna
é inaugurado



17

ECOSIL

Missão pedagógica
pela boa gestão dos
recursos públicos



19

CAPACITAÇÃO

Concluído curso de
Aperfeiçoamento
em Administração Pública



23

CONTRAPONTO

TCE é palco
para o debate
da Revolução de 1930



27

AGILIZAÇÃO

Ação da Ouvidoria
aprimora interatividade
com cidadão



35

REPRESENTATIVIDADE

Representação em entidades do sistema de controle externo



42

CIDADANIA

Diálogo Público para incentivar controle social



50

INTEGRAÇÃO

TCE na coordenação do FOCCO-PB



52

CONTROLE EXTERNO

Pioneirismo na avaliação da qualidade e agilidade das ações



57

VOCÊ

Voluntários do Controle Externo



81

EDUCAÇÃO

A Corte de Contas na Universidade



TCEPB

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

FÁBIO TÚLIO FILGUEIRAS NOGUEIRA
Presidente

UMBERTO SILVEIRA PORTO

Vice-Presidente

FERNANDO RODRIGUES CATÃO

Corregedor

ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA

Presidente da Primeira Câmara

ANTÔNIO NOMINANDO DINIZ FILHO

Presidente da Segunda Câmara

ARNÓBIO ALVES VIANA

Coordenador da ECOSIL

ANDRÉ CARLO TORRES PONTES

Ouvidor

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Antônio Cláudio Silva Santos

Antônio Gomes Vieira Filho

Renato Sérgio Santiago Melo

Oscar Mamede Santiago Melo

Marcos Antônio da Costa

PROCURADORES

Elvira Samara Pereira de Oliveira

(Procuradora Geral)

Sheyla Barreto Braga de Queiroz

Subprocurador Geral (Primeira Câmara)

Isabella Barbosa Marinho Falcão

Subprocuradora Geral (Segunda Câmara)

Marcílio Toscano Franca Filho

(Procurador)

DIRETOR EXECUTIVO GERAL

Severino Claudino Neto

DIRETOR DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

Francisco Lins Barreto Filho

DIRETORA DE APOIO INTERNO

Dinancy Montenegro Do Nascimento

ASSESSOR TÉCNICO CHEFE

Ed Wilson Fernandes De Santana

Revista

TCEPB

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

João Pessoa, dezembro de 2014

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Ridismar Maraes (DRT-Pb 677)

Frutuoso Chaves (DRT-Pb 1232)

PROJETO GRÁFICO

João Damasceno (DRT-Pb 3982)

FOTOGRAFIA

Elias Félix/Arquivo TCE

FOTOS

Cacio Murilo



O Prêmio da Câmara

Nada nos ressalta tanto e tão bem a sensação do dever cumprido quanto o reconhecimento vindo de fora e expresso por entes não diretamente beneficiados por nossas ações. Caso contrário, a avaliação daquilo que realizamos poderia ser mero reflexo da gratidão.

Não foi assim, certamente, com o “Prêmio Transparência e Fiscalização – Categoria Governamental” concedido, há poucos dias, ao Tribunal de Contas da Paraíba, pela Câmara Federal, depois de proposto pelo deputado Hugo Motta.

O que ali se premiou foram os propósitos e resultados do “Diálogo Público”, a maratona de 7.594 quilômetros que empreendemos, desde o Litoral até os confins do Sertão, para estimular o exercício da cidadania e fazer de cada paraibano um fiscal do patrimônio e dos recursos da sociedade.

Assim o fizemos em encontros com estudantes, trabalhadores, servidores estaduais e municipais, profissionais liberais, donas de casa e chefes de família, nos diversos pontos do Estado, onde oferecemos as ferramentas e a parceria do Tribunal para o olhar vigilante da população sobre as gestões públicas.

Contamos, para tanto, com as indispensáveis participações de membros, procuradores e servidores do TCE então irmanados num único objetivo: ampliar os mecanismos do Controle Social.

Aceitamos a premiação da Câmara dos Deputados, honrados e envaidecidos, por entendê-la um reconhecimento dos que compõem o mais representativo dos Poderes Republicanos, pois escolhidos pela vontade popular.

Entendemos, por fim, que este Prêmio se tornou ainda mais valioso e importante por tomar o nome de um brasileiro probo e digno: o do ex-presidente Itamar Franco. Também, porque nos foi conferido em tão boa e envaidecedora companhia: a da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, que o recebeu na categoria de “Sociedade Civil” por seus meritórios, indispensáveis e inestimáveis serviços.



FÁBIO TÚLIO FILGUEIRAS NOGUEIRA
Conselheiro-Presidente do Tribunal de
Contas da Paraíba



APRIMORAMENTO E CONTROLE SOCIAL COMO META

Um compromisso com os paraibanos

TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA REVELA UMA HISTÓRIA DE AVANÇOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS EM QUE A SOCIEDADE É A GRANDE BENEFICIÁRIA

O processo de controle externo posto em prática no País tem no Tribunal de Contas da Paraíba um dos seus organismos mais ágeis e modernos. Há mais de uma década, quando sequer existiam as Leis da Transparência e do Acesso à Informação, já o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – O Sagres, cujo modelo é buscado por sucessivas Cortes de Contas brasileiras – expunha aos paraibanos as receitas, atos e gastos dos seus governantes e agentes políticos.

Essa história de evolução e perseverança tem sido reafirmada ao longo do tempo. Não foi diferente naquele 11 de janeiro de 2013, quando o Auditor João Agripino Filho, num de seus dias de maior superlotação, assistia à posse do novo quadro dirigente da Corte de Contas dos paraibanos.

Ali, o novo presidente, o conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, tomava posse do cargo que o tornaria responsável pelo comando de um órgão sob cuja jurisdição estavam 797 entes das administrações diretas do Estado e dos Municípios. Isso já significava a obrigação do exame de um orçamento público próximo de R\$ 20 bilhões, na ocasião.

Seu discurso conteve compromissos com a modernização do TCE, com a celeridade processual, com o estímulo ao controle social dos gastos públicos e com a permanente orientação aos gestores paraibanos.

Com ele também assumiam os novos postos, para o biênio 2013 e 2014, os conselheiros Umberto Silveira Porto (vice-presidente), Arthur Cunha Lima (presidente da 1ª Câmara), Antonio Nominando Diniz Filho (presidente da 2ª Câmara), Fernando Rodrigues Catão (corregedor), André Carlo Torres Pontes (ouvidor) e Arnóbio Viana (coordenador da Escola de Contas).

Em pronunciamento, na ocasião, o novo presidente do TCE afirmava o propósito de não interromper nem diminuir os passos de uma caminhada que já inscrevera o TCE na vanguarda do sistema brasileiro de controle externo.

“O Século 21 e as mudanças que nele se processam fazem-se sentir, com grande intensidade, no sistema jurisdicional e, evidentemente, no de controle das contas públicas. A sociedade não mais admite a lentidão processual, sobretudo acerca de questões que digam respeito à administração do seu patrimônio e dos seus recursos. Os olhares focados no sistema de controle externo tornaram-se, portanto, mais agudos e profundos”, dizia ele.

E prosseguia: “Felizmente, este é um Tribunal que se tem preparado a contento para o atendimento aos anseios populares num momento

- em que a pronta vigilância nunca se fez tão necessária à prevalência dos bons atos de gestão pública. A seu ver, esse preparo, rotineiro e ininterrupto, facilitaria a missão que dali em diante teria diante de si e que pretendia levar a bom termo valendo-se, para tanto, do aparelhamento, da excelência dos quadros funcionais e do corpo de julgadores do TCE.

CONTROLE SOCIAL – O presidente destacava, ainda, o propósito de estimular e favorecer o controle social, mecanismo ainda hoje por ele definido como “a capacidade de a população interferir nos atos de gestão pública, em benefício próprio”. A tarefa que teria pela frente o levaria a cuidar de ferramentas a serviço da transparência de atos e gastos públicos. Não somente do Sagres, mas, também, do Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos (Tramita) e dos Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação (IDGPB), desenvolvidos e aprimorados no TCE ao longo de sucessivas gestões.

Os gestores públicos paraibanos dele ouviam, mais do que uma promessa, um propósito que se confirmaria ao longo de sua administração:

“Todos terão um Tribunal parceiro e disposto à orientação. Faremos isso com apoio pleno e completo às ações da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira, a Ecosil de tantos e tão importantes serviços prestados à gestão pública e, por extensão, à sociedade paraibana”. E, ainda: “Terão os senhores um Tribunal como sempre interessado não em punir mas, antes disso, em contribuir para o aprimoramento dos modelos de gestão e governança. Um Tribunal desejoso da correta aplicação dos recursos públicos por entender que isso serve à eliminação das desigualdades e, em consequência, à justiça social. Um Tribunal, enfim, preocupado com o acerto e a qualidade de suas decisões”.

SAUDAÇÕES – Ao saudar o sucessor no comando do TCE, o conselheiro Fernando Catão fazia o balanço de seu período administrativo. Destacava a política de valorização dos servidores, as ações de transparências consolidadas na disponibilidade de informações à população, o programa de orientação aos gestores públicos e parcerias com organismos diversos, em meio aos quais o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual e a Procuradoria Geral do Estado.

Citava, ainda, encontros e seminários para discussão de temas relacionados, entre outros, aos setores de saúde e previdência social, além de parcerias com as Universidades Federal e Estadual da Paraíba e com o Unipê, estas últimas, com a intervenção da Escola de Contas, para a qualificação de quadros funcionais do Estado e Municípios. E fazia referência especial ao convênio com a UFPB de que decorreu o IDGPB, “ferramenta com a qual o cidadão também pode exercer seu papel fiscalizador”.



PÚBLICO ATENTO À MENSAGEM



ADVOGADO FÉLIX ARAÚJO FALANDO EM NOME DA OAB

O conselheiro Fábio Nogueira também era saudado pelo conselheiro André Carlo Torres Pontes (em nome dos pares), pelo procurador Marcílio Toscano Franca Filho (representando o Ministério Público de Contas) e, ainda, pelo advogado Félix Araújo Filho (que falou pela Ordem dos Advogados do Brasil).

A solenidade teve mesa composta pelo conselheiro Fernando Catão, pelo governador Ricardo Coutinho, pelo ministro das Cidades Aginaldo Ribeiro, pelo ministro Benjamim Zymler (presidente do TCU), pelo desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos (presidente do TJE), pelo procurador do TCE Marcílio Toscano da Franca Filho e, ainda, pelos senadores Cássio Cunha Lima e Vital do Rego, pelo deputado federal Ruy Carneiro (representante da Câmara Federal) e pelo deputado estadual Ricardo Marcelo (presidente da Assembleia Legislativa).

Também, pelo procurador geral de Justiça do Estado Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, pelo prefeito de João Pessoa Luciano Cartaxo, pelo presidente da Câmara Municipal Durval Ferreira Filho, pelo conselheiro Valdecir Fernandes Pascoal (representante da Associação dos Membros dos TCs do Brasil), pelo presidente da Seccional da OAB Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho, pelo diácono Hermano Guerra (representando o arcebispo dom Aldo Paggotto), pelo pastor Estevam Fernandes de Oliveira (presidente da 1ª Igreja Batista de João Pessoa) e pelo conselheiro José Marques Matriz (representando os conselheiros aposentados do TCE). **TC**

Centro Cultural Ariano Suassuna é inaugurado

O MAIS NOVO ANEXO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA CONTEMPLA E ESTIMULA AS ARTES E A CULTURA

Uma obra ergue-se, imponente, num dos mais conhecidos endereços do bairro de Jaguaribe, em João Pessoa. Exibe-se à admiração dos paraibanos no ponto onde a Rua Engenheiro Leonardo Arcoverde encontra-se com a Geraldo Von Sohsten.

Ali, durante anos a fio, funcionou a Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército, a Assex, com seu ginásio de esportes, sua piscina ampla, salão de baile, área para restaurante e bloco administrativo.

Na era de ouro dos clubes de bairros, a Assex congregava parcela expressiva da família pessoense quando da realização de eventos esportivos, jantares dançantes e bailes carnavalescos. A condição de entidade reservada aos militares não impedia o bom proveito de pessoas outras, ora convidadas pelos associados, ora adquirentes de ingressos.

A velha Assex, como tantas outras agremiações do gênero, não resistiu às mudanças do tempo e dos costumes que ditaram a falência dos bailes de fim de semana, dos saudosos carnavais e do conagração familiar nas manhãs e tardes dos sábados e domingos. Em razão disso, clubes maiores também tomaram, na cidade, o mesmo destino. Ou fecharam, a exemplo do Astréa, ou passaram a viver da terceirização de espaços e serviços, como o Cabo Branco. A Assex mudou de endereço. Trocou a estrutura grande e cara por outra, no mesmo bairro, compatível com esses novos tempos.

Quando na interinidade da Presidência do Tribunal de Contas, o então vice-presidente Fábio Nogueira tomava conhecimento de que o prédio e terreno assim desocupados haviam sido vendidos à iniciativa privada, em flagrante ilicitude, face ao desvirtuamento da finalidade que motivara, décadas atrás, a doação governamental a esse clube, o que ensejou imediatas providências visando a preservação do patrimônio público. Nesse sentido, o conselheiro Fábio Nogueira, fez gestão ao governador Ricardo Coutinho, para que o Poder Executivo desapropriasse a área, em favor do TCE, no que foi prontamente atendido.

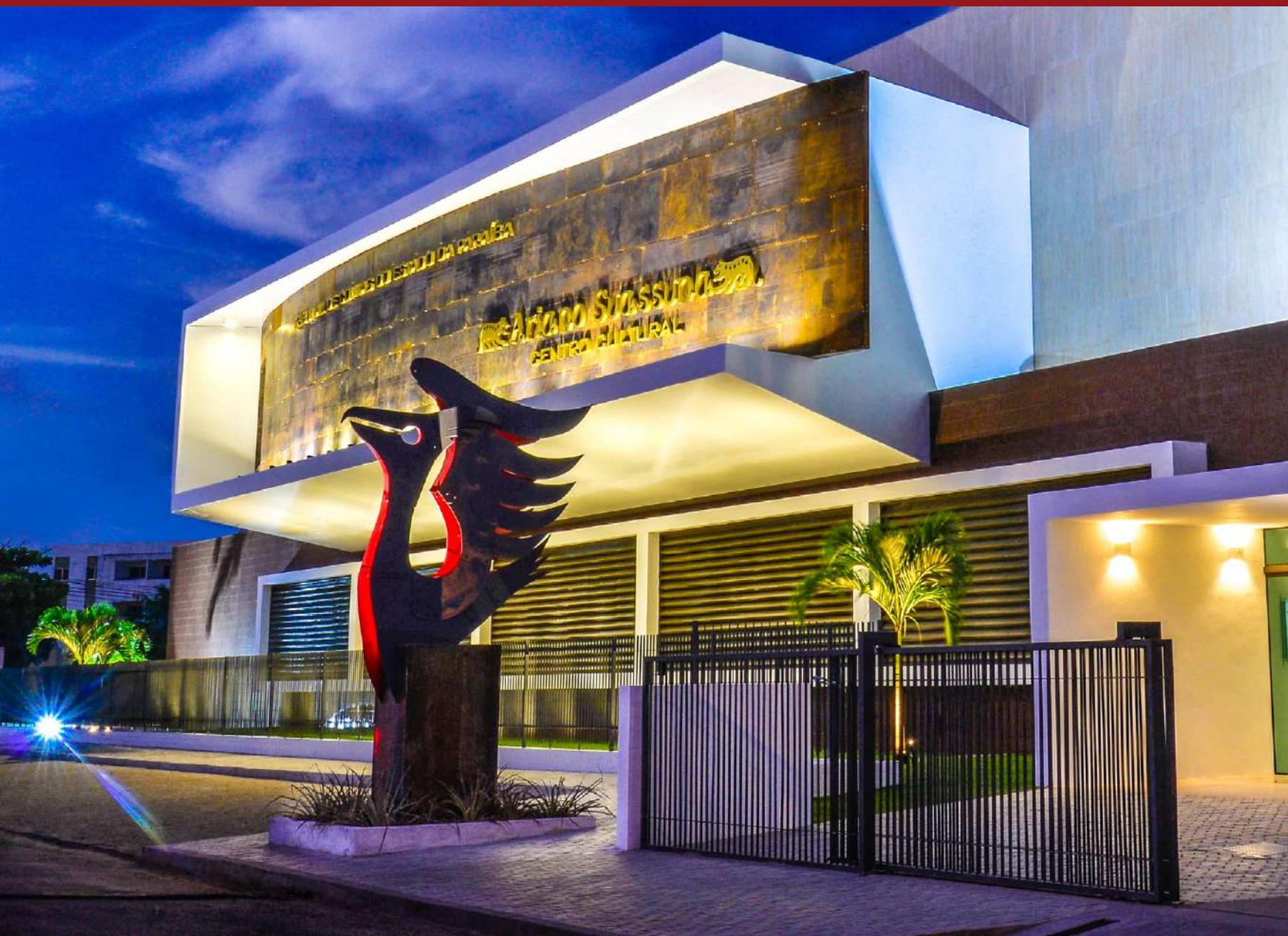


CONSELHEIRO FÁBIO NOGUEIRA E MINISTRO AUGUSTO NARDES NO DESENLAÇE DA FITA DO AUDITÓRIO



PRESIDENTE LADEADO PELA PASTOR ESTEVAM FERNANDES E PELO AECBISPO DOM ALDO PAGOTTO

A partir daí, num gesto de despreendimento e desejoso de contribuir com o processo de continuidade administrativa, o conselheiro Catão delegou àquele que o sucederia a condução de entendimentos com o governador Ricardo Coutinho dos quais resultaria a posse dessa área pelo TCE. Coube ao mesmo Catão, no segundo semestre de 2012, a pronta e oportuna licitação da obra. A partir daí, uma nova e surpreendente história passou a ser contada. ►



► **EXPANSÃO** - É preciso registrar que esse trecho de Jaguaribe não se fez frequentado, em décadas sucessivas, apenas por causa da Assex. Muro com muro, o Departamento Estadual de Trânsito atraiu à Rua Geraldo Von Sohsten, durante longo tempo, legiões de motoristas e proprietários de veículos em busca de licenças, emplacamentos ou carteiras de habilitação.

Mais à frente, o prédio do Tribunal de Contas do Estado também justificava a movimentação do local, inicialmente menor, mas hoje – 43 anos depois de ali instalado – à altura de um dos mais completos, ágeis e modernos entes do sistema brasileiro de controle externo.

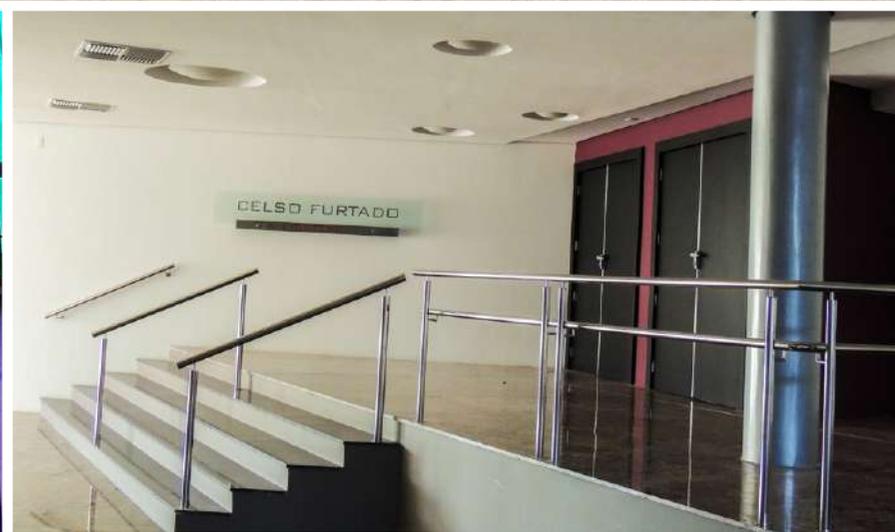
Pois bem, as necessidades de um Tribunal obrigado a crescer para o atendimento, hoje em dia, a 828 jurisdicionados e a zelar pelos recursos e o patrimônio da sociedade, motivaram o plano de expansão que já havia exigido a aquisição, modernização e ocupação das instalações e do terreno do Detran, onde um novo e espaçoso bloco de três andares foi edificado para abrigar os gabinetes e a Sala de Sessões. A providência iniciada em 2003 (na gestão do conselheiro Luiz Nunes) teve

conclusão em 2005 (na do conselheiro José Mariz) ao cabo de negociações com o Governo do Estado. Igualmente necessitado de maiores espaços, o Detran seria transferido pelo governador Cássio Cunha Lima para terreno e prédio mais amplos situados no bairro de Mangabeira.

Esta mais recente ampliação, agora concluída, beneficia, é bom frisar, não apenas a Corte de Contas do Estado, mas, também, todo o conjunto da sociedade.

A OBRA - O que então foi erguido no antigo terreno da Assex é uma edificação de aproximadamente 6 mil metros quadrados, ao custo final de R\$ 9,2 milhões, após incluídas intervenções urbanísticas adjacentes responsáveis pelo acréscimo de outros 2,5 mil metros quadrados de área trabalhada.

Todo o conjunto acomoda um Auditório com 426 poltronas, as novas dependências da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil) com quatro salas de aula e, em espaço também amplo, a Biblioteca Otávio de Sá Leitão, organismo do TCE de longa existência, e um Salão de Exposições. Tudo isso assenta-se ►



► sobre um Edifício-Garagem com dois pavimentos e capacidade para 170 veículos. Um Distrito Integrado de Segurança, então acrescido, anexa a esse projeto uma Delegacia da Polícia Civil, um Posto da Polícia Militar e outro do Corpo de Bombeiros, empreendimentos em favor da comunidade.

“Não nos descuidamos, em momento algum, do rigor e da eficiência na aplicação dos recursos para tanto alocados no nosso orçamento”, observa o presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira. O que ele afirma pode ser constatado no valor de R\$ 1.090,70 por metro quadrado, cifra obtida da divisão da área total pelo dinheiro nela investido.

O mobiliário desse novo e formidável anexo do TCE resultou de pregões presenciais amplamente difundidos. Além disso, todos os procedimentos referentes a essa construção (pagamentos, planilhas e fotografias das medições, termos aditivos e registros outros) compõem arquivos eletrônicos dispostos à consulta pública no link “Acompanhamento da Obra”, na Página do Tribunal (www.portal.tce.pb.gov.br).

Tribunal reverencia o talento e a obra de Ariano Suassuna, Celso Furtado e Lynaldo Cavalcanti.

► CONSELHEIRO FÁBIO NOGUEIRA LADEADO PELA FAMÍLIA SUASSUNA

TRÊS JUSTAS E MERECIDAS ESCOLHAS

Três das mais elevadas expressões dos meios acadêmicos – os paraibanos Ariano Suassuna, Celso Furtado e Lynaldo Cavalcanti – emprestam seus nomes e prestígio à obra doravante disposta pelo Tribunal de Contas do Estado à discussão e promoção dos grandes temas da economia, da ciência e da cultura. A um deles, o professor Lynaldo Cavalcanti, a Paraíba deve, em meio a tantas outras realizações, a expansão do ensino universitário e a implantação, em Campina Grande, da incubadora de empresas que deu origem ao Primeiro Parque Tecnológico do País. Os dois outros também dispensam apresentações.

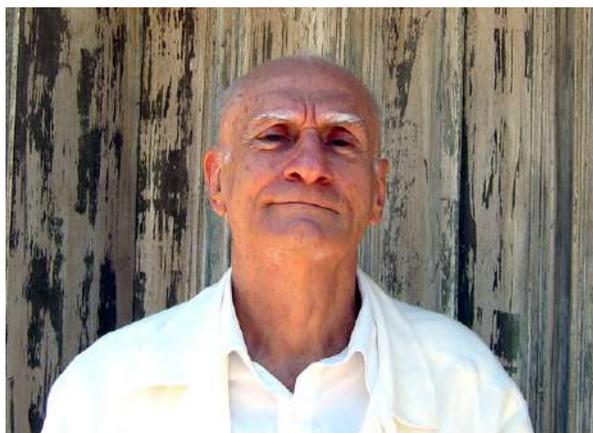
As escolhas dos nomes de Ariano para o Centro Cultural do TCE, de Celso para seu Auditório e de Lynaldo para o Salão de Exposições oficializaram-se com a Resolução Administrativa TC 06/2014, unanimemente aprovada na 2006ª Sessão Ordinária do Tribunal ocorrida em 8 de outubro deste ano.

ARIANO - O Brasil e, especialmente, a Paraíba perderam, em 2014, uma das mais fortes e legítimas expressões de sua cultura. A recente morte de Ariano Vilar Suassuna não enlutou apenas a alma brasileira. Tanto quanto isso abriu uma lacuna de difícil preenchimento nos meios artísticos e culturais em um País tão necessitado de suas lições de nordestinidade.

Em julho passado, a Corte de Contas dos Paraibanos associava-se às manifestações de dor de todos os brasileiros pela incomensurável perda. Lembrávamos, na ocasião, que Ariano não se fez grande e valoroso apenas em razão do talento pessoal com que deu cores, vida e fôlego a figuras valiosas e inesquecíveis da literatura e da dramaturgia nacionais. E que assim também não se fez pela promoção, unicamente, dos valores históricos e culturais do Nordeste brasileiro.

Isso, por maior que tenha sido a importância de suas iniciativas a exemplo do Movimento Armorial, o bem sucedido propósito da construção de uma arte erudita a partir de elementos da cultura popular. “Pernambuco, que em certo tempo o acolheu de melhor forma, após os lamentáveis acontecimentos dos anos de 1930, bem o sabe. Foi e é testemunha viva da ressonância das criações de Ariano nos campos da literatura, teatro, música, dança e artes plásticas”, acentuávamos em nota do mais profundo pesar.

Em seu lamento, este Tribunal também não esquecia a influência do Movimento Armorial nos traços de uma nova arquitetura. Mas observava que a dimensão de Ariano Suassuna podia ser avaliada, sobretudo, pela promoção da alma nordestina, pelo apego irreparável aos modos, aos hábitos,



ARIANO SUASSUNA, A IDENTIDADE DO CENTRO CULTURAL



CELSO FURTADO, EMPRESTA SEU NOME AO AUDITÓRIO



LYNALDO CAVALCANTI, HOMENAGEADO NO SALÃO DE EXPOSIÇÕES

à fala e ao sotaque da gente simples do interior; de onde ele extraiu os seus heróis, os personagens que encantaram e encantam o mundo.

A destinação de seu nome ao empreendimento cultural que agora dispomos à sociedade paraibana não deixa de ser um pálido reconhecimento à enormidade do talento e dimensão do autor de obras como “Auto da Compadecida”, “O Romance d’A Pedra do Reino” e “O Príncipe do Sangue do Vai e Volta”. Mas é o que temos, ao nosso alcance, para reverenciar o gênio criador e a figura humana extraordinária e incomparável de Ariano. ▀

PARCEIROS SÃO HOMENAGEADOS

- **CELSO** - O paraibano Celso Furtado, a quem os mais importantes centros acadêmicos do mundo rendem justas e sucessivas homenagens, inscreve-se na relação dos brasileiros mais reconhecidos e aclamados.

Seu pensamento e suas obras compõem um acervo riquíssimo do qual se valem os estudiosos do processo de formação econômica do Brasil. Mas não é menor a sua importância para a compreensão dos fatores do subdesenvolvimento em escala universal.

Este filho de Pombal, já no início dos anos de 1950, integrava, no Chile, a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o organismo da Organização das Nações Unidas que logo figuraria como um centro continental de debates políticos e econômicos.

No Brasil, ainda na década de 1950, presidiria o grupo misto Cepal/BNDES responsável pelo estudo que serviu de base para o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, em cujo transcurso implantaria e conduziria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

O Governo de João Goulart o teve no primeiro Ministério do Planejamento do País, ocasião em que idealizou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro, instrumento para o controle do déficit público e contenção do processo inflacionário. O ano de 1963 o teve de volta à Superintendência da Sudene, fato de que resultou a criação e implantação da política de incentivos fiscais para investimentos na Região.

Em 1964, o Ato Institucional nº 1, o primeiro golpe do regime ditatorial contra o processo democrático, furtava-lhe os direitos políticos privando a Nação de seus inestimáveis serviços e ensinamentos.

O Chile o abrigou, convidado que fora a assumir o Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (Ildes). Em setembro do mesmo ano, mudava-se para New Haven, nos Estados Unidos, a fim de assumir o cargo de pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale.

A partir daí, centros acadêmicos de partes diversas do mundo passaram a contar com sua presença e sua valiosa contribuição. Que o digam, por exemplo, as Universidades de Sorbonne, Cambridge, Columbia, a American University e, em Paris, a École des Hautes Études em Sciences Sociales. A riqueza de seu pensamento, a profusão e o valor de suas obras estão demonstrados na consulta promovida, ininterrupta e diariamente, nos mais diversos recantos do planeta.

No início de 1980, filiou-se ao Partido Democrático Brasileiro e, cinco anos depois, participou da Comissão do Plano de Ação do Governo Tancredo Neves, depois do que foi nomeado embaixador



JORNALISTA LUIZ TORRES RECEBE COMENDA PELO GOVERNADOR RICARDO COUTINHO



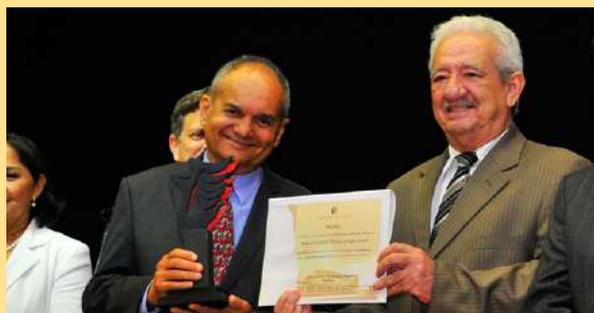
MINISTRO AUGUSTO NARDES, PELAS PARCERIAS



CONSELHEIRO FERNANDO CATÃO, PELO APOIO



DEPUTADO HUGO MOTA, PELO ESTÍMULO AO CONTROLE SOCIAL



PRÓ-REITOR DE CULTURA DA UEPB, CHICO PEREIRA, PELOS PROJETOS E IDEIAS



EXPEDITO ARRUDA, PELO TALENTO E DEVOÇÃO

do Brasil na Comunidade Comum Europeia. Foi, também, de 1986 a 1988, ministro da Cultura do Governo de José Sarney, quando criou a primeira legislação de incentivos fiscais à cultura. Em resumo, é a este paraibano que tanto orgulha e engrandece sua terra e sua gente que propomos a presente homenagem.

LYNALDO – O Janeiro de 2011 foi particularmente doloroso para a família paraibana. Foi a data em que o falecimento do professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque deixou na orfandade os meios culturais e acadêmicos da Paraíba, sobretudo estes.

Poucos personagens terão feito tanto e tão bem pelo progresso e pelo desenvolvimento de sua terra quanto este homem a quem todos devemos a criação do primeiro Parque Tecnológico do País (a incubadora de empresas instalada em Campina Grande) num momento em que presidia o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq, então vivendo um dos seus mais operosos e promissores momentos.

Neste mesmo cargo, Lynaldo Cavalcanti promovia os esforços dos quais resultaria a criação, pelo Brasil, de Secretarias Estaduais e Municipais de Ciência e Tecnologia. Foi um abnegado condutor da ciência e da pesquisa.

Poucos, como ele, procuraram fazer uso da educação, da tecnologia e da ciência como veículos indutores do desenvolvimento social. Assim o demonstra sua rica trajetória e suas inúmeras realizações. A ele, a Campina Grande que lhe serviu de berço deve – ainda quando secretário municipal de Obras – empreendimentos a exemplo do Terminal Rodoviário Cristiano Lauritzen, o Mercado Público da Liberdade, a Praça do Trabalho e grupos escolares diversos. E mal havia obtido o diploma acadêmico.

Tornaram-se icônicas e proffcuas suas passagens pela Universidade Regional do Nordeste (a atual Universidade Estadual, com sede em Campina Grande) e pela Universidade Federal da Paraíba. Seu incentivo aos organismos de pesquisa e suas ideias para o setor terminariam por influir na criação da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica.

Além disso, os esforços bem sucedidos para a interiorização do ensino superior a ele confere, com todas as honras e méritos, o posto de defensor ardoroso da educação, da tecnologia e da ciência como ferramentas para a promoção do ser humano e, coletivamente, para o bem estar da sociedade. Não é à toa que Lynaldo Cavalcanti continua a ser, nos dias de hoje, uma referência na luta pela inovação tecnológica e científica, em escala nacional.

O empréstimo de seu nome, do modo então proposto, tanto quanto engrandece o Tribunal de Contas da Paraíba, serve ao reconhecimento do quanto a Paraíba e o País ainda lhe deve em revelências e homenagens. **TC**

PARCEIROS SÃO HOMENAGEADOS



SEVERINO CLAUDINO, PELA ATENÇÃO AO PROJETO



ED WILSON, PELA CONSTANTE PRESENÇA



CEL. ROSINALDO, PELA DEDICAÇÃO E ESFORÇO



EDUARDO CAVALCANTI, PELA CONTRIBUIÇÃO PERMANENTE



ANA CRISTINA, PELA DEDICAÇÃO E EMPENHO



LUCIANO ANDRADE, PELO PROFISSIONALISMO E ZELO

Boa parceria

PROGRAMAÇÃO DO CENTRO CULTURAL ARIANO SUASSUNA NASCERÁ DE CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Uma respeitada Universidade Pública vai cuidar da programação de eventos para o Centro Cultural Ariano Suassuna. E não apenas isso: também estará encarregada de supervisionar a montagem e execução de projetos artísticos e culturais dos quais será a sociedade paraibana a grande beneficiária.

Parceira em tantas outras realizações, a exemplo dos cursos de nível acadêmico destinados ao aprimoramento de gestores e servidores do próprio TCE e organismos jurisdicionados, a Universidade Estadual da Paraíba abraça, desse modo, mais esta boa causa.

Os termos da nova e proveitosa parceria estão definidos, formalmente, em convênio celebrado pelo presidente do Tribunal, conselheiro Fábio Nogueira, e pelo reitor da UEPB, professor Antonio Guedes Rangel Júnior. Trata-se de dispositivo amparado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Espetáculos musicais e teatrais úteis à formação cultural dos diversos segmentos da sociedade e, notadamente, do público estudantil, lançamentos literários, exposições de artes plásticas, ou discussões de temas vinculados à história, ao folclore e à identidade da Paraíba e sua gente, tudo isso é objeto do acordo que tem vigência de dois anos.



REITOR RANGEL JÚNIOR ASSINA CONVÊNIO DE PARCERIA

Além de oferecer as condições físicas para que a difusão das artes e da cultura tenha, aqui, um dos seus espaços mais proveitosos, confortáveis e amplos, o Tribunal de Contas ainda se fará representar num Conselho de Cultura responsável pela programação de todos os eventos. A participação da Universidade neste mesmo grupo ocorrerá, então, com direito à voz e voto.

O convênio em questão também estabelece que as despesas resultantes da execução do programa do Centro Cultural Ariano Suassuna podem ser assumidas por ambos os parceiros. A fonte dos recursos, quando for o caso, estará nas dotações orçamentárias de cada um dos dois parceiros.

Isso pode envolver o custeio de projetos de instalação, montagem, adequação técnica e estética de alguns dos eventos que o Tribunal de Contas do Estado e a Universidade Estadual da Paraíba disporão ao melhor proveito do conjunto da sociedade. ■



PRÓ-REITOR DE CULTURA DA UEPB PROFESSOR CHICO PEREIRA É MEMBRO DO CONSELHO



Escultura harmoniza com leveza do traço arquitetônico

EXPEDITO DE ARRUDA É AUTOR DO PROJETO ARQUITETÔNICO DO CENTRO CULTURAL ARIANO SUASSUNA

Expedito de Arruda, pernambucano da cidade de Custódia, autor do projeto arquitetônico do Centro Cultural Ariano Suassuna, é arquiteto pela Universidade Federal de Pernambuco (1974) e radicado em João Pessoa desde o final dos anos 70, onde tem marcado presença relevante no âmbito da arquitetura paraibana com projetos que até hoje permanecem atuais no processo de desenvolvimento urbanístico.

Autor de obras instigantes e contemporâneas, tem também atuado como urbanista. É sempre antenado com a importância de adequação do projeto arquitetônico às características do lugar, principalmente suas condições climáticas e físicas. Muito do que utiliza em seus projetos deve à convivência com mestres como Acácio Gil Borsoi, Vital Pessoa, Delfim Amorim, Armando de Holanda, Reginaldo Esteves e Wandekolk Tinoco. Sempre incorpora ao seu trabalho soluções diferenciadas e inovadoras. Como exemplo, criou o Centro Empresarial Atrium, uma referência arquitetônica de prédio comercial na cidade de João Pessoa, por sua volumetria fragmentada e a cor de rosa na fachada.

ACAUÃ

Alegoria do artista Wilson Figueiredo que adorna a fachada do edifício. Obra baseada em desenhos do próprio Ariano Suassuna que ilustram o poema Acahuan, síntese poética da própria biografia do artista. Peça confeccionada em metal pintado, colocada sobre pedestal revestido com chapas de ferro sem tratamento, com vegetação típica do Sertão nordestino – macambira - em sua base, conjunto que remete ao universo da obra de Ariano.

A alegoria serve também a “Comenda Ariano Suassuna”, criada pelo TCE para homenagear personalidades que se destacaram ou que prestaram relevantes serviços à cultura paraibana.

Wilson Figueiredo é natural de Patos, pintor, escultor e desenhista. Em 1973 se mudou para João Pessoa. Depois que se aposentou da antiga Saelpa em 1998, ingressou no curso de pintura do Centro de Artes Visuais Tambiá, quando passou a buscar novas técnicas. Começou sua atividade artística em 2006 no Casarão dos Azulejos, em João Pessoa. Em sua trajetória, tem participado de inúmeras exposições e se especializado em peças escultóricas de ferro de grandes dimensões.



JORNALISTA EXPRESSA OPINIÃO SOBRE CENTRO CULTURAL OUTRAS AVALIAÇÕES SEGUEM LINHA DE PENSAMENTO

O presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Fábio Nogueira, na fase de acabamento da obra do Centro Cultural Ariano Suassuna, recebeu diversas expressões das artes, da cultura e do jornalismo em visitas ao complexo. Alguns avaliaram o equipamento em artigos publicados em jornais e blogs. Um deles foi escolhido para compor este espaço: Gonzaga Rodrigues. Além da ascendência da decania, o jornalista manifestou uma opinião que não diverge das demais.

COISA DE ARIANO

Não deu pra notar que haviam sumido com o Clube dos Sargentos, reduto esquecido de antigos carnavais, esconderijo baldio de fantasmas há muito desaparecidos.

É difícil você não notar uma construção, salvo na selva fechada de espigões da cidade litorânea.

Passo sempre ali em demanda do Laureano, da feira verde e sempre fresca de Jaguaribe, e algumas vezes do Tribunal de Contas, e nunca cheguei a notar a mais discreta mudança.

Pois bem. Convidam-me para conhecer o novo Centro Cultural Ariano Suassuna, anexo ao TCE, e aí já vai se descortinando a obra. Coisa de romancista armorial, de história fantasiosa do vezo arianista.

Num abrir e fechar de olhos, o que era galpão em sossegado abandono, alonga-se numa radiante e ampla galeria para exposições, que se destampa, a bom espaço, para um auditório de 420 lugares, a meia lua do palco, aberto a conferências, atos solenes e espetáculos de arte e cultura. Tudo na medida grande, mas sem exagero.

Celso Furtado, único grande pensador paraibano de recorrência mundial, até agora sem praça nem beco, somente lembrado por uma placa no auditório da Academia Paraibana de Letras, batizará o auditório; Lynaldo Cavalcanti, a galeria e Octávio de Sá Leitão a biblioteca.

Pareceu-me ser convidado para um encontro preliminar a qualquer coisa ou projeto



JORNALISTA GONZAGA RODRIGUES E CONSELHEIRO FÁBIO NOGUEIRA

e até me preparei para, no caso de alguma sugestão, aticar o poderoso prestígio do Tribunal na defesa de nossas festas de raiz popular, como os caboclinhos, o pastoreio, o bumba-meu-boi, a Catarineta, ludismo que a cultura portátil do smartfone e dos tablets não puxa para as suas telas.

Quando entrei, tomei um gole de água e respirei, já fui me vendo flutuar na nave de efeito Sputnik, lançada, surpreendentemente, pelo jovem presidente Fábio Nogueira. É de homens como ele que o resgate arquitetônico do Ipase e a instalação do Museu Histórico da Paraíba estão esperando.

Ao núcleo principal do Centro vem se agregar a Escola de Contas, com quatro salas de aula, além da biblioteca já mencionada. Dispõe de garagem para 170 veículos e de um distrito integrado de segurança, com policiais civis e militares e bombeiros permanentes.

A gestão será compartilhada com a UEPB, que cuidará da programação de eventos e da administração.

QUEM VISITOU: William Costa, Fernando Moura, Naná Garcez, Aline Lins, Gonzaga Rodrigues, Chico César, Jessier Quirino, Joaquim Osterne Carneiro, Alex Santos, Milton Figueiredo, Rubens Nóbrega, Wills Leal, Evandro da Nóbrega, Carlos Aranha, Laerte Cerqueira e Ricardo Anísio. **TC**

Tribunais de Contas: da cultura do poder ao poder da cultura

No Brasil, os Tribunais de Contas tem um semblante sisudo e de pouca irradiação. É que a sua gramática de criação, organização e de responsabilidades funcionais impinge-lhes parâmetros de funcionamento pautados no que tradicionalmente se convencionou chamar de “rigor da lei”. Para exacerbar ainda mais este enquadramento, a ideia equivocada de que onde a lei impera, os sentimentos somem, perlustra fortemente a sociedade brasileira. Semelha razoável pensar que advém daí a percepção da imagem deformada de Cortes de Julgamento despossuídas de conteúdos estéticos e impermeáveis às teias da sensibilidade humana. Permito-me afirmar que “...assim como navegar é preciso”, desconstruir esta imagem também o é! Por esta razão, em visita ao Tribunal de Contas da Paraíba, tomo conhecimento que seu atual Presidente, Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, com o apoio de seus pares, assume lúcida e encomiástica iniciativa para corrigir esta visão. E o faz com adequada discrição. Afinal, como ensina provérbio francês, quem faz boa música, não faz alarde com o ensaio! Refiro-me à criação de espaço dinâmico de múltiplas faces, destinado a hospedar atividades sócio-culturais multifocais, como auditório, Escola de Contas, ambientes para exposições de artes visuais e de acervos esculturais e biblioteca. Tudo isto posto à disposição da sociedade paraibana, sob a orientação da Pro-reitoria de Assuntos Culturais da Universidade Estadual da Paraíba. Uma parceria criativa e com forte poder de fecundação no horizonte da responsabilidade social e de uma pedagogia coletiva. Ainda, há um braço estendido de área física, com serviços de segurança e de apoio institucional circunscrito.

De praxe, os Tribunais de Contas são instituições carregadas de formalismos e, aparentemente, insensíveis às formas plásticas da vida. Mas... haverá vida sem cultura? O que é esta senão fonte de cognição da humana natureza e manancial de construção de sentido?

Na sociedade do conhecimento, a cultura institucional precisa estabelecer canais de interlocução com outras formas de expressão cultural. No caso dos tribunais, é socialmente relevante que os traços impositivos e comuns dos sistemas de normas, funcionalidades e valores da agenda institucional ponham-se em diálogo e interatividade com formas usuais de expressão cultural e de reconhecida importância simbólica. Assim, produzir ambientes institucionais de cultura significa elastecer os espaços de protagonismo da cidadania. Mais do que isto: significa reelaborar o sentido de transparência, “abrindo janelas ao mundo”, como ensina a

Unesco. A cultura e as artes são territórios de utopias emancipadoras. Postas em moldura de institucionalidades, realizam tarefas comunicativas agregadas e vinculam-se a processos de permuta de representações de criatividade da sociedade e de suas instituições.

Aqui, não se trata de contrapor conceitos novos aos que já se encontram solidamente estabelecidos, mas de potencializar energias institucionais existentes, aproximando, cada vez mais, o Tribunal de Contas do Estado da própria sociedade paraibana.

As linguagens institucionais e culturais encorpam o crivo impositivo da condição humana. Precisam, por isso, de canais de interlocução no palco dos diferentes ecossistemas cognitivos, do qual fazem parte Estado, Lei e Cultura. Na sociedade em rede, tudo está interligado e as conexões ocultas de que nos fala CAPRA são fontes de produção de processos de descolonização de ideias no modo algo limitado de perceber a realidade como uma totalidade e com alto poder de germinação. A forma canônica de enxergar o cotidiano das instituições nos priva, muitas vezes, de compreender que a beleza e a cultura precisam irromper os quadros habituais de recepção da ARTE, com a valorização do espaço-tempo institucional múltiplo. Por tudo isto, vale buscar compreender o sentido profundo da proposta do TCE da PB, que visa a ultrapassar a perspectiva estática e essencialista de cultura, vista, muitas vezes, como um conjunto mais ou menos definido de características atribuídas a grupos seletos da sociedade e às pessoas que alguns consideram a eles pertencerem. Tal visão é predominante no imaginário da sociedade e de instituições. Isto nos leva a categorizar pessoas segundo atributos de exclusão.

A iniciativa do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba tem a dimensão sócio-pedagógica de rebaixamento de visões equivocadas das Cortes de Julgamento e contribui, assim, para fazer-se plural em si mesma, como sugere Fernando Pessoa: “Sejamos plurais como o universo!”.

Enfim, a Presidência do TCE/PB, traduzindo uma percepção colegiada, ajuda a sociedade paraibana a aprofundar a ideia de pós-modernidade, assentada na concepção de universo como totalidade visceralmente heterogênea e plural e, por isso, não apenas legal e técnica, mas também comunicacional e sensível.



MOACI CARNEIRO

Professor Doutor em Educação e Desenvolvimento pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris, e Consultor Sênior de Organismos Nacionais e Internacionais na área de educação e sociedade.



Escola de Contas Otacílio Silveira

EM MISSÃO PEDAGÓGICA PELA
BOA GESTÃO DOS RECURSOS
PÚBLICOS ECOSIL SUPLANTA META

A Escola de Contas Otacílio Silveira, sob direção do conselheiro Arnóbio Alves Viana, suplantou a meta estabelecida, para o ano de 2013, em sua missão precípua de promoção do aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, e pessoal, de servidores para o acompanhamento, controle e fiscalização da gestão dos recursos públicos. Alcançar um universo de 1.500 pessoas era a previsão inicial; esse número, no entanto, se elevou para 1.853.

O número de eventos de orientação aos jurisdicionados, subiu, de uma previsão inicial de quatro, para cinco. Esses 1.853 servidores, ou agentes públicos dos jurisdicionais municipais e estaduais, receberam treinamento em cursos voltados à operacionalização do Sistema de Georreferenciamento; à Metodologia de Envio dos Dados referentes a Concurso Público – Pro-

cesso Eletrônico; de Contratos de Programa de Saneamento Básico; Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública; de Envio no Novo Sistema de Licitações Contratos e Aditivos.

O Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública foi uma reedição de programa similar, executado de maneira exitosa em 2008, com o propósito de capacitar servidores públicos municipais, das áreas de planejamento, assessoramento e controle de gestão, em busca da excelência do serviço público. Com uma carga horária de 232 horas, uma grade curricular de nove disciplinas e um público alvo de 50 servidores das prefeituras e das Câmaras Municipais, o curso foi encerrado em 2014 (leia matéria completa na pag. 18)

Para o atendimento aos jurisdicionados, em 2013, o Tribunal de Contas firmou convênio com a Universidade Estadual da Paraíba. Frutos dessa parceria, estão em andamento o Curso de Graduação em Administração Pública à distância e cursos de especialização, na modalidade Ensino à Distância, em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal. ▀

► Outro evento importante, realizado em 2013, destinava-se à orientação de agentes políticos, recém empossados nos cargos de prefeito ou de presidentes das Câmaras Municipais, além de assessores das prefeituras, sobre as boas práticas de gestão e aplicação dos recursos públicos. O Encontro de Gestores Públicos Municipais reuniu 711 pessoas.

Um treinamento para a utilização do SAGRES online foi ministrado em Cabedelo. Dentro do calendário de atividades da Ecosil houve, ainda, uma audiência pública sobre Mobilidade Urbana (leia matéria completa na pag. 46)

Integrante do público alvo da Ecosil, os servidores do Tribunal de Contas da Paraíba recebem treinamento com vistas à efetividade do processo de fiscalização dos recursos da sociedade. Os cursos oferecidos: Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos da Paraíba; Sistema Auditor; Sistema Monitor; SAGRES – Módulo Relatório; Gestão de Resíduos Sólidos com Enfoque nos Custos dos Serviços de Limpeza Urbana; Lei Complementar 141/2012 - Lei da Saúde.

Nesse contexto, em que se confirmou a participação de 638 servidores do TCE-PB, ainda se incluíram os cursos de Auditoria Governamental à Distância; Normas de Auditoria Governamental; Registro de Preços Análise e Avaliação de EIA/RIMA; Oficina de Procedimentos de Auditoria; A Linguagem e suas Normas – Módulo I – Concordância; A Linguagem e suas Normas – Módulo II; Melhores Práticas de Gestão, etc.

MINISTÉRIO PÚBLICO – um treinamento específico foi destinado aos membros da Procuradoria Geral de Justiça da Paraíba. Membros do Ministério Público se familiarizaram com o Sistema Eletrônico de Tramitação Processual - TRAMITA e com o Sistema Indicadores dos Gastos Públicos em Educação – IDGPB. O objetivo imprimir celeridade à atuação dos promotores, por ocasião de denúncias à Justiça, contra malversadores do patrimônio ou dos recursos da sociedade. Foram registradas 84 participações. (matéria completa na pag. 57) **TC**



AÇÕES SÃO DIRECIONADAS À CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS, SERVIDORES DO TCE E AOS INTERESSES DOS CIDADÃOS PARAIBANOS



Concluído curso de aperfeiçoamento em administração pública

CARLOS MARTINS LEITE RECEBE HOMENAGEM NO TÉRMINO

O Tribunal de Contas da Paraíba promoveu a solenidade de encerramento do Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública ministrado pela Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil) e do qual participaram servidores vinculados às áreas de planejamento, assessoramento e controle das gestões de recursos de 21 Prefeituras Municipais.

Inscrito no programa de capacitação de quadros para a gestão pública – ação desenvolvida pela Ecosil em benefício de todo o conjunto da sociedade, como explicou o presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira – o curso teve duração de um ano e aulas a cargo de orientadores do próprio Tribunal que também são, em vários casos, professores de universidades paraibanas.

HOMENAGEM - Parainfada pela procuradora Sheyla Barreto Braga de Queiroz, a turma de concluintes recebeu o nome do ex-procurador geral do TCE Carlos Martins Leite, que deixou o cargo em 2002, ao completar a idade de 70 anos.

Bacharel em Direito pela UFPB, o procurador

aposentado do TCE ocupou funções de grande importância na vida pública e administrativa da Paraíba. Foi promotor de Justiça com atuação na Comarca de Alagoa Nova, procurador do Estado, delegado da Ordem Política e Social, presidente do Instituto de Previdência (Ipep) e assessor jurídico do Governo de Ivan Bichara Sobreira.

A solenidade teve pronunciamentos do presidente Fábio Nogueira, do ouvidor André Carlo Torres Pontes (representando o coordenador da Ecosil, conselheiro Arnóbio Viana), da subprocuradora geral Sheyla Barreto Braga de Queiroz, do ex-procurador Carlos Martins Leite e do orador da turma João Correia Lira Netto.

MISSÃO RELEVANTE - O conselheiro Fábio Nogueira apontou o aperfeiçoamento de servidores e agentes públicos como uma das mais importantes missões do TCE. “Muitos imaginam que esta Corte apenas se dedica a punir os atos contrários à lei e ao interesse público. Fazemos mais do que isso. Desenvolvemos uma missão não menos relevante de orientação e preparo para a boa governança”, explicou.

Lamentou não haver tido a oportunidade da convivência pessoal com Carlos Martins Leite, mas destacou que, ainda assim, pôde aprender muito em decorrência da leitura de antigos

- pareceres por ele emitidos quando em atividade no corpo do Ministério Público de Contas.

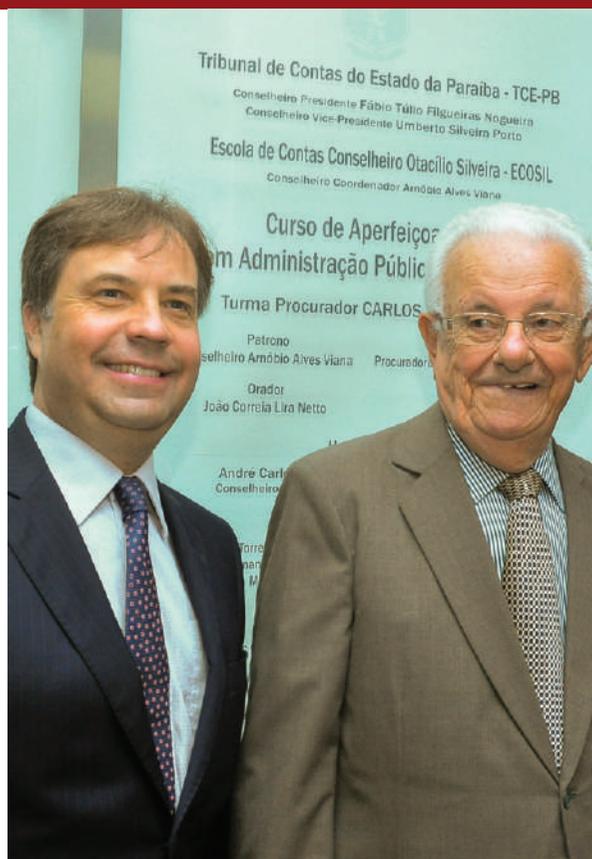
Em seu pronunciamento o conselheiro André Carlo Torres Pontes, ouvidor do TCE e professor da Ecosil, falou com emoção do ex-procurador geral. Lembrou que, ao ingressar nos quadros do Ministério Público, em 1997, encontrou em Carlos Martins Leite palavras de orientação e carinho. “Trata-se de um professor nato, genuíno, porque ministra lições de vida. Seus cabelos brancos falam de seus vastos conhecimentos e experiência”, disse.

O ouvidor do TCE reconheceu os esforços dos formandos e a eles dirigiu palavras de incentivo: “Vocês são pessoas que sonharam, se dedicaram e completaram mais uma etapa de vida. Agora, são profissionais da gestão pública. São colaboradores e partícipes de um novo tempo”, disse.

VANGUARDA - Madrinha da turma, a sub-procuradora geral Sheyla Barreto Braga de Queiroz lembrou que o Tribunal de Contas da Paraíba ocupa, nacionalmente, posição de vanguarda no sistema de controle externo. Enumerou avanços como os da criação de ferramentas a exemplo do Sagres, Tramita, IDGPB e Mural das Licitações dispostas, igualmente, à sociedade.

Observou que os formandos venceram pequenas batalhas com sacrifícios pessoais e perdas de contatos mais estreitos com a família. “Vocês dão prova a esta madrinha de que não foi de balde, não foi em vão o esforço aqui desenvolvido”, acentuou.

Carlos Martins Leite falou da honra de emprestar o nome à turma de concluintes do Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública. “A homenagem cresce em significação, pois emanada de uma entidade conhecida pelo padrão de eficiência. É o coroamento de uma



PRESIDENTE DO TCE COM O HOMENAGEADO CARLOS MARTINS LEITE

vida. As referências feitas a mim conferem o entendimento de que elaborei, acertadamente, minha conduta e minhas escolhas”, afirmou.

Coube ao orador da turma João Correia Lira Neto a última fala. “Não é o fim de uma jornada, é um novo começo. Os senhores contribuíram demais com o nosso progresso e passaram a ser referências para cada um de nós. Plantaram sementes que irão germinar”, concluiu.

A solenidade de diplomação teve mesa composta pelos conselheiros Fábio Nogueira, André Carlo Torres Pontes e Antonio Carlos Escorel (em nome dos membros aposentados do TCE, pela procuradora Sheyla Barreto Braga de Queiroz, pelo homenageado Carlos Martins Leite e pelo formando João Correia Lira Neto. **TC**



CONCLUINTES REUNIDOS EM FOTO OFICIAL



ENCONTRO REUNIU GESTORES DE TODA A PARAÍBA

Preparação para a boa governança

GESTORES PÚBLICOS E EQUIPES TÉCNICAS RECEBERAM ORIENTAÇÃO PARA A APLICAÇÃO CORRETA DOS RECURSOS DA SOCIEDADE

Durante quatro dias, em março de 2013, o Tribunal de Contas da Paraíba reuniu prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais, recém empossados nos cargos, além de suas equipes técnicas, para apresentar as diversas ferramentas, programas e procedimentos disponibilizados pelo TCE-PB para a execução correta das despesas públicas, com vistas à boa governança.

No Encontro de Gestores Públicos Municipais, o conselheiro Fábio Nogueira anunciava que a sua gestão seria pautada pelo caráter pedagógico. “Os gestores receberão orientação para que zelem pelo erário, a fim de aplicá-lo da melhor forma, ou seja, em prol do fortalecimento da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da população”.

Ele ressaltou o interesse do TCE em contribuir para o aprimoramento dos modelos de gestão e governança. O conselheiro disse que o Tribunal não tem interesse em punir, “ao contrário, vislumbramos a correta aplicação dos recursos públicos por entender que isso serve à eliminação das desigualdades e, em consequência, à justiça social”.

O conselheiro Arthur Cunha Lima, presidente da 1ª Câmara Deliberativa, também participou do evento e manifestou-se acerca da iniciativa: “esta é uma Casa aberta e este é um Tribunal interessado em quebrar as barreiras da intimidação”.

Com esse pensamento, o conselheiro Arthur Cunha Lima acentuou o interesse da Corte de Contas da Paraíba em aproximar-se dos jurisdicionados, oferecendo mecanismos que possibilitam a boa gestão pública e o emprego correto dos recursos da sociedade. “Nossos conselheiros, nossos gabinetes e nossos técnicos estão à disposição de todos para quaisquer orientações que sejam solicitadas”, disse. ▀



GESTORES E AGENTES PÚBLICOS RECEBEM INFORMAÇÕES

► **COMPROMISSO** - Naquela ocasião, o conselheiro Fábio Nogueira disse que esse compromisso com a orientação aos gestores públicos, ou seja, o exercício da função pedagógica pelo TCE, se coaduna ao processo de modernização por que passa o controle externo e, de modo particular, o Tribunal de Contas da Paraíba.

O estímulo ao controle social é outro aspecto desse processo, que busca a parceria do cidadão para colaborar na fiscalização dos gastos públicos, em prol da efetividade das políticas públicas.

As mudanças reclamadas pela sociedade brasileira, segundo o conselheiro Fábio Nogueira, passam por um controle rigoroso das contas

públicas; contexto em que se insere o cidadão. “Estamos favorecendo e estimulando o controle social para que a população tenha a capacidade de intervir nos atos de gestão pública, em benefício próprio”.

Na programação estiveram temas como Transparência Pública e Lei de Acesso à Informação; Resoluções Normativas; Apresentação do Sagres Captura 2013; Apresentação dos Objetivos do Milênio; Os Desafios do Desenvolvimento na Perspectiva dos Municípios e dos Pequenos Negócios; As Compras Governamentais como Política Indutora de Desenvolvimento Local; além de palestras de representantes de banco oficiais: Banco do Brasil e Caixa.



PALESTRANTES ORIENTAM ACERCA DAS NORMAS VIGENTES



ORIENTAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE NORMAS

Quem acompanha as ações do Tribunal de Contas sabe da frequência de encontros promovidos com gestores estaduais e municipais, seja em João Pessoa, seja em outros pontos do Estado, com o objetivo da orientação e do treinamento de quadros para o aperfeiçoamento da administração pública.

Um bom exemplo dessa providência foram os quatro dias de reunião com representações das Prefeituras e Câmaras de Vereadores, no Auditório João Agripino Filho, a partir de 18 de março de 2013. Distribuídos em grupos e atendidos, um por dia, prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais e assessores técnicos foram orientados acerca de temas que incluíram a prestação de contas do exercício anterior e, ainda, da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Não ficaram de fora as recomendações relacionadas à promoção de compras governamentais como política indutora de desenvolvimento local.

Na ocasião, o conselheiro Fábio Nogueira assinou acordo de cooperação técnica com o então superintendente regional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Júlio Rafael Jardelino da Costa, para coleta de dados necessários à elab-

oração do perfil das empresas participantes dos processos de compras governamentais no Estado.

“O município pode e deve realizar políticas públicas de desenvolvimento”, observava Júlio Rafael, personagem da vida política e administrativa cujo falecimento a Paraíba, posteriormente, lamentaria.

O acordo por ele firmado com o TCE serviria, então, para avaliar a participação das micro e empresas de pequeno porte nos processos de contratações públicas municipais e estaduais, ao levantamento de itens, segmentos e valores desses contratos e, não menos, para identificar dificuldades na implementação da Lei Complementar 123/06 que, entre outras providências, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Os mesmos encontros tiveram, também, exposições sobre resoluções normativas e apresentação da versão 2013 do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos recursos da Sociedade (Sagres), a cargo de técnicos do TCE. Participaram deles 125 prefeitos, 67 vereadores e 519 ocupantes de cargos diversos das Prefeituras e Câmaras dos 223 municípios do Estado, perfazendo o total de 711 pessoas. **TC**

“DUAS VERSÕES”

TCE é palco para o debate da Revolução de 1930

A Revolução de 1930 foi debatida no Plenário Ministro João Agripino Filho, do Tribunal de Contas do Estado, por dois estudiosos do assunto.

Um deles, o advogado Carlos Pessoa de Aquino, como o nome indica, guarda parentesco com o ex-presidente João Pessoa, personagem que demarcou um dos mais incisivos capítulos da história política do País e da Paraíba. O outro, o também advogado José Caitano Oliveira, escreveu o livro “A Saga de 1930 e o Doido da Paraíba”.

A apresentação do tema, sob duas percepções totalmente opostas, as de perrepistas e liberais, aconteceu no primeiro encontro da Série de Debates “Duas Versões” inaugurada pela Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil), sob a coordenação do conselheiro Arnóbio Viana.

“O propósito é trazer à reflexão de todos nós este e outros fatos de grande importância para a cultura e a história da Paraíba”, explicou o idealizador do projeto e coordenador da Ecosil. Ele mediou o debate destinado não apenas a servidores, membros e jurisdicionados do TCE, mas, ainda, a todo o conjunto da sociedade.

O presidente do Tribunal, conselheiro Fábio Nogueira, entende, também, que a iniciativa favorece a disseminação de conhecimentos indispensáveis, sobretudo, à formação cultural da juventude. **TC**



PÚBLICO EXPRESSIVO COMPARECE AO DEBATE

CONTRAPONTO

OS DEBATEDORES

Professor da Universidade Federal da Paraíba, membro da Ordem dos Advogados, do Instituto dos Advogados do Brasil e do Instituto Luso-Brasileiro de Direito Comparado, **Carlos Aquino** tem vasta contribuição aos meios educacionais, jurídicos e culturais do Estado. Dono de uma mente ágil e um leque amplo de conhecimentos ele costuma prender seus ouvintes com um discurso fluido e envolvente.

Natural de Cajazeiras, professor de Organização Social e Política na década de 1970 e advogado da Federação dos Bancários do Estado, **José Caitano de Oliveira** é autor, ainda, da obra “Maçonaria e Exoterismo”, do livro infantil “Caitanurbe” e dos romances “De Liberdade Não se Morre” e “O Pastor e o Verbo”.



JOSÉ CAITANO E CARLOS AQUINO FORAM DEBATEDORES



TÉCNICOS DO TCU RECEBEM INFORMAÇÕES

TCU usa GeoPB

EM FAVOR DA QUALIDADE DE ÁGUA DA TRANSPOSIÇÃO

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) receberam, treinamento para uso do Sistema de Georreferenciamento de Obras Públicas (GeoPB). Trata-se de ferramenta do Tribunal de Contas da Paraíba (TCE) resultante de parceria com a Universidade Federal de Campina Grande e destinada à identificação – inclusive, por fotos de satélite – de obras realizadas, ou em realização, com recursos públicos.

“É algo importantíssimo para o nosso trabalho”, comentou o secretário do TCU na Paraíba Rainério Rodrigues, ao referir-se às ações de fiscalização a obras que integram o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional. Com o uso do GeoPB, as atenções da equipe do TCU, na Paraíba, estarão especialmente voltadas para o esgotamento sanitário de municípios próximos de rios e das bacias hídricas a serem alimentadas pelos canais da transposição.

Para o presidente do TCE, conselheiro Fábio



Nogueira, o emprego do GeoPB na identificação e acompanhamento, também, dessas obras significa a participação em um projeto nascido dos anseios de milhares de paraibanos por melhor qualidade de vida.

Mas não se limitaram a técnicos do TCU as orientações para utilização do GeoPB prestadas pelo auditor de contas públicas Rodrigo Galvão, na Sala 4 da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil), órgão do TCE. Também, ali, receberam o mesmo treinamento cerca de dez pessoas encaminhadas pelas Controladorias Gerais da União e do Estado que, a exemplo de outros organismos, compõem o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco), hoje sob a coordenação do ouvidor do TCE, conselheiro André Carlo Torres Pontes.

Concebido há cerca de quatro anos e, desde então, sucessivamente aprimorado, o GeoPB possibilita, via internet, a identificação e localização de obras públicas com imagens e coordenadas geográficas. O sistema, que ainda pode armazenar informações sobre processos licitatórios, ordens de serviços e dinheiro empenhado em obras e bens, já favoreceu a instalação pelo TCE de um banco de dados de extrema valia para o setor público e o contribuinte paraibano. **TC**



PRESIDENTE RECEBE DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO SOLIDARIEDADE: BEATRIZ RIBEIRO, SECRETÁRIA EXECUTIVA; E NÚBIA GONÇALVES, SECRETÁRIA EXECUTIVA-ADJUNTA

Os oito objetivos do milênio



TCE ADERE AOS ESFORÇOS DA ONU POR UM MUNDO MELHOR, MAIS LIMPO E MAIS JUSTO

Os oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) – conjunto de metas pactuadas em setembro de 2000 pelos governos de 191 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para tornar o mundo melhor, mais solidário e mais justo – compõem as preocupações do Tribunal de Contas da Paraíba quando do exame de contas públicas.

Isso decorreu do apoio e participação do TCE ao “Nós Podemos Paraíba”, após visita feita ao presidente da Corte, em fevereiro de 2013, pela secretária executiva desse movimento Beatriz Ribeiro, que também dirige no Estado a Fundação Solidariedade.

De pronto, o conselheiro Fábio Nogueira anunciou o propósito de, em suas análises, passar o TCE a avaliar questões também afetas, especificamente, aos compromissos firmados há quase uma década e meia pelo governo brasileiro, entre eles os cuidados universais com a educação, a saúde e o meio ambiente.

Ele entende que está reservado, igualmente, às Cortes de Contas do País “o papel de contribuir com a melhoria da qualidade de vida no planeta”. À visita de fevereiro do ano passado se sucederia, um mês depois, a assinatura, pelos representantes do Governo Estadual, Tribunal de Contas e Procuradoria de Justiça da Paraíba, de memorando

de entendimentos com a ONU, na ocasião representada por seu embaixador no Brasil, o argentino Jorge Chediek.

A solenidade, ocorrida na sede da Procuradoria, em João Pessoa, oficializava – com o crivo do vice-governador Rômulo Gouveia e do então procurador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho – o apoio conjunto do Governo do Estado, do TCE e do Ministério Público à Agenda Global Pós-2015, mobilização da ONU em favor de consultas públicas acerca dos ODM’s. No Brasil, dois Estados promoviam essas consultas: a Paraíba e o Paraná. Na ocasião, a ONU tratava de ouvir a sociedade sobre o conjunto de objetivos traçados em 2000: se deveriam permanecer inalterados, ou sofrer alterações a partir de 2015.

No encontro de março passado, na sede do Ministério Público, o embaixador Jorge Chediek destacava a importância da assinatura do memorando e da adesão de novos parceiros para contribuir com o alcance dos ODMs “para a construção de um mundo melhor, mais digno e mais justo”. Entendia ele que a Paraíba dava com aquele passo “um exemplo importante para o mundo”.

O conselheiro Fábio Nogueira reafirmava que, a partir de então, o Tribunal de Contas verificaria, ainda com maior cuidado, questões específicas nas prestações de contas dos gestores paraibanos, tais como Lei Orçamentária, Plano Plurianual, enfim, ações e políticas para o bem estar social e a proteção do meio ambiente. O então procurador Oswaldo Trigueiro fazia ver que o planejamento estratégico do Ministério Público alinhava-se a esses objetivos. **TC**

Medida pioneira de transparência



PROCESSOS LICITATÓRIOS DO TCE-PB SÃO TRANSMITIDOS PELA INTERNET EM TEMPO REAL

O conselheiro Fábio Nogueira, presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, entre as primeiras medidas da sua gestão, decidiu tornar mais transparentes os processos licitatórios da Corte. Através da portaria nº 038, de 6 de março de 2013, determinou-se a transmissão, em tempo real, no <http://portal.tce.pb.gov.br/>, das reuniões da Comissão de Licitação.

A iniciativa, segundo o conselheiro Fábio Nogueira, foi inspirada no princípio constitucional da publicidade e no direito fundamental de acesso à informação, nos termos do art. 3º, da lei nº. 8.666/93, que regulamenta normas para licitações e contratos na administração pública; e da lei nº. 12.527/11, que regula o acesso à informação.

O conselheiro ressaltou que, como órgão responsável pelo controle externo, o TCE deve ser pioneiro em medidas que promovam a visibilidade dos seus procedimentos, para resguardar a plena acessibilidade às informações de interesse público. Fábio Nogueira, disse que alimenta a expectativa de que o gesto alcance respaldo junto aos gestores públicos, para que

a transparência dos atos públicos transforme-se em rotina.

Nos processos licitatórios, conforme enumerou o presidente do TCE, é imperativo que prevaleça a tutela do interesse público. Isso se dá através da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, observando-se o princípio da isonomia, que se estrutura na publicidade e na transparência dos procedimentos.

A publicização dos processos licitatórios, assim como outras medidas já em vigor, inclui-se na meta da atual gestão do TCE, conforme observou o conselheiro Fábio Nogueira, de estimular a participação dos cidadãos na fiscalização da aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente, ampliar o controle social.

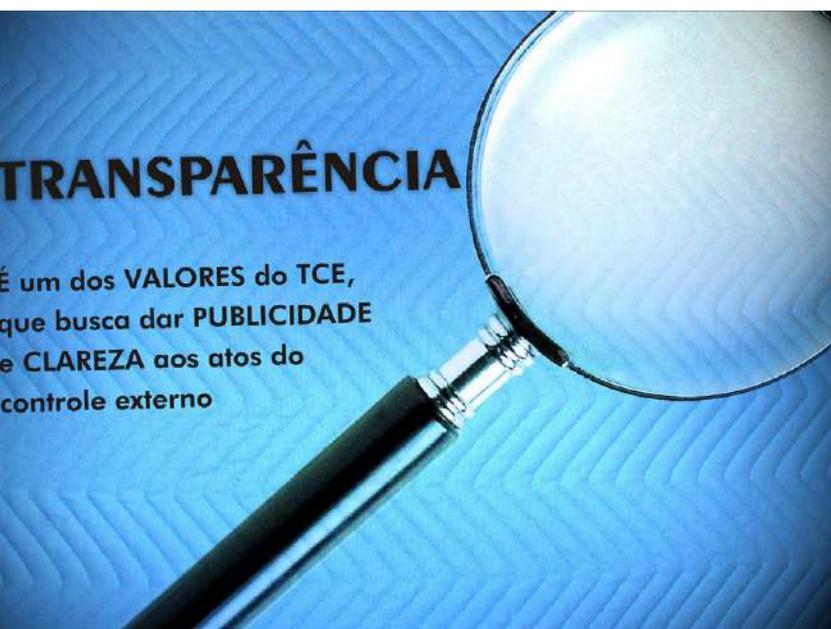
MEIO AMBIENTE – atendendo ao disciplinamento da Lei 8.666/1993 para as licitações públicas, o TCE, segundo o conselheiro Fábio Nogueira, além de buscar as propostas mais vantajosas, também vislumbra a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

De acordo com o conselheiro Fábio Nogueira, diferentemente do que muitos supõem, nem sempre a proposta mais vantajosa é a de menor preço. Na verdade, é aquela que atende, simultaneamente, a um conjunto de princípios definidos na Constituição Federal. Por exemplo, a concessão de vantagens concorrenciais para as microempresas e empresas de pequeno porte e, outro não menos importante, mas, pouco conhecido, diz respeito às chamadas licitações sustentáveis.

A Lei 8.666/1993, que disciplina as compras e contratações públicas no Brasil, também, preceitua a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Tanto a Política Nacional de Mudanças Climáticas quanto a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevêem o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais, também da redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.

O TCE está atento a essa fixação de prioridades para a aquisição de produtos reciclados e recicláveis, bem como bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. **TC**



Ação da Ouvidoria aprimora interatividade com cidadão

IDEIA É ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA FISCALIZAÇÃO DOS ATOS E GASTOS PÚBLICOS

O Pleno do Tribunal de Contas da Paraíba aprovou, em abril de 2013, a Resolução Normativa que alterou dispositivos do Regimento Interno da Corte. As alterações tratam, especificamente, do papel da Ouvidoria do TCE, com o objetivo de oferecer resposta mais rápida à sociedade a denúncias contra a má gestão dos recursos públicos.

O conselheiro Fábio Nogueira ressaltou que a credibilidade do Tribunal é elevada à medida em que a sociedade se utilize dos mecanismos a ela dispostos para reclamações ou a informação de atos ilícitos. “Quando há demanda, é sinal de que há confiança nas providências. Quando se dá uma resposta, o crédito na seriedade do nosso trabalho se eleva de maneira significativa”, comentou.

Recentemente, o TCE aprimorou os mecanismos de interatividade com os paraibanos. Em seu Portal, o espaço destinado à Ouvidoria ganhou ferramentas que possibilitam ao cidadão formular denúncias, ou solicitar orientação, em procedimento on-line.

O ouvidor André Carlo Torres Pontes foi quem formalizou as propostas que resultaram em alterações no Regimento Interno. Ele entende que os cidadãos se tornaram mais conscientes da importância do controle social dos gastos e atos públicos, o que explica o crescimento das demandas ao TCE. “Com isso, precisamos fazer algumas adequações, para que não houvesse qualquer retardamento nas respostas ao cidadão”.

Mas o conselheiro André Carlo também observou que as denúncias têm que ser criteriosas. Ou seja, precisam conter indícios veementes da existência de irregularidades, ou ilegalidades, caso em que serão objetos de inspeção especial da Corte. “A partir de então, a Ouvidoria determina a instrução e a encaminha ao relator do processo correlato ao fato denunciado, para a apuração e aplicação das penalidades cabíveis, quando for comprovado”, explicou.

No portal do TCE é possível acessar o Regimento Interno do Tribunal de Contas da Paraíba,



OUVIDOR DO TCE, CONSELHEIRO ANDRÉ CARLO



ÊNIO NORAT COORDENA OUVIDORIA

ba, mais especificamente os artigos 169 a 173, que definem o processamento da denúncia. Também, assim, o acesso aos relatórios da Ouvidoria, além de uma série de outras informações importantes.

O presidente Fábio Nogueira reafirmou que o Tribunal se empenha em estimular, cada vez mais, a participação dos cidadãos na fiscalização da aplicação dos recursos públicos. “É desse modo que se promove o pleno exercício da cidadania”, ressaltou. **TC**

Tribunal se associa ao Conarq para divulgar importância de arquivos públicos

TCE TAMBÉM DECIDE IMPLANTAR POLÍTICA PRÓPRIA DE GESTÃO DOCUMENTAL

O Tribunal de Contas da Paraíba se associou ao Conselho Nacional de Arquivos e está recomendando aos seus jurisdicionados a criação e implantação de arquivos. O presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, atendeu a uma solicitação do Conarq, órgão vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que empreende uma campanha de fomento à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais no âmbito das prefeituras e das câmaras de vereadores.

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, comunicou ao Conselho Nacional de Arquivos a inserção do órgão. Além de se integrar à campanha, o TCE está implantando sua própria política de gestão documental. A representante do Conarq, no segmento de arquivos públicos municipais da região Nordeste, Aurora Maia Dantas, fez uma visita à Corte para agradecer a colaboração.

Os gestores públicos têm recebido mensagens sobre a necessidade da institucionalização de arquivos. O Tribunal de Contas da Paraíba, conforme explicou o conselheiro Fábio Nogueira, tem a exata dimensão da importância dos arquivos para o atendimento à Lei de Acesso à Informação e para o exercício da cidadania.

CAMPANHA - Através da campanha de fomento à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, o Conarq se propõe a contribuir com os gestores na implantação de políticas públicas de gestão de documentos e está disponibilizando, através do portal do órgão na internet (<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>), diversas formas de orientação aos interessados.

Por determinação do conselheiro Fábio Nogueira, que evidenciou a importância dos arquivos para a transparência da administração pública, assim como o são para a preservação da identidade histórica e cultural dos municípios, o TCE vem divulgando a campanha, através dos instrumentos de interatividade com os jurisdicionados. **TC**



Somando esforços para o controle das despesas públicas

TCE E TCU SE UNEM PARA O ACOMPANHAMENTO DE GASTOS PÚBLICOS CONVENIADOS COM O GOVERNO FEDERAL

Representantes do Tribunal de Contas da União, na Paraíba, dispõem desde março de 2013, da chance de acesso a todas as fases dos processos relacionados a gastos de entes públicos estaduais e municipais cobertos com recursos conveniados com o Governo Federal.

O pedido então formulado, neste sentido, pelo secretário de Controle Externo do TCU na Paraíba Rainério Rodrigues Leite foi prontamente atendido pelo presidente do TCE. Após isso, houve o credenciamento de técnicos vinculados à equipe local do TCU para o acesso mais amplo ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (o Sagres, de que já fazem uso), e ao Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos

(Tramita) desenvolvidos e aprimorados pelo TCE, o primeiro deles, há mais de dez anos.

Ambas as ferramentas, cujos modelos são procurados por várias outras Cortes de Contas do País, há muito inscreveram a da Paraíba na vanguarda do sistema nacional de controle externo.

“Cerca de 75% das nossas representações contra malversadores de recursos federais na Paraíba já resultam de irregularidades apuradas pelo Tribunal de Contas do Estado”, observou, na ocasião, o secretário de Controle Externo. As senhas oferecidas à sua equipe permitem o acesso, via Tramita, a relatórios prévios da Auditoria, ao posicionamento do Ministério Público e aos argumentos da Defesa, mesmo antes de serem tais processos levados a julgamento pelo TCE.

Além do secretário Rainério Leite participaram dos entendimentos com o conselheiro Fábio Nogueira o assessor Jorge Luiz de Moreira Fonseca e dois diretores da Secretaria de Controle Externo do TCU na Paraíba, Ronaldo Saldanha Honorato e Aderaldo Tiburtino.

IDGPB TEM REPERCUSSÃO NACIONAL

Serviço lançado em parceria com a UFPB foi exaltado pelo site “Todos pela Educação”. Os Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação na Paraíba (IDGPB), ferramenta decorrente de parceria entre a Universidade Federal e o Tribunal de Contas do Estado, alcançou repercussão nacional.

“É uma plataforma web que agrega dados educacionais das mais diversas fontes com o objetivo de auxiliar o trabalho dos auditores do TCE e, também, de servir como observatório para a sociedade civil”, explica, em alentada matéria, o site “Todos pela Educação”.

Apartidário e plural, o site fundado em 2006 congrega representantes de setores diferentes da sociedade, entre os quais gestores públicos, empresários,

educadores, pesquisadores e profissionais de imprensa.

Com a assinatura de Mariana Mandelli o texto sobre o IDGPB contém depoimento do professor da USP e ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Reynaldo Fernandes. “É um trabalho de muito boa qualidade”, disse ele.

O professor Francisco Soares, este último vinculado ao Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais da Universidade Federal de Minas Gerais, também considerou positivo o trabalho desenvolvido na Paraíba e apresentado a gestores públicos e veículos da imprensa.

“A ideia é fornecer um conjunto de informação que auxilia o cidadão no controle social”, dizia do IDGPB o site “Todos pela Educação” na matéria acessível por meio do link <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/25654/site-reune-dados-de-investimento-em-educacao-dos-municipios-da-paraiba> 



Cumprindo papel pedagógico

TCE TRAZ ESPECIALISTA PARA DEBATER LEI

O Tribunal de Contas da Paraíba, mantendo o perfil pedagógico com que busca a qualificação dos gestores e agentes públicos e, ainda, com vistas ao treinamento do quadro técnico da Corte, promoveu um debate sobre a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, popularmente conhecida como “lei anticorrupção”, que passou a vigorar em janeiro de 2014.

De acordo com o conselheiro Fábio Nogueira, presidente do TCE a lei alterou substancialmente o regime de responsabilização daqueles envolvidos em atos de corrupção contra a administração pública, incluindo as empresas envolvidas nessa prática.

O TCE trouxe o professor de graduação e pós-graduação da faculdade de direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Giovani Agostini Saavedra, para proferir palestra sobre a lei. O palestrante reúne vasta experiência na área de direito, com ênfase em Direito Penal Econômico e atuação, principalmente, nos temas anticorrupção e crimes econômicos, dentre outros.

O evento inseriu-se no calendário anual de eventos da Escola de Contas Otacílio Silveira, coordenada pelo conselheiro Arnóbio Alves Viana, que reafirma a importante missão da Ecosil dentro do propósito pedagógico de preparação dos jurisdicionados para a boa governança e alcance da efetividade das políticas públicas.

IMPORTÂNCIA – O conselheiro Arnóbio Viana ressaltou a necessidade de ampliar o debate sobre a “lei anticorrupção”, uma medida, segundo ele, relativamente nova e que ainda precisa ser difundida. Com a vigência da lei, criou-se um apêndice de punição para a empresa que pratica atos de corrupção.

Isso se dá, por exemplo, quando o empresário oferece vantagens indevidas a funcionários públicos ou fraudar processos licitatórios. Quando agem assim, podem ser responsabilizadas de forma objetiva pelo ato, mesmo que não comprovada a sua culpa ou dolo pelo ilícito. Até então, as empresas eram isentas de punição, a partir da argumentação de que fora praticado sem a sua ciência, por ação de um de seus funcionários ou de servidor público.

As penalidades impostas ao gestor público, flagrado em atos de corrupção dessa natureza, passaram a se estender às empresas. De acordo com o conselheiro Arnóbio Viana, isso significa um grande avanço para a melhoria da gestão dos recursos públicos. Entre as penalidades previstas, destacam-se a reparação total do dano causado; o pagamento de multa, em percentual que pode chegar a até 20% do faturamento da empresa no exercício anterior, dentre outras.

“Como se trata de uma lei com uma regulamentação recente, há ainda muitas dúvidas e debates com relação a ela. Por isto, a presença de um especialista para colaborar nessa missão pedagógica”, ressaltou o coordenador da Ecosil.

RESPONSABILIZAÇÃO - Citando a possibilidade de responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas por atos de corrupção, o professor Saavedra contou que o fato tem preocupado, enormemente, o empresariado nacional. Ele tem como privatização da fiscalização do estado a situação na qual uma empresa se veja obrigada a não apenas executar sua atividade fim, mas, ainda, criar sistemas para ajudar esse mesmo estado a fiscalizar crimes de corrupção. “Mas não basta ter código de ética. É preciso que este código seja efetivo e eficaz”, observou. **TC**



LEI 12.846 EM DEBATE

Biênio teve investimento de R\$ 530 mil na aquisição de carros novos

RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS RESULTA EM MAIS RENDIMENTO ÀS EQUIPES DE AUDITORIA

A frota do Tribunal de Contas da Paraíba recebeu o reforço de dez novos veículos ao longo do biênio que agora se encerra. Os investimentos nessa área atingiram, neste caso, a cifra de R\$ 530 mil.

Foram aquisições, resultantes de processos licitatórios, que incluíram três picapes Nissan Frontier e quatro outras do modelo Nissan Grand Livina, ao custo médio unitário de R\$ 98.000,00 (no primeiro caso) e R\$

59.000,00 (no segundo), com pagamentos efetuados entre agosto de 2013 e abril de 2014.

Dispostos a serviço da Auditoria, os novos veículos proporcionam traslados mais seguros e confortáveis, sobretudo, para as equipes de auditores encarregados das inspeções em pontos mais ermos do Estado onde os acessos, em boa parte dos casos, não se dão sem o enfrentamento de estradas esburacadas e trechos precários.

Recursos próprios do Tribunal e, também, oriundos do Fundo de Fiscalização Financeira e Orçamentária Municipal (FFOFM) foram então utilizados na compra desses veículos, conforme demonstrado no quadro abaixo. **TC**



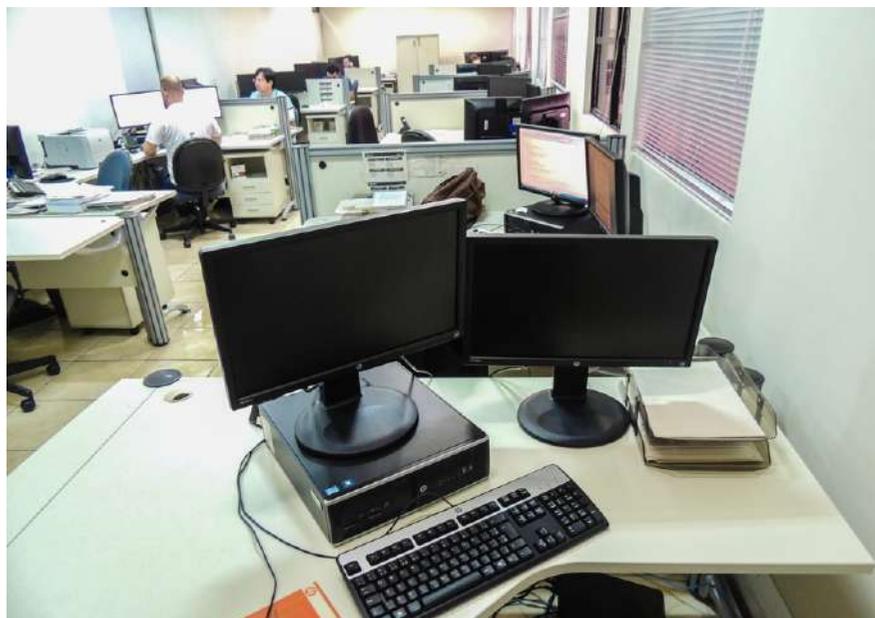
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Nº EMPENHO	DATA EMPENHO	FORNECEDOR	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR TOTAL
FFOFM	0006/2013	15/08/2013	CARNEIRO AUTOMOTORES LTDA	Nissan Frontier	1	R\$ 98.000,00
TCE	3412/2013	27/12/2013	CARNEIRO AUTOMOTORES LTDA	Nissan Grand Livina	2	R\$ 118.000,00
TCE	3413/2013	27/12/2013	CARNEIRO AUTOMOTORES LTDA	Nissan Grand Livina	1	R\$ 59.000,00
TCE	3414/2013	27/12/2013	CARNEIRO AUTOMOTORES LTDA	Nissan Frontier	2	R\$ 196.000,00
FFOFM	0001/2014	11/04/2014	CARNEIRO AUTOMOTORES LTDA	Nissan Grand Livina	1	R\$ 59.000,00

INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO FAZEM JUS A UM TRIBUNAL TIDO COMO REFERÊNCIA NO CONTROLE EXTERNO DO PAÍS

Há muito inscrito na lista dos mais ágeis e modernos organismos do Sistema de Controle Externo do País, o Tribunal de Contas da Paraíba obteve, ao longo deste biênio, 186 novos computadores, além de outros investimentos na área de TI. As compras, decorrentes de licitações, ocorreram entre março de 2013 a dezembro de 2014 e representaram investimento superior a 1 milhão de reais.

Os desktops, em número de 80, os ultrabooks e tablets correspondentes ao restante das aquisições passaram a compor, então, o sistema de informática do qual se utilizam, diariamente, todos os setores do TCE-PB.

Não poderia ser diferente num organismo já tomado como modelo para o controle externo brasileiro, em razão do desenvolvimento de ferramentas a exemplo do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres) e do Sistema Eletrônico de Tramitação Processual (Tramita), ambos com seus modelos já importados por sucessivas Cortes de Contas do País, o que resultou,



inclusive, em contrapartidas de convênios que renderam, por exemplo, a cessão ao TCE-PB de 50 licenças Office e 01 licença SQL Server. Veja quadro de investimentos em TI. **TC**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Nº EMPENHO	DATA EMPENHO	FORNECEDOR	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR TOTAL
FFOFM	0001/2013	05/03/2013	HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA	Desktops	80	R\$ 287.920,00
TCE	3442/2013	30/12/2013	JG INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA	Ultrabooks	25	R\$ 125.000,00
TCE	3437/2013	30/12/2013	JG INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA	Ultrabooks	15	R\$ 52.650,00
TCE	03596	26/12/2014	KMLR Pinheiro Informática LTDA	Unidades de Armazenamento SSD (Solid-State Drive)	-	R\$ 33.000,00
TCE	03567	23/12/2014	Brilt Comércio e Serviços LTDA	Unidades de Armazenamento SSD (Solid-State Drive)	-	R\$ 153.768,00
TCE	03626 03627 03630	29/12/2014	SAFETEC Consultoria Ltda	Licenças de acesso à solução de ambiente de colaboração corporativa	-	R\$ 115.000,00
FFOFM	0008	17/12/2014	Hewlett-Packard Brasil Ltda	HP EliteDesk 800G1 Series Business	60	R\$ 225.300,00
TCE			Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel	Link dedicado de no mínimo 100Mbps	1	R\$ 15.695,28
TOTAL						R\$ 1.00.833,00

RIO
NO



Sucessão: conselheiro Umberto Porto é eleito presidente

QUADRO DIRIGENTE PARA
O BIÊNIO 2015/2016 FOI
ESCOLHIDO EM 3 DE DEZEMBRO

O Tribunal de Contas da Paraíba promoveu, na manhã de 3 de dezembro, a escolha de seu quadro dirigente para o biênio 2015/2016. Em 9 de janeiro, o presidente eleito, conselheiro Umberto Silveira Porto, tomará posse do cargo de presidente da Corte e nele permanecerá até 4 de março vindouro, quando estará completando os 70 anos e, assim, a idade de permanência no serviço público.

“É lamentável que sejamos obrigados a perder tão cedo o talento, a capacidade e a lucidez do conselheiro Umberto Porto, de cuja companhia temos a honra de desfrutar e com quem temos aprendido tanto. Mas ainda nos resta a esperança de que seja aprovado, em bom tempo, o dispositivo legal que pode ampliar até os 75 anos a idade limite para o exercício das funções públicas, neste País”, comentava o conselheiro Arthur Cunha Lima.

Eleito vice-presidente, na ocasião, ele será o próximo presidente do TCE, conforme estabelece

o critério de rodízio internamente adotado para o comando da Corte.

Na saudação ao sucessor, o conselheiro presidente Fábio Nogueira acentuou que a figura de Umberto Porto, sua experiência de vida e sua trajetória profissional dignificaram o Tribunal de Contas do Estado. “Ele se desincumbiu, com serenidade e honradez, de todos os cargos pelos quais passou, desde o de auditor de contas públicas, ao de conselheiro substituto e, posteriormente, conselheiro titular desta Casa. O seu é um exemplo de vida que orgulha a todos nós”, disse.

O conselheiro Arnóbio Viana observou, por sua vez, que servem de bom exemplo o entendimento e o modo harmonioso como o Tribunal de Contas tem escolhido, um após outro, os seus dirigentes. “Se, por um lado, isso tolhe os entusiasmos dada a falta de surpresa, por outro, tolhe as ambições e poda as vaidades. Além disso, temos o bom resultado da continuidade administrativa”, ressaltou.

O novo presidente do TCE ainda ouviu as saudações dos conselheiros Fernando Catão, Nominando Diniz e André Carlo Torres Pontes, dos conselheiros substitutos Marcos Costa e Oscar Mamede, da procuradora geral Elvira Samara Pereira de Oliveira e de advogados presentes à sessão plenária. ▶

► Em seguida, o conselheiro Umberto Porto falou da satisfação com todas as etapas funcionais que lhe foram dadas a cumprir dentro do Tribunal e prometeu a máxima dedicação a esta nova experiência. “Procurarei dar o melhor de mim”, disse.

Lembrou, depois disso, sua recusa à proposta que lhe fora apresentada de inversão do sistema de rodízio, a fim de que pudesse suceder por dois anos inteiros ao ex-presidente Fernando Catão, quando o nome da vez seria o do colega Fábio Nogueira. “Pedi que deixas-

sem as coisas fluírem dentro da normalidade, porque sabia que elas, assim, andariam muito bem”, concluiu.

Além dos presidente e vice-presidente, o TCE também elegeu os novos presidentes das 1ª e 2ª Câmaras Deliberativas (conselheiros Fábio Nogueira e Arnóbio Viana), o novo Ouvidor (conselheiro Nominando Diniz) e o novo Coordenador da Escola de Contas (conselheiro André Carlo). O conselheiro Fernando Catão foi reconduzido ao cargo de Corregedor do Tribunal.



UMBERTO PORTO E ARTHUR CUNHA LIMA PRESIDENTE E VICE ELEITOS



SECRETÁRIO PLENO RECOLHE VOTO DO CONSELHEIRO FÁBIO NOGUEIRA

ARTHUR CUNHA LIMA SUCEDERÁ UMBERTO PORTO

EM 2010, QUANDO INGRESSOU NO TCE-PB CONSELHEIRO FOI ENFÁTICO: “CHEGO DE CABEÇA ERGUIDA E ESTOU AQUI PARA UNIR FORÇAS”

O conselheiro Arthur Cunha Lima, que sucederá a Umberto Porto, ingressou no Tribunal de Contas do Estado, no dia 4 de maio de 2010, em substituição a José Mariz, que se aposentara um mês antes. Sua posse ocorreu horas depois de haver renunciado ao mandato de deputado estadual e, ainda, à Presidência da Assembleia Legislativa da Paraíba.

“Chego de cabeça erguida, com o sentimento do dever cumprido”, disse, em discurso emocionado, no qual enfatizava o encerramento da atividade parlamentar e agradecia pela confiança que em si depositaram os paraibanos.

Na fala aos companheiros de sua nova jornada, ele pregou a unidade entre conselheiros, procuradores, auditores e servidores em benefício do fortalecimento, cada vez maior, da Corte de Contas.

“Estou aqui para unir forças. Sei que por trás da frieza dos números este Tribunal enxerga as políticas públicas que a sociedade tanto exige dos seus gestores”, disse.

O então conselheiro presidente Nominando Diniz, ao encerrar a sessão solene convocada



CONSELHEIRO ARTHUR CUNHA LIMA

para a posse do mais novo membro, lembrou que Arthur Cunha Lima contribuíra com o TCE, mesmo antes de empossado, em pelo menos duas ocasiões. A primeira, quando desestimulou a tentativa de implantação do Tribunal de Contas dos Municípios paraibanos e, a segunda, quando promoveu o repasse de 0,2% do Orçamento da Assembleia Legislativa da Paraíba à Corte de Contas do Estado. **TC**



NOGUEIRA E CATÃO COM OS PRESIDENTES VALDECIR PASCOAL DA ATRICON E PAULO ROBERTO ALVES DO TCE-RN

Representação em entidades do sistema de controle externo

TCE-PB TEM CONSELHEIROS FÁBIO NOGUEIRA E FERNANDO CATÃO NAS DIRETORIAS DA ATRICON E DO IRB

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba está representado na direção da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, biênio 2014-2015, cuja posse aconteceu em março, em solenidade realizada no Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU).

O conselheiro presidente, Fábio Nogueira, ocupa a diretoria de assuntos corporativos da entidade. No Instituto Rui Barbosa, a Corte paraibana tem na direção o conselheiro Fernando Rodrigues Catão, que ocupa a 2ª vice-presidência.

O conselheiro Fábio Nogueira explicou que a Atricon, nesta gestão, está empenhada em avançar com o trabalho das auditorias coordenadas, executado em ações de parceria da Atricon com o Tribunal de Contas da União.

Os exemplos dessas parcerias, conforme des-

tacou o presidente do TCE-PB, são muitos e citou a auditoria que avaliou a oferta e a qualidade do ensino médio no Brasil, cujo diagnóstico é resultado de trabalho realizado em sistema de colaboração entre o TCU com 28 tribunais de contas.

Fábio Nogueira disse que essa é uma prática que tende a se consolidar e, mais importante que isso, induzir o Brasil ao desenvolvimento na medida em que identifica os gargalos de atraso e diminui a possibilidade de fraudes e de desvios dos recursos públicos.

OS PRESIDENTES – o presidente da Atricon é o conselheiro Valdecir Pascoal, que também preside o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Na ocasião da posse, ele reafirmou que a entidade está permanentemente empenhada no aperfeiçoamento do controle externo.

O conselheiro Sebastião Helvécio, do TCE-MG, passou a presidir o Instituto Rui Barbosa – IRB, destacando que a entidade reforçará as atividades de capacitação, com vistas à valorização do controle interno, a melhoria do controle externo e o fomento ao controle social, “cenário ideal da democracia”. **TC**

Supremo assegura: poder cautelar dos TCs é legítimo

DECISÕES DESSA
NATUREZA PREVINEM
LESÕES AO ERÁRIO

O Supremo Tribunal Federal (STF) assegurou aos Tribunais de Contas o poder de proferir, constitucional e legitimamente, decisão de natureza cautelar. Em março de 2014, o ex-ministro Joaquim Barbosa, então presidente da Corte, acatou Mandado de Segurança impetrado pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte (SS 4.878) sustando, em julgamento preliminar, os efeitos de liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança 2013.019602-6 do Tribunal de Justiça daquele Estado.

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, ressaltou que a decisão revigora o controle externo. Os Tribunais de Contas estão incumbidos de zelar pela fiscalização e pelo interesse público, com instrumentos capazes de prevenir danos ao erário.

O conselheiro Fábio Nogueira lembrou que os Tribunais de Contas passaram a utilizar, com mais frequência, esse instrumento, já bastante aplicada pelo Poder Judiciário, como mecanismo de reforço contra a malversação de recursos públicos. A concessão de medidas cautelares pelos TCs, no entanto, vinha sendo alvo de questionamentos.

Foi o que ocorreu com a medida cautelar expedida pelo Tribunal de Contas do Rio Grande Norte, com a determinação de bloqueio dos bens e das contas bancárias da ex-secretária geral do TJ-RN, Wilza Dantas Targino. O Tribunal de Justiça norte-rio-grandense havia determinado a suspensão da decisão, questionando a legitimidade e a competência do TCE-RN.

O conselheiro Fábio Nogueira lembrou que a legitimidade e a competência constitucional e legal, ratificadas pelo ex-ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, foram fortalecidas no parecer do procurador-geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros que, além de afirmar que a antecipação de cautela tem caráter sabidamente excepcional, observou que o STF já assentou que o Tribunal de Contas possui legitimidade para a expedição de medidas cautelares, visando prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões.

O controle preventivo, que tem na ação cautelar uma de suas balizas, segundo o conselheiro Fábio Nogueira, vem se tornando cada vez mais rotineiro no TCE-PB. Para ele, essa é maneira eficaz de

preservação do patrimônio público. “O controle dos atos de gestão e do bom emprego dos recursos financeiros são indispensáveis para garantir que sejam aplicados em benefício da coletividade, sem desperdícios e sem desvios indevidos, em consonância com o ordenamento jurídico e com os anseios da população. É a nossa missão e o que a sociedade espera que se faça”, salientou.

O conselheiro Fábio Nogueira explicou que, como medida excepcional a ser aplicada pelas Cortes de Contas, que conquistou um novo posicionamento favorável emitido pelo Supremo Tribunal Federal, a ação cautelar é meio eficiente e rápido para evitar dano ao erário. Como ação preventiva essas decisões devem seguir uma sistematização, que envolve, além da observância do interesse público, os princípios da unidade jurisdicional.

COMO AGE – O Tribunal de Contas da Paraíba vem sendo cada vez mais exigente com os processos licitatórios. O impedimento do dano ao erário, antes que serviço seja contratado, ou a obra iniciada, é a motivação do TCE-PB. O conselheiro Fábio Nogueira ressaltou que a constatação de uma irregularidade, durante ou após a execução da obra, por exemplo, não produz resultados substanciais. Pode ocorrer, inclusive, a irreversibilidade do prejuízo aos cofres públicos. O controle externo, exercido preventivamente, segundo ele, tende a proporcionar maior economia de recursos, assim como melhoria dos serviços públicos.

DECISÃO DO STF – reafirmando a importância da decisão do Supremo Tribunal Federal, o conselheiro Fábio Nogueira recorreu ao voto do ministro Celso de Mello acerca do papel crucial das Cortes de Contas no sistema de controle adotado no país: “a tutela cautelar apresenta-se como instrumento processual necessário e compatível com o sistema de controle externo, em cuja concretização o Tribunal de Contas desempenha, como protagonista autônomo, um dos mais relevantes papéis constitucionais deferidos aos órgãos e às instituições estatais”.

AVANÇO - é inegável a evolução das instituições de controle externo, notadamente em áreas como a de fiscalização de obras e serviços, de sistemas de avaliação de orçamentos, de sistemas de monitoramento e auditoria – como o Geo-Obras, no controle preventivo e concomitante, na expedição de alertas e medidas cautelares, por exemplo, em editais e contratos com problemas. **TC**

Tribunal de Contas da Paraíba ingressa na Olacefs

CORTE PARAIBANA É INTEGRANTE DO ORGANISMO INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO

Com o parecer favorável do ministro Augusto Nardes, então presidente do Tribunal de Contas da União e da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, o Tribunal de Contas da Paraíba ingressou na Olacefs.

O documento foi assinado pelo conselheiro Fábio Nogueira e pelo ministro Augusto Nardes durante o evento 'Diálogo Público – para a melhoria da governança pública', uma parceria do TCU com o TCE-PB e outros órgãos, realizado em João Pessoa, em maio de 2014.

De acordo com o presidente, o ingresso do TCE-PB na Olacefs vai reforçar a atividade de auditorias coordenadas que a Corte já mantém em parceria com o TCU, através de acordos de cooperação, além de ampliar as oportunidades de desenvolvimento institucional e as possibilidades de intercâmbio técnico com os membros da organização.

CONSELHEIROS FÁBIO NOGUEIRA E FERNANDO CATÃO PARTICIPAM DE ASSEMBLEIA DA OLACEFS

O presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, e o corregedor da Corte paraibana, conselheiro



TCE PB NA OLACEFS



PRESIDENTE ASSINA DOCUMENTO EM SOLENIDADE DO TCU

Fernando Catão, participaram da 24ª Assembleia Geral da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs). O evento está acontecendo em Cusco, no Peru, entre os dias 24 e 28 de novembro de 2014.

A Olacefs é um organismo internacional, autônomo, independente, apolítico e de caráter permanente, que atua em prol do aperfeiçoamento da atividade de fiscalização nos países membros. Atualmente, a organização conta com 23 países membros e é um dos grupos regionais da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores-International Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai).

O conselheiro Fábio Nogueira considera o sistema de cooperação proposto pela Olacefs de extrema importância, sobretudo pela aproximação com outros organismos internacionais de controle, como a Intosai e agências da Organização das Nações Unidas (ONU).

A organização incentiva a pesquisa científica especializada e desenvolve atividades de estudo, capacitação, especialização, assessoria e assistência técnica, informação e coordenação. Tudo isso com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das EFS membros.

A partir dessa troca de experiências, a entidade publica diretrizes internacionais para a gestão financeira, elabora metodologias e promove o intercâmbio de informações entre seus membros. **TC**

PLENÁRIO
MINISTRO JOÃO AGRIPINO



MEMBROS DO TCE E FAMILIARES EM HOMENAGEM A JOÃO AGRIPINO

Centenário de João Agripino Filho

PARA HOMENAGEAR FUNDADOR, TRIBUNAL DA CONTAS DA PARAÍBA APÕE CUNHO DO EX-GOVERNADOR NO PLENÁRIO E AMPLIA MEMORIAL

O Memorial do Tribunal de Contas da Paraíba, restaurado e ampliado, foi inaugurado em janeiro de 2014, ano do centenário de João Agripino Filho, responsável pela criação da Corte de Contas paraibana. Naquela ocasião, o conselheiro presidente, Fábio Nogueira, destacou a importância da preservação da história do TCE, através de documentos textuais, fotográficos, iconográficos e audiovisuais.

As comemorações alusivas ao centenário do ex-governador e ministro João Agripino Filho, que também denomina o plenário do TCE, suscitaram uma reforma no espaço, que ganhou um cunho em alto relevo do homenageado, trabalho executado pelo artista plástico de Campina Grande, Aluísio Silva, em substituição a um quadro óleo sobre tela, que está em restauração.

O conselheiro Fábio Nogueira destacou que

o TCE mantém o interesse de interagir, cada vez mais, com a população e que, assim como o plenário, o Memorial tem seu registro histórico compartilhado e disponibilizado para qualquer cidadão que se interesse, tanto como fonte de pesquisa e de conhecimento, quanto como opção de visitação e roteiro turístico.

Conforme informou o conselheiro Fábio Nogueira, a reforma do plenário Ministro João Agripino Filho foi projetada pelo arquiteto Expedito Arruda, que também assina o projeto da obra de ampliação do TCE, que inclui uma nova Escola de Contas, um edifício garagem, uma biblioteca e um grande auditório.

HISTÓRIA - O Memorial do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba foi inaugurado em 2000, na gestão do conselheiro Gleryston Holanda de Lucena. A expansão, concluída na gestão do conselheiro Fábio Nogueira, foi iniciada enquanto o conselheiro Fernando Catão presidia o TCE. Antes disso, dois processos de atualização do acervo ocorreram nas gestões dos conselheiros Flávio Sátyro e Luiz Alves Nunes. ▀

- A historiadora e especialista em conservação de documentos, Ana Isabel de Souza Leão Andrade, é a responsável pela coordenação e pesquisa documental. Ela recorreu ao escritor paraibano Augusto Crispim, para registrar a importância da obra: “tudo quanto se revelar memorável na natureza humana deve ser semeado pelo mundo afora”.

O Memorial do Tribunal de Contas da Paraíba está instalado no primeiro andar do prédio principal da Corte de Contas, onde ocupa um espaço, no formato de painel, com mais de 20 metros de comprimento, por cerca de dois metros de altura.

O acervo do memorial inclui peças que vão desde a reprodução fotográfica de documentos até a de personagens, fatos e eventos relacionados à história de 43 anos da Corte de Contas paraibana. O complexo trabalho exigiu pesquisa e adoção de técnicas modernas de climatização e iluminação de acervos.

Além da historiadora Ana Isabel de Souza Leão Andrade, o trabalho requisitou profissionais de outras áreas, como o da arquiteta Andréia Pereira; da designer gráfica Tânia Miranda; e fotografias de Elias Félix. **TC**



INAUGURAÇÃO DO NOVO ESPAÇO REÚNE MEMBROS TCE E FAMILIARES DE JOÃO AGRIPINO



DESCERRAMENTO DA PLACA MARCA INAUGURAÇÃO



NOVOS ITENS COMPÕEM O ACERVO



Sagres e Tramita

SISTEMAS TORNAM TCE-PB REFERÊNCIA NACIONAL NO CONTROLE EXTERNO

No sistema nacional de controle externo, o Tribunal de Contas da Paraíba, há anos, vem se destacando e tornou-se uma referência na utilização de ferramentas e sistemas, que produzem respostas mais satisfatórias na promoção da cidadania. É o caso do Sagres - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade, e do Tramita - Sistema Eletrônico de Tramitação de Processos, que atraem para o TCE inúmeras atenções e interesses.

Tribunais de Contas de diversos estados brasileiros têm recorrido a acordos de cooperação técnica com o TCE-PB, a fim de alcançarem melhores resultados em seus planos estratégicos. As visitas de técnicos dessas Cortes têm sido cada vez mais rotineiras.

É o caso do Tribunal de Contas do Amapá, que mantém Cooperação Técnica com o TCE-PB para a utilização do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres).

A ferramenta, inteiramente desenvolvida pelo TCE paraibano, em 2002, se antecipou às

leis de Acesso à Informação e da Transparência. O Sagres facilita o acesso do cidadão aos dados da gestão pública e serve de referencial aos gestores e agentes públicos.

VISITA - A presidente do TCE-AP, conselheira Maria Elizabeth de Azevedo Picanço, esteve na sede do TCE-PB, onde foi recebida pelos conselheiros Fábio Nogueira, Fernando Catão e Arnóbio Viana.

A presidente do TCE-AP fez uma doação de 50 licenças de software Microsoft Office Profissional 2013 ao TCE-PB, o que atende a dispositivo previsto na parceria entre as duas Cortes.

O conselheiro Fábio Nogueira lembrou que as parcerias firmadas pelo TCE-PB com outras Cortes de Contas, são motivadas pelo interesse na transferência de conhecimentos e tecnologias, intercâmbio de dados, informações, metodologias e inovações, em prol da efetividade do sistema de controle externo. Esse compartilhamento, também, é recomendado pelo Programa de Modernização do Controle Externo (Promoex).

A conselheira Maria Elizabeth reafirmou o propósito de fortalecer a cooperação e integração de ambos os Tribunais. "O Sagres nos será de extrema valia", ressaltou. **TC**



MEMBROS DO TCE-AP RECEBIDOS NA PARAÍBA



CONSELHEIRO FERNANDO CATÃO ASSINA ACORDO



MEMBROS DOS TCs SIGNATÁRIOS REUNIDOS NO CNJ

Aperfeiçoamento e manutenção de cadastro

TCE-PB É SIGNATÁRIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM CNJ

O aperfeiçoamento e a manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa ou de atos que possam caracterizar inelegibilidade de gestores públicos, por um período de oito anos, motivou uma conjugação de esforços entre dezesseis Tribunais de Contas brasileiros e o Conselho Nacional de Justiça.

Um termo de cooperação técnica, com essa finalidade, foi firmado entre as Cortes de Contas e o CNJ. À época presidido pelo ex-ministro e então presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, o Conselho Nacional de Justiça reuniu os membros dos TCs adesistas em junho de 2014, na sede do órgão em Brasília.

O conselheiro Fernando Catão, corregedor do TCE-PB, representando a Corte de Contas paraibana, assinou o termo de cooperação técnica com o CNJ. O convênio se insere na Meta 19, que prevê parcerias com os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para o aperfeiçoamento e a alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.

Para a consecução do objeto pactuado - Cooperação Técnica n. 8/2014, os Tribunais de Contas passaram a informar as decisões relativas a contas de exercícios ou funções públicas rejeitadas por irregularidades insanáveis (parágrafo 5º, artigo 11, da Lei 9.504/97). A reprovação de contas é uma das situações que torna o cidadão inelegível pelo período de 8 anos.

A intenção era provocar um incremento do volume de informações Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Adminis-

trativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI), uma ferramenta eletrônica, criada em 2010, que permite reunir todas as condenações por improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92; e por atos previstos na Lei Complementar 135. Nem todas as condenações por improbidade resultam em inelegibilidade ou implicam o enquadramento na Lei da Ficha Limpa.

O ex-presidente do STF e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, naquela ocasião, agradeceu a colaboração dos Tribunais de Contas brasileiros. O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, Valdecir Pascoal, enalteceu a importância da cooperação, reafirmando o interesse do controle em contribuir para a melhoria da qualidade da governança pública e da democracia brasileira. Ele ressaltou, como exemplo, o envio de dados ao Ministério Público e ao Judiciário; também a publicização das deliberações dos TCs, o que estimula o controle social.

OPINIÃO - De acordo com o conselheiro Fábio Nogueira, a parceria com o CNJ reforçou o controle sobre as condições de elegibilidade no processo eleitoral de 2014. "As Cortes de Contas, no cumprimento do dever constitucional de analisar e julgar as contas públicas, são as que indicam casos de inelegibilidade", comentou.

PARAÍBA - Os gestores públicos paraibanos que tiveram contas julgadas irregulares pelo Tribunal Pleno e pelas Câmaras Deliberativas do Tribunal de Contas da Paraíba e cujos nomes foram informados ao CNJ somam 824 nomes. A relação também foi informada ao Ministério Público Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral. A lista continha resultados de decisões do Tribunal Pleno e das duas Câmaras Deliberativas do TCE, relativas ao período de 5 de julho de 2006 a 05 de junho de 2014, quando do julgamento de prestações de contas. **TC**



CONSELHEIRO FALA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL

Diálogo Público para incentivar Controle Social

TCE PERCORRE PARAÍBA ESTIMULANDO CIDADÃO A SE INSERIR NA FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

O Tribunal de Contas da Paraíba percorreu 7.594 quilômetros, em todo o estado, durante o segundo semestre de 2014, com o 'Diálogo Público Paraíba - o TCE e o controle social'. Incentivar o cidadão paraibano a inserir-se no processo de fiscalização dos recursos e das políticas públicas, é o principal propósito da iniciativa.

A primeira edição foi realizada em Campina Grande, no dia 5 de junho. O calendário do Diálogo Público Paraíba se encerrou no início de dezembro, depois de percorrer as 14 cidades pólo das regiões geoadministrativas do estado, difundindo a importância do controle social e apresentando à população paraibana as ferramentas que possibilitam e facilitam a participação dos cidadãos nesse processo.

COMUNICAÇÃO - Um instrumento fundamental ao controle social é a ouvidoria, que atua como facilitador da comunicação do cidadão com o TCE. É através dessa instituição que as pessoas manifestam suas denúncias, reclamações e insatisfações, ou podem sugerir solicitar informações e até elogiar as ações da gestão pública.

A ouvidoria do TCE, além dos mecanismos convencionais de comunicação com o cidadão, através do <http://portal.tce.pb.gov.br/> ou presencialmente, inaugurou uma nova modalidade de acesso do cidadão à rotina da Corte de Contas. As mais diversas informações, inclusive as decisões do Tribunal Pleno e das Câmaras Deliberativas, estão sendo direcionadas aos endereços eletrônicos, que somam mais de 5000, cadastrados em todas as edições do Diálogo Público. O controle social, tanto quanto o controle externo, é fundamental para a boa governança pública.

A Constituição Federal de 1988 ampliou as competências e o poder das Cortes de Contas, no que concerne ao alcance da fiscalização dos recursos públicos. Mas, de acordo com o conselheiro Fábio Nogueira, presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, nenhum instrumento ou ferramenta, que se desenvolva vislumbrando a boa governança, é mais importante que a participação do cidadão.

PARTICIPAÇÃO - Os gestores públicos também participaram do Diálogo Público. No encontro, tiveram a oportunidade de aproximação com o TCE-PB, além da chance de familiarização com as ferramentas de fiscalização e de acompanhamento das despesas públicas. Segundo o conselheiro Fábio Nogueira, essa participação reflete o interesse do administrador e agente público ■

- no acerto das ações administrativas. De acordo com o conselheiro Fábio Nogueira, o TCE é aliado do gestor bem intencionado e, por isto aprimora as possibilidades pedagógicas de contribuir com a gestão pública. Além de um plantão técnico permanente a Corte oferece, através da Ecosil, programas de qualificação de agentes e gestores públicos.

TRANSPARÊNCIA – O conselheiro André Carlo Torres Pontes, ouvidor do TCE e coordenador do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção – Focco-PB, participou do Diálogo Público falando sobre a transparência que, segundo ele, deve ser uma via de mão dupla: “o gestor tem o dever de prestar contas dos seus atos e ao cidadão compete a cobrança de ações administrativas que, efetivamente, atendam aos interesses da cidadania”.

MARCO LEGAL – o conselheiro André Carlos fez referência à normatização da transparência pública. A obrigação de facilitar e garantir o acesso à informação da gestão pública, já prevista na Constituição Federal de 1988, foi reforçada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000. Em 2009 ganhou outro reforço com a regulamentação da lei complementar 131, conhecida com a “lei da transparência”. Essa lei, segundo ele, agregou mecanismos mais eficazes à LRF, para que fosse observada em sua concretude.

A Lei de Acesso à Informação, 12.527 de 2011, promoveu novo revigoramento à transparência que deve ser dada à administração pública. De acordo com o conselheiro André Carlo, essa cronologia remete a uma insistência de manutenção do princípio republicano que assegura ao cidadão o direito de conhecer onde e como os recursos da sociedade são aplicados.

O auditor de contas públicas do TCE, coordenador da Ouvidoria, Ênio Martins Norat, também palestrou sobre a “Transparência como instrumento de controle”. Ele se referiu ao advento da Lei 12.527/2011, a partir do qual se mudou o paradigma de que o acesso à informação é regra e o sigilo é a exceção e que a informação é um direito do cidadão e o dever do estado é fornecê-las.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – em todas as edições do Diálogo Público, o Ministério Público de Contas, junto ao TCE, teve a participação de uma de suas procuradoras: Elvira Samara Pereira de Oliveira – Procuradora Geral; Sheyla Barreto Braga de Queiroz – Subprocuradora Geral (Primeira Câmara); e Isabella Barbosa Marinho Falcão – Subprocuradora Geral (Segunda Câmara); em palestras em que estabeleciam a relação de direta do órgão ministerial com o controle social.

O Ministério Público de Contas, conforme salientou a procuradora Elvira Samara, é um órgão ministerial especializado integrante do controle externo, com atuação no âmbito das competências previstas constitucionalmente às Cortes de Contas para a fiscalização da administração pública, a fim de que seja legal, moral, eficiente e atenda efetivamente à cidadania.

O interesse de aproximação do órgão ministerial com a sociedade e, desse modo, contribuir para o controle social, foi sempre salientado.

FERRAMENTAS – As ferramentas de controle foram apresentadas por auditores de contas públicas, integrantes Assessoria Técnica do TCE: Ed Wilson Santana, Fábio Lucas Meira de Souza Barbosa, Rodrigo Galvão Lourenço da Silva e Vinicius Farias Dantas.

As ferramentas de controle que o TCE desenvolveu, ao longo dos anos, são essenciais à efetivação da fiscalização dos recursos públicos. São instrumentos indispensáveis ao controle externo e que facilitam a participação do cidadão no processo de controle social.

AUDITORIA OPERACIONAL - O auditor de contas públicas, Josedilton Alves Diniz, esteve presente em todas as edições, como coordenador do Diálogo Público e como palestrante do tema ‘Auditoria Operacional’ que, de acordo com ele, funciona de modo a identificar as demandas da sociedade e favorecendo ao encontro de soluções, para possíveis problemas ou falhas na gestão. A AOP difere da auditoria convencional, que atua sob a ótica da legalidade, da conformidade dos aspectos financeiros e contábeis, enfim, apura irregularidades, imputa débitos, etc.

A auditoria operacional, conforme exposição de Josedilton, vislumbra a qualidade do gasto. “Os achados de auditoria não são tidos como ilegalidades”, explicou. Eles geram recomendações, para que referenciem a solução do problema. Nas auditorias operacionais, a participação dos cidadãos é imprescindível e o próprio gestor público chamado a participar. Essa participação se dá, inclusive, na fase de planejamento e, ao final do trabalho.

A auditoria operacional contribui com a gestão na elaboração de planos de ação para a melhoria da política pública, alvo de análise. A AOP induz o cidadão a cobrar e o gestor a efetivar serviços públicos de qualidade. Além dos já enumerados, o auditor disse que a expectativa do Diálogo Público é motivar a participação da sociedade, gerar mudança de atitude e melhorar a qualidade da informação. ▀



NOVAS PARTICIPAÇÕES EM GUARABIRA E ITABAIANA

O conselheiro Fernando Catão, corregedor do TCE-PB, proferiu palestra sobre o tema ‘Transparência, um instrumento a serviço da cidadania’. Ele iniciou sua fala salientando que o Brasil tem o sistema democrático mais consolidado do mundo. “Mesmo em grandes situações de crise, como na fase do impeachment de Fernando Collor, e mais recentemente as denúncias de corrupção na Petrobras, as instituições se mantêm em funcionamento”.

Ele ressaltou que isso é decorrência da transparência, assegurada constitucionalmente e reforçada pela LC 131/2009 (lei da transparência) e da 12.527/2011 (lei de acesso à informação). O conselheiro Fernando Catão lembrou que o Tribunal de Contas se antecipou a essa legislação quando, dez anos atrás, desenvolveu o Sagres que “é o maior e mais confiável banco de dados das contas públicas, tecnologia cedida a oito outros Tribunais de Contas do país.

O procurador do Ministério Público junto ao TCE-PB, Marcílio Toscano Franca Filho abordou o tema ‘O Ministério Público de Contas e o Controle Social’. De maneira inusitada, ilustrou o conceito de controle social com uma música de Genival Santos, falecido esta semana que, segundo ele, é um ícone “da música popular romântica brasileira”.

Ele explicou que ao sistema de controle externo, ao contrário da música que citou “eu lhe peguei no fraga”, antes da explicação e da punição, prima pela atuação preventiva, que é a que mais produz resultados. “É por isto que o TCE busca a participação cidadã, estimulando o exercício do controle social, que contribui para que a fiscalização possa ocorrer de maneira mais constante e mais efetiva”, ressaltou.

Marcílio Toscano destacou que o controle só tem sentido quando é realizado em rede, com o ajuntamento de diversas fontes, ou seja, a reunião dos órgãos do sistema de controle externo e a colaboração da sociedade. “A atuação de auditores, não produz, isoladamente, a mesma eficiência e efetividade; o controle exercido desse modo, também, é menos custoso”, salientou.



OSCAR MAMEDE FALOU SOBRE O CONTROLE SOCIAL

Em Itabaiana o encontro foi conduzido pelo conselheiro substituto Oscar Mamede Santiago Melo, em razão da ausência do conselheiro presidente, Fábio Nogueira, acometido por uma forte virose, associada a uma crise de faringite.

O tema ‘Controle Social’ foi apresentado pelo conselheiro Oscar Mamede. Ele ressaltou a importância da iniciativa do Tribunal de Contas, que, “ao percorrer a Paraíba para estimular a participação do cidadão na fiscalização do emprego dos recursos públicos, interage e se aproxima da população paraibana”.

O conselheiro Oscar Mamede ilustrou a importância da participação popular na Lei 135/2010, a lei da Ficha Limpa, “resultado da mobilização da sociedade, que hoje produz reflexos na melhoria da gestão pública quando, por exemplo, contribui para o impedimento da candidatura de políticos que cometeram atos de improbidade administrativa; ou seja, é uma iniciativa que confirma a necessidade do controle social e, igualmente, contribui para a redução dos índices de corrupção”, salientou. **TC**

TCE recebe prêmio pelo Diálogo Público

LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS RECONHECE PROGRAMA DE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A sessão solene de entrega do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública aconteceu na manhã do dia 9 de dezembro, na Câmara dos Deputados, e foi presidida, inicialmente, pelo deputado Simão Sessim, que falou em nome do presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves. Ele destacou que a outorga valoriza experiências em cujo propósito está a prevalência da moralidade administrativa. Posteriormente, num gesto de deferência, a presidência dos trabalhos passou ao deputado Hugo Motta.

A concessão do prêmio ao Tribunal de Contas da Paraíba foi iniciativa do deputado Hugo Motta. O TCE foi agraciado na categoria governamental e, conforme palavras do presidente da Câmara Federal, o Diálogo Público Paraíba, experiência merecedora do reconhecimento da Comissão de fiscalização Financeira e Controle e da mesa diretora da Câmara dos Deputados, representa um estímulo para que a população se mantenha atenta à aplicação do dinheiro público.

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, recebeu o prêmio das mãos do ex-ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves, no governo Itamar Franco, que dá nome ao prêmio na categoria governamental. “Ao percorrer 7.594 quilômetros, desde a Capital ao mais longínquo recanto da Paraíba, moveu-nos a convicção de que nada, nem ninguém, pode ser tão eficiente do que o olhar da própria população na fiscalização dos recursos públicos”, salientou em discurso de agradecimento.

O conselheiro Fábio Nogueira fez um agradecimento particular ao deputado Hugo Motta dizendo que o prêmio tem grande significância para o TCE “é a celebração de um ato de parceria: “somos parceiros de uma mesma causa, em que a Câmara dos Deputados, ao exercer o seu poder fiscalizatório, também, reconhece as ações que realçam o princípio da moralidade para a efetivação do ideal democrático”.

Na categoria sociedade civil o prêmio, concedido à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, foi recebido pela presidente da instituição Lúcia Willadino Braga. A instituição obteve o reconhecimento

ANDRE OLIVEIRA



LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

pela gestão transparente dos recursos governamentais que recebe para a manutenção de nove hospitais, que atendem a mais de um milhão e quinhentos mil pacientes.

RECONHECIMENTO – o deputado Hugo Motta, ao justificar a indicação do Tribunal de Contas da Paraíba ressaltou que prêmio é um gesto de reconhecendo ao importante trabalho de incentivo ao controle social, através do qual o TCE mobilizou a população paraibana em busca de um melhor emprego dos recursos públicos. Ele disse que o Diálogo Público é mais um exemplo que a Paraíba dá ao Brasil.

O programa Diálogo Público é uma grata revelação, “mais uma que o Tribunal de Contas da Paraíba oferece ao Brasil como modelo, assim como o fez com o Sagres, hoje cedido a 10 outros TCs. Os bons exemplos precisam ser seguidos para que o Brasil possa seguir em frente”, ressaltou.

O conselheiro Arthur Cunha Lima e a procuradora do Ministério Público de Contas, Sheyla Barreto Braga de Queiroz, acompanharam a sessão solene. **TC**

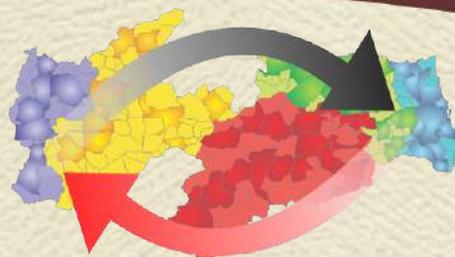
RECONHECIMENTO

DIÁLOGO PÚBLICO



TCE
TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DA PARAÍBA

BLICO PARAÍBA



7.594
KILÔMETROS PERCORRIDOS

EM BUSCA DO CONTROLE SOCIAL

Motivando cidadãos ao exercício do Controle Social

Depois de percorrer todas as regiões da Paraíba, nesses últimos meses, com o 'Diálogo Público Paraíba - o TCE e o controle social', aprofundou-se em mim a convicção de que o conhecimento é capaz de realizar as mais profundas transformações. Nessa longa, porém, encorajadora jornada, trilhou-se além dos meandros do nosso Estado.

Em cada olhar atento, em cada indagação, em cada dúvida suscitada, obtive a certeza de que estávamos atingindo, principalmente, o âmago de cidadãos paraibanos, dispostos a aprender, entender e, sobretudo, resolutos em assumir a imprescindível tarefa de agente fiscalizador do emprego dos recursos públicos.

Arraigou-se em mim, também, a certeza de que o caminho traçado conduzia ao lugar almejado. Era necessário encurtar, ou mesmo eliminar, a distância entre o Tribunal de Contas da Paraíba e o cidadão. Então o TCE foi até ele, em sua região, onde seria possível conhecer um pouco mais do seu universo, dos seus hábitos, das suas demandas.

De certo modo, uma prática rotineira das equipes técnicas de auditoria, foi-se adensando ao planejamento inicial do 'Diálogo Público'. Enquanto nos apresentávamos, conferíamos, na voz, nos reclamos ou no testemunho dos participantes, os resultados das políticas públicas.

Pelas estradas paraibanas, nas quais se cumpriam as rotas do 'Diálogo Público', despontavam realidades distintas, desigualdades e carências. Mas, também, o vislumbre de algum progresso e expectativas de crescimento econômico e social. Nesse périplo, deparamo-nos com gestores públicos imbuídos do mais elevado espírito de probidade administrativa, que enxergam o TCE como instituição preparada para orientar ao melhor desempenho da gestão pública.

O 'Diálogo Público Paraíba' levou aos cidadãos o conhecimento e provocou a consciência, elementos necessários ao acompanhamento da gestão pública. Mostrou e demonstrou as

ferramentas de controle e idealizou novas formas de interação com a população. O Tribunal de Contas da Paraíba encontrou parceiros, e potenciais disseminadores, da importância do controle social.

Nessa aliança com o cidadão paraibano, o TCE-PB almeja a efetividade da gestão pública. Só o cumprimento da legalidade não é o bastante. As políticas públicas precisam assegurar mais qualidade de vida à população. Saúde, educação, segurança, infraestrutura, habitação, lazer, esporte. Todas as áreas devem estar associadas, com vistas ao bem estar das pessoas; tudo precisa estar direcionado à dignificação da cidadania.

Os municípios devem ser dotados de todas as condições possíveis para assegurar a dignidade e a permanência dos seus cidadãos. O inchaço das grandes cidades é gerado pelo êxodo de pessoas desalentadas pela falta de perspectivas ali, no lugar onde nasceram. Sobretudo em busca de emprego, na maioria das vezes, acabam esbarrando no entrave da má formação educacional, na falta de qualificação profissional, enfim, tornam-se vítimas daquilo que lhes foi subtraído pela má gestão pública.

Nenhum instrumento ou ferramenta do sistema de controle externo se sobrepõe à força da participação cidadã. É o que tenho afirmado em minhas palestras e, no filósofo italiano, Norberto Bobbio, encontro a melhor referência para esta minha crença: "O Controle Social é o controle da ação estatal pela via democrática. É uma forma de se inverter a lógica de olhar o problema do Estado do ponto de vista do governante, para ver o governo da ótica do indivíduo (BOBBIO, 1987)".



FÁBIO TÚLIO FILGUEIRAS NOGUEIRA
Conselheiro Presidente

Mobilidade urbana motiva instituição de Auditoria Operacional

AUTORIDADES DO SETOR DEBATEM SITUAÇÃO DE JOÃO PESSOA E REGIÃO METROPOLITANA DA CAPITAL

O Tribunal de Contas da Paraíba realiza uma auditoria operacional para reunir subsídios sobre a situação da mobilidade urbana em João Pessoa e na região metropolitana da Capital. A AOP tem como relator o Conselheiro Arnóbio Alves Viana.

Os resultados iniciais do trabalho foram apresentados em uma audiência pública de que participaram os órgãos envolvidos direta, ou indiretamente, com a questão da mobilidade urbana de João Pessoa e da região metropolitana: DER; AETC-JP; FUNAD; SEMOB; e, ainda, representantes do Grupo Massa Crítica Parahyba de Ciclistas.

O conselheiro Arnóbio Viana considera a mobilidade um dos maiores desafios das cidades contemporâneas. De acordo com ele, diversos itens devem ser considerados para que se alcance o nível ideal de qualidade nos ambientes urbanos.

Algumas questões, segundo o conselheiro Arnóbio Viana, devem ser vistas de maneira prioritária. Ele citou o exemplo do excessivo tráfego de veículos, que provoca a paralisia do trânsito e redundam em outras consequências negativas: desperdício de tempo e danos ambientais, como a poluição atmosférica.

No caso do trânsito, o conselheiro vislumbra, como solução para o problema, a melhoria do sistema de transportes coletivos, com a difusão de boas práticas. Ele cita, como exemplo, a implantação de sistemas sobre trilhos, como metrô e trens, e sua integração a ciclovias.

O conselheiro Arnóbio Viana também disse que a mobilidade urbana exige calçadas confortáveis, niveladas, sem buracos, nem obstáculos, para que se facilite a locomoção das pessoas a pé ou em cadeiras de rodas.

A audiência pública, de acordo com o conselheiro, é um dos requisitos de participação do cidadão nos quais se baseia o TCE-PB, a fim de inseri-lo nos assuntos do interesse e do cotidiano coletivo, em que a mobilidade urbana se contextualiza, e de fomento ao controle social. **TC**

ACESSIBILIDADE

CORTE ABRAÇA CAUSA DO MPPB E PASSA A VERIFICAR QUESTÃO AFETA À MOBILIDADE

Na Paraíba, as condições de acessibilidade pública a obras e prédios custeados com verbas estaduais e municipais também é um assunto do Tribunal de Contas, desde maio de 2013. Na ocasião, o presidente Fábio Nogueira, determinou à Diretoria de Auditoria e Fiscalização (Diafi) providências no sentido de que a questão passasse a ser averiguado nas inspeções rotineiras a cargo de auditores.

O assunto fora antes discutida em audiência pública relacionada à Auditoria Operacional destinada a examinar a ques-

tão da mobilidade urbana em João Pessoa e Região Metropolitana por sugestão da então procuradora-geral do TCE Isabella Barbosa Marinho Falcão, feita em sessão plenária.

Ela observava que era este um projeto encampado, nacionalmente, pelo Ministério Público de Contas. “Gostaria de informar aos meus colegas de todo o País que a Paraíba abraça essa causa”, comentou a procuradora. “Vossa Excelência já pode fazê-lo”, respondeu, de pronto, o conselheiro Fábio Nogueira.



PROPOSTA É FEITA EM REUNIÃO

TCE na coordenação do FOCCO-PB

INTEGRANTES DO FOCCO-PB FORMALIZAM CONVITE PARA TCE COORDENAR FÓRUM

Em fevereiro de 2014, o conselheiro Fábio Nogueira, recebeu o chefe da CGU e coordenador do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção, Fábio Araújo; Rodrigo Paiva, analista de finanças e controle da CGU; e Gabriel Aragão, coordenador do núcleo de prevenção da CGU, também integrantes do Focco, que formalizaram convite para que o TCE passe a coordenar o Fórum na Paraíba.

Depois de manifestar-se honrado pelo convite, o conselheiro Fábio Nogueira, sugeriu o nome do conselheiro André Carlo Torres Pontes, ouvidor do TCE que, segundo o presidente, é um excelente quadro da Corte de Contas paraibana, sobretudo pelo perfil técnico que possui e pelo fato de ser egresso do Ministério Público. A indicação foi submetida ao Tribunal Pleno e aprovada por unanimidade.

Os integrantes da CGU, ao justificarem a pretensão de ter o Tribunal de Contas na coordenação do Focco, ressaltaram a representatividade do TCE e se reportaram ao fato da Corte paraibana ser um referencial nacional, sobretudo, em termos de qualidade de controle externo. “Nos-

sa intenção é de que o Fórum desenvolva um trabalho ainda melhor do que tem feito e o TCE tem todas as qualificações em prol desse objetivo”, ressaltou Fábio Araújo, chefe da CGU.

NAI INTEGRA ÓRGÃOS

O Fórum Paraibano de Combate à Corrupção - Focco-PB, sob a gestão do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e coordenado pelo conselheiro André Carlo Torres Pontes, recorreu a um instrumento eficaz para superar os entraves da burocracia: a tecnologia da informação.

O fortalecimento das relações institucionais entre os órgãos integrantes do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção é o principal propósito do Núcleo de Articulação Institucional, instalado no TCE-PB. O NAI também favorece a permuta de informações e promove a interação entre os órgãos de controle, que atuam no combate aos crimes de malversação de recursos públicos.

A utilização das ferramentas tecnológicas, que permite a troca de informações entre os mais de vinte órgãos que compõem o Focco-PB, vem facilitando e ampliando a relação institucional para o fortalecimento da atuação dos próprios órgãos. De acordo com o conselheiro André Carlo, no NAI são centralizadas informações e congregadas solicitações de todos os órgãos envolvidos no combate à corrupção. ▀

REFORÇO AOS GRUPOS DE TRABALHO

Além do ambiente virtual, outros instrumentos ampliaram o campo de atuação do Focco-PB. Foram criados novos Grupos de Trabalho, em que se reúnem órgãos relacionados a pautas específicas, para discussão, investigação e controle dessas áreas. Dois novos temas, Saúde e Obras Públicas, estão na pauta do Fórum.

O conselheiro André Carlo explicou que O GT de Saúde tem um objetivo mais técnico do que de controle, com atuação mais direcionada à identificação de carências e apontamento de soluções, para problemas estruturais.

No GT de Obras, o coordenador do Focco explicou que é necessário manter um olhar fiscalizatório. De acordo com o conselheiro André Carlo, há um volume expressivo de recursos envolvidos, que precisa ser fiscalizado, em particular os destinados as áreas de educação, saúde e assistência social, que costumam sofrer maiores danos por casos de corrupção.

Além dos grupos específicos nas áreas de saúde e obras públicas, outros GTs empreenderam novas formas de atuação. É o caso do grupo de Transparência Pública. O Grupo de Trabalho de Fiscalização de contratos Tercei-



REUNIÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

rizados também atua de modo a evitar prejuízos para os cofres públicos.

ÓRGÃOS INTEGRANTES - Além do TCE-PB, o Focco-PB é integrado por representações locais do Tribunal de Contas da União, das Controladorias Gerais da União e do Estado, da Procuradoria da Fazenda Nacional, do Ministério Público Federal e Estadual, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério da Saúde, das Secretarias Nacional e Estadual da Receita, da Polícia Federal e do Instituto Nacional de Seguro Social, entre outras instituições públicas. **TC**

CONSELHEIROS E AUDITORES PARTICIPAM DE DEBATE

O Tribunal de Contas e a Procuradoria Geral de Justiça da Paraíba promoveram, em 8 de fevereiro de 2013, a primeira de uma série de reuniões destinadas a aprimorar a troca de informações sobre a tramitação de processos decorrentes da malversação de recursos da sociedade.

A IDEIA ERA – e continua a ser – a de aperfeiçoar o conjunto de providências oriundas de convênio celebrado entre as duas instituições, em benefício da celeridade e do ajuizamento de débitos imputados pelo TCE a ordenadores de despesas públicas. A Procuradoria desejava o pronto acesso às fases processuais no âmbito do Tribunal de Contas e, em troca, este último requeria informações sobre o andamento desses processos encaminhados pelo Ministério Público à Justiça Comum.

“Nossos objetivos coincidem porque dizem respeito à celeridade processual e à defesa dos interesses da população”, comentava o presiden-

te do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, ao receber, em seu gabinete, o então procurador geral de Justiça Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

“O acesso imediato às apurações do Tribunal de Contas é de extrema importância para o nosso trabalho cotidiano”, considerava este último ao se acompanhar, na ocasião, dos promotores de Justiça Carlos Romero, Octávio Paulo Neto e Francisco Raudeck.

NESSE PRIMEIRO ENCONTRO – de que também participaram o diretor geral Francisco Claudino Neto e três representantes da área técnica do TCE, os auditores Ed Wilson Santana, Francisco Lins Barreto Filho e Humberto Carlos do Amaral Gurgel – ficaria acertado o prosseguimento das discussões.

Aos técnicos do Tribunal e da Procuradoria Geral de Justiça competiria, a partir dali, o desenvolvimento de meios que possibilitem, via internet, a troca de informações pretendidas, em mão dupla, por ambas as instituições.



PIONEIRISMO NA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E AGILIDADE DAS AÇÕES

Pioneirismo na avaliação da qualidade e agilidade das ações

O TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA RECEBEU A PRIMEIRA EQUIPE DE AVALIADORES DO SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE EXTERNO

O bom conceito de que desfruta nacionalmente, em razão de avanços no campo da transparência e da celeridade processual, fez a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) iniciar pela Paraíba o trabalho de avaliação da agilidade e qualidade do controle externo brasileiro.

Por conta disso, o TC paraibano foi o primeiro a receber o Comitê Gestor instituído pela Atricon e encarregado de averiguar o funcionamento de todas as Cortes de Contas do País.

Aqui, os visitantes conheceram ferramentas como o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres) e do Sistema Eletrônico de Tramitação de Processos (Tramita), ambos frequentemente requeridos por instituições congêneres.

A visita do grupo foi anunciada pelo conselheiro Fábio Nogueira, na sessão plenária de 2 de agosto de 2013, dias antes de sua ocorrência. Na ocasião, ele havia recebido telefonema de Salvador, a Capital da Bahia, no qual o conselheiro Fernando Catão, representante da Paraíba no Comitê Gestor da Atricon, dava conta da novidade.

Composto por doze conselheiros e seis técnicos oriundos de Estados diversos, o grupo aqui esteve nos dias 15 e 16 do mesmo agosto para a averiguação de 20 indicadores de desempenho e eficiência depois disso também aplicados,

sequencialmente, nos demais pontos do território nacional. Lembrava ele que, apesar de voluntárias, cresciam as adesões dos TCs ao processo de avaliação. E isso, ao seu ver, demonstrava “a preocupação dos Tribunais de Contas com o aprimoramento daquilo que fazem em favor da boa gestão pública e da sociedade”.

Aqui e nos demais Estados, o grupo aplicou critérios que envolveram, ainda, estratégia e desenvolvimento organizacional, normas e metodologia de auditoria, administração e estrutura de apoio, recursos humanos, liderança, comunicação e transparência das Cortes de Contas.

Verificou, também, em cada caso, a agilidade no julgamento de processos e na apreciação de denúncias e consultas, a observância das regras para composição dos Tribunais, acompanhamento de decisões, súmulas e jurisprudência, uso de Tecnologias da Informação (TI), funcionamento das Corregedorias, Ouvidorias e das Escolas de Contas. ►



CONSELHEIRO CATÃO MEMBRO DO COMITÊ GESTOR

► O resultado dessas inspeções foi anunciado, nacionalmente, durante o 27º Congresso dos TCs do Brasil ocorrido de 3 a 6 de dezembro, em Vitória (ES), sem que houvesse a preocupação em estabelecer qualquer espécie de ranking entre as Cortes de Contas brasileiras.

“Vivemos um momento histórico no qual os Tribunais de Contas decidiram, espontaneamente, medir o nível de qualidade dos serviços que prestam ao País. Depois da elaboração do Planejamento Estratégico, com a especificação de ações e metas, tínhamos que partir para a nossa própria avaliação, a fim de que pudéssemos aprimorar nosso papel de organismos fiscalizadores dos atos e gastos públicos”, afirmava Antonio Joaquim.

Por sua vez, o conselheiro Fábio Nogueira, considerava “muito honrosa” a escolha do Tribunal de Contas da Paraíba, por ele presidido, para o início da aferição nacional. “Como órgãos de controle, todos temos que dar o bom exemplo, motivo pelo qual aderimos de pronto a avaliação da agilidade e qualidade dos nossos serviços. E vemos, com muito orgulho e satisfação, esse trabalho, de suma importância para toda a sociedade brasileira, iniciar-se pela Paraíba”, observava.



TCE-PB É PRIMEIRO AVALIADO

A equipe do Comitê Gestor em visita à Paraíba foi integrada pelos conselheiros Jaylson Campelo (TC-PI) e Carlos Ranna (TCE-ES). Mas o ato de instalação dos trabalhos contou, igualmente, com as participações dos também conselheiros Marcos Loreto e Cezar Miola (TCE-RS) e, ainda, com as das técnicas Risoldava Castro, Maria Salete Oliveira, Débora Pinto da Silva e Gislane Fois Fernandes.

O relatório final do Comitê gestor indicou que o TC paraibano cumpria, com rigor, praticamente, a integralidade dos 20 itens e 86 subitens então avaliados, nacionalmente.

SEGUNDA FASE DO PROGRAMA QUALIDADE E AGILIDADE DO CONTROLE EXTERNO

A segunda versão do Programa Qualidade e Agilidade do Controle Externo foi aprovada pelos Tribunais de Contas do Brasil em assembleia realizada em 15 de dezembro, durante evento da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado na sede do TCU, em Brasília.

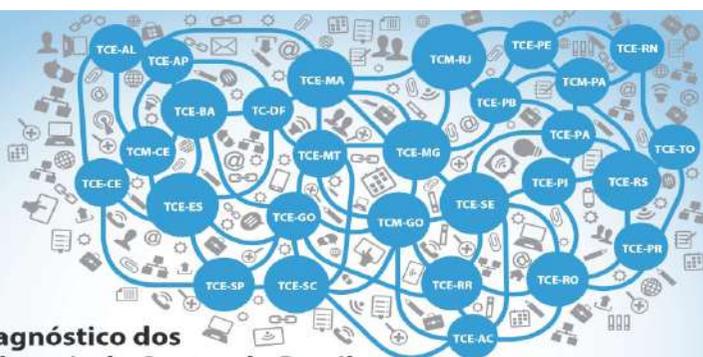
O corregedor do Tribunal de Contas da Paraíba (TCE-PB), conselheiro Fernando Catão, participou do evento “Os Tribunais de Contas

e o desafio da Qualidade e Agilidade do Controle Externo”.

O Tribunal de Contas da Paraíba, na primeira etapa do Programa, foi o primeiro Tribunal a receber o comitê gestor de avaliação de qualidade e de agilidade do controle externo, no mês de agosto de 2013.

Como em 2013, a nova versão objetiva identificar áreas e atividades que devem ser otimizadas para reforçar as capacidades dos TCs e contribuir para a padronização das suas atuações, levando em consideração as melhores práticas nacionais e internacionais, para, assim, atender aos anseios da sociedade.

As premissas, critérios e indicadores a serem avaliados foram apresentados pelo coordenador do Programa Qualidade e Agilidade do Controle Externo, o conselheiro substituto Jaylson Lopes Campelo (TCE-PI). Segundo ele, “não serão realizados ranqueamentos ou comparações e qualificações dos resultados, que só serão divulgados pelo próprio Tribunal de Contas, se assim entender”. À Atricon caberá apenas a divulgação dos resultados consolidados, sem a particularização de cada TC: “Ninguém terá acesso aos relatórios individualizados”, disse Campelo. **TC**



Diagnóstico dos Tribunais de Contas do Brasil

Avaliação da Qualidade e Agilidade do Controle Externo (Revisão por pares)



Auditoria Operacional

COOPERAÇÃO ENTRE TRIBUNAIS DE CONTAS RENDE DIAGNÓSTICO SOBRE O ENSINO MÉDIO

O Tribunal de Contas da Paraíba é um dos 28 TCs parceiros do Tribunal de Contas da União, em regime de cooperação, que resultou em auditoria de avaliação da oferta e qualidade do ensino médio no Brasil. Estiveram envolvidos 90 auditores e foram visitadas 580 escolas em todo o território nacional.

Ao Tribunal de Contas da União coube abordar as ações do Ministério da Educação (MEC), enquanto às demais Cortes de Contas se incumbiram das questões relativas à atuação das secretarias de educação de seus respectivos estados e municípios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê que o ensino médio, última etapa da educação básica, deve ser ofertado, prioritariamente, pelos governos estaduais. A União, contudo, por meio de ações supletivas e redistributivas, deve contribuir para a equalização de oportunidades educacionais e para a consolidação de um padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante uma assistência técnica e financeira.

No âmbito do Tribunal de Contas da União a auditoria embasou a avaliação nos eixos temáticos: cobertura, professores, gestão e financiamento, com a abordagem de aspectos relativos à oferta de vagas; à disponibilidade e formação de professores; à gestão das redes de ensino e das escolas; e à qualidade e fidedignidade das informações sobre o financiamento do ensino médio no Brasil.

Na Paraíba, o TCE-PB definiu como escopo da auditoria a rede estadual de ensino médio, abrangendo estudantes da faixa etária de 15 a 17 anos e, como período, os exercícios de 2012 e o de 2013, até o mês de outubro. A investigação ocorreu a partir de quatro eixos: gestão, em nível de Secretaria de Estado da Educação, gerências regionais de ensino - GRE e unidades escolares - UE; professores (oferta, formação e valorização); infraestrutura das unidades escolares (física e de equipamentos); e financiamento do ensino médio (identificação das despesas desta etapa de ensino).

A auditoria coordenada fez diversas constatações. Em nível nacional, por exemplo, o relatório aponta que há riscos de não atendimento do objetivo previsto na meta 3 do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PLPNE), ainda não aprovado pelo Congresso Nacional, que estabelece o compromisso de alcançar, até 2023, a taxa de escolarização líquida (alunos com faixa etária adequada ao nível de ensino em que estão matriculados) de pelo menos 85%.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2011, a taxa de escolarização era de cerca de 52% para o ensino médio. Entre os municípios brasileiros, 500 não dispõem de infraestrutura escolar suficiente ao atendimento da meta do ensino médio, o que corresponde a um déficit de, pelo menos, 38 mil vagas. O maior índice encontra-se nas regiões Norte e Nordeste.

Na avaliação do magistério, constatou-se uma carência de pelo menos 32 mil professores com formação específica, no conjunto das doze disciplinas obrigatórias para o currículo do ensino médio em todo o Brasil.

Entre os professores que integram a rede, 46 mil não possuem formação específica em nenhuma das disciplinas. Outro agravante desse quadro é a ausência de 61 mil professores das salas de aula; desses, 40 mil estão em atividades administrativas, 16 mil em outros tipos de afastamento; e 5 mil cedidos a outros órgãos não relacionados à área educacional. Os maiores déficits de professores com formação específica estão nas disciplinas de física, química e sociologia.

No eixo de investigação sobre o magistério, na Paraíba, ficou constatada a insuficiência de profissionais, com formação compatível para atender a demanda atual do ensino médio. A maior carência de professores encontra-se nas disciplinas de física, química, biologia, matemática, inglês, espanhol, artes e educação física.

Com relação à infraestrutura, constatou-se um elevado índice de precariedade nas escolas, segundo critérios de suficiência de ambientes, má conservação e adequação quanto às redes elétrica e hidrossanitária; não observância às normas de acessibilidade e de segurança pessoal e patrimonial; e, ainda, normas de combate a incêndio.

Com base no diagnóstico da auditoria coordenada, o Tribunal de Contas da Paraíba apresentou sugestões e/ou recomendações aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo; à Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão; à Secretaria de Estado de Educação - SEE; às Gerências Regionais de Ensino; e ao Fórum Estadual de Educação.

Foi proposta a elaboração de um plano de ação, conforme previsto na Resolução Normativa RN-TC-02/2012, que regulamenta, no TCE-PB, a fiscalização através de Auditoria Operacional, para que se adotem as medidas necessárias ao cumprimento das determinações e implementação das recomendações, distribuídas por eixo e por "achados de auditoria".

OPINIÃO - o conselheiro Fábio Nogueira, presidente do Tribunal de Contas da Paraíba disse que o perfil do ensino médio paraibano, traçado pela auditoria operacional, não difere muito daquele que os meios de comunicação estão habituados a noticiar, sobretudo, no que concerne à infraestrutura das escolas. "Conjugar esforços em busca de alternativas, que resultem na melhoria da política educacional do ensino médio na Paraíba, é uma necessidade premente e um compromisso que se deve assumir com urgência", ressaltou. O relatório, na íntegra, está disponível na página do TCE-PB na internet: http://portal.tce.pb.gov.br/acesso_a_informacao/publicacoes/. **TC**



Fiscalização do patrimônio ambiental

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS INICIA CAMPANHA NA PARAÍBA

O Tribunal de Contas da Paraíba foi palco do lançamento da Campanha Nacional de Fiscalização do Patrimônio Ambiental, evento da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, em 16 de setembro de 2013.

A iniciativa, oportuna e imperiosa, decorria do transcurso do prazo de implantação dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos que a Lei 12.305/10 determinava à União, ao Distrito Federal e aos Municípios, como observava o então presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas, o catarinense Elizeu Correa. Portanto, um ano antes da expiração desse prazo, já era o assunto discutido, na Sala de Sessões do TCE, pelos procuradores de contas do País.

Encarregado do lançamento e coordenação dos trabalhos, Elizeu Correa anunciava

que, na fase inicial, a campanha enfocaria, prioritariamente, a questão do lixo urbano com a qual se defrontam, diariamente, as Prefeituras. “Precisamos virar essa página para uma nova realidade”, propôs.

Sancionada em agosto de 2010, a Lei 12.305 estabeleceu a implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos por entes públicos federais, estaduais e municipais. No âmbito dos municípios, isso significaria o prazo, até agosto de 2014, para que prefeitos providenciassem o tratamento correto do lixo, desde o sistema de coleta até a implantação dos aterros sanitários. O Ministério Público de Contas decidia, então, atuar, estrategicamente, na fiscalização aos órgãos responsáveis pelo licenciamento desses aterros.

O propósito resultava do entendimento de que o zelo com o meio ambiente é um dever do Poder Público e um direito constitucionalmente assegurado a toda a sociedade. A proteção dos bens ambientais, como a água, o ar, o solo, o subsolo, a fauna e a flora, é o objetivo total e final da Campanha. ▶



NÃO ESTAMOS
INVENTANDO NADA,
MAS, ISTO SIM, NOS
APROFUNDANDO
NAQUILO QUE
JÁ DISCIPLINA A
CONSTITUIÇÃO DE 1988"

► “Não estamos inventando nada, mas, isto sim, nos aprofundando naquilo que já disciplina a Constituição de 1988”, explicava o procurador Elizeu Correa. Ele ainda se mostrava convicto de que os Tribunais de Contas do Brasil, em sua totalidade, iriam incorporar nas suas rotinas o exame de questões atinentes à proteção ambiental quando da análise das contas de governo encaminhadas por entes da União, dos Estados e dos Municípios.

Na saudação aos visitantes e ao público presente à solenidade, o presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, anunciava que um dos itens observados a partir do exame das prestações de contas dos gestores públicos paraibanos seria, exatamente, a ges-

tão dos resíduos sólidos, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

“Não é mais possível contentar-se apenas com o exame habitual de contas públicas sob o aspecto legal e contábil. É preciso ir mais além. É necessário fazer com que as políticas públicas tragam bons resultados para a sociedade”, ressaltava ele. Em seguida, lembrava a convivência harmoniosa com o Ministério Público e falava da honra e satis-

fação da Corte de Contas dos paraibanos em poder sediar o lançamento da Campanha Nacional de Fiscalização do Patrimônio Ambiental.

A então procuradora geral do TCE Isabella Barbosa Marinho Falcão deu as boas vindas aos colegas de outros recantos do País e observou: “O que todos doravante teremos pela frente não será uma tarefa simples”. **TC**



Voluntários do Controle Externo

É A SOCIEDADE CONTRIBUINDO COM A FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa Voluntários do Controle Externo foi concebido em 2007, pelo conselheiro Arnóbio Alves Viana, então presidente do TCE-PB. Em 2009, o VOCÊ conquistou o Prêmio Nacional “Sérgio Arouca”, conferido pelo Ministério da Saúde a ações inovadoras no campo da saúde pública.

No formato inicial, o alvo do programa era as unidades básicas de saúde e os Postos de Saúde da Família. Os voluntários do programa, pessoas com faixa etária a partir dos 60 anos, faziam visitas rotineiras aos postos médicos de todas as regiões da Paraíba. Os problemas, mais comumente identificados, eram ausência de equipamentos, de médicos e medicamentos.

Para a comprovação das deficiências, ocorriam inspeções especiais. Os gestores recebiam um diagnóstico da situação e a recomendação, dentro de um prazo predeterminado, de buscar solução para o problema. A incorreção das falhas gerava repercussões no julgamento das contas do Município.

PARTICIPAÇÃO – O programa foi apresentado no XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, em Vitória (ES), em dezembro de 2013. A exposição do VOCÊ foi feita pelo conselheiro Arnóbio Viana num dos encontros temáticos do Congresso, que teve mesa dirigida pelo presidente do TCE-PB Fábio Nogueira e também se destinou à difusão de experiências exitosas a serviço da transparência.

Presidente, em 2007, do TC paraibano, quando lançou o VOCÊ, o conselheiro Arnóbio Viana lembrou que o programa teve, em sua origem a participação de pessoas com idade a partir dos 60 anos então inscritas, voluntariamente, para inspeções aos postos médicos do litoral e interior paraibanos, a fim de contribuir com a solução de problemas decorrentes, muitas vezes, da falta de



LANÇAMENTO DA PRIMEIRA VERSÃO DO VOCÊ



VOLUNTÁRIOS EM AÇÃO

equipamentos, médicos e remédios nos Postos de Saúde da Família.

Reformulado em novembro de 2012, o VOCÊ se mantém sob a coordenação do conselheiro Arnóbio Viana, com a parceria do Ministério Público Estadual. Os voluntários do controle externo passaram a ser integrantes dos Conselhos Municipais do Idoso. ▶





NOVOS VOLUNTÁRIOS SENDO RECRUTADOS

COM NOVO FORMATO, PROGRAMA MIRA A QUALIDADE DO ENSINO

O PROGRAMA VOLUNTÁRIOS DO CONTROLE EXTERNO – VOCÊ ganha nova configuração e acresce o lema “Eu Estou no Controle”.

A ideia foi apresentada pelo conselheiro André Carlo Torres Pontes, ouvidor do Tribunal de Contas da Paraíba, ao conselheiro Arnóbio Alves Viana e ao presidente da Corte, conselheiro Fábio Nogueira, que aprovaram a iniciativa. O presidente, então, delegou a coordenação ao idealizador do novo formato. Estimular o exercício do controle social, entre os estudantes, é o principal alvo.

Os primeiros voluntários do novo VOCÊ foram escolhidos no Diálogo Público da 6ª região geoadministrativa, sediada em Patos, no mês de setembro. Os estudantes do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual Auzenir Lacerda, Judas Tadeu Moraes da Nóbrega, Dayane Cristine Silva Santos Vieira e Elayne Lucena de Oliveira, aceitaram a incumbência de interagir com o Tribunal de Contas, através da Ouvidoria, para a apresentação periódica de diagnósticos da unidade de ensino, onde estudam.

De acordo com o conselheiro André Carlo Torres Pontes, em seu novo formato, o programa “VOCÊ – Eu Estou no Controle” terá foco na rede pública de ensino da Paraíba. Os alunos dessas unidades serão recrutados para atuar como voluntários. A missão deles será identificar os problemas, que comprometam a qualidade do ensino, nas escolas públicas e repassar um “diagnóstico” à Ouvidoria do TCE-PB. As boas condições, também, deverão ser relatadas.

Diante das situações que mereçam um olhar mais atento do TCE, segundo informou o conselheiro André Carlo, será apresentada proposição de inspeção especial para investigar o caso. Quanto às escolas que, na visão dos voluntários do VOCÊ, mantiverem um bom padrão de qualidade, a proposta é adotar uma sistemática de referenciamento delas como “exemplo a ser seguido”.

Além dessa missão, os primeiros integrantes do VOCÊ se comprometeram em contribuir, como agentes multiplicadores, para a elevação do número de voluntários. **TC**



Trindade feminina

TRÊS MULHERES RESPONDEM PELO COMANDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Tribunal de Contas da Paraíba reuniu-se, extraordinariamente, na tarde de 5 de novembro de 2013, no Auditório da Escola Superior da Magistratura, para dar posse do comando do Ministério Público de Contas à nova procuradora geral Elvira Samara Pereira de Oliveira. Com ela também assumiram seus novos cargos as subprocuradoras gerais Sheyla Barreto Braga de Queiroz e Isabella Barbosa Marinho Falcão. Esta última completava o mandato para o biênio 2012/2013 à frente da Procuradoria Geral do TCE.

Em seus discursos, Isabella e Elvira ressaltaram a importância do Ministério Público de Contas num instante em que a sociedade reclama maior vigilância aos atos e gastos da administração pública.

"Vivemos um momento de avaliação das instituições pela sociedade e a ela temos que dar respostas", ressaltou Isabella Falcão. Ela fez um balanço do seu período de gestão, ocasião em que enumerou conquistas a exemplo da ampliação das instalações e equipamentos do Ministério Público, a realização do Encontro Nacional dos Procuradores Gerais de Contas e a elaboração do edital do concurso para a complementação do quadro de procuradores do TCE.

Emocionada, quando dos agradecimentos pelo apoio recebido da direção do Tribunal, dos colegas da Procuradoria e, sobretudo, da família, ela concluiu seu pronunciamento com votos de êxito para a sucessora. Referiu-se a si própria e às duas amigas como "a trindade feminina do Tribunal". Depois, foi



PROCURADORAS COMPÕEM O MP DE CONTAS

homenageada com a outorga da Medalha Cunha Pedrosa, a mais elevada honraria da Corte de Contas do Estado. A entrega foi feita pelo conselheiro Fernando Catão.

A procuradora geral Elvira Samara demonstrou preocupação com o uso das verbas destinadas à educação e à saúde públicas, dois setores imprescindíveis à melhoria da qualidade de vida da população e ao progresso social. Destacou, então, o papel e a relevância do Ministério Público para a correta aplicação desses investimentos. "A malversação dos recursos para a educação compromete o desenvolvimento do País", considerou.

Depois de observar que a sociedade clama por administrações públicas eficientes e corretas, ela se disse convicta dos desafios que terá pela frente, sobretudo o de dar sequência às realizações da antecessora.

Coube ao conselheiro Nominando Diniz a saudação às novas procuradora geral e subprocuradoras gerais do TCE. "Inicia-se uma gestão honesta, digna e competente", disse. E fez ver que seu prognóstico encontra respaldo na história, na tradição e nas boas ações do Ministério Público de Contas na Paraíba. Nominando reafirmou a certeza de que Elvira, Sheyla e Isabella levaiam a bom termo os compromissos e as responsabilidades com que assumiam seus novos encargos.

Antes de encerrar a sessão extraordinária – realizada no Auditório da Esma em razão da reforma por que então passava o Plenário Ministro João Agripino Filho – o presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, assegurava o compromisso com as ações de fortalecimento do Ministério Público. Na ocasião, mencionou o lançamento do edital para o concurso de procuradores. Ele também se manifestou convicto da perpetuação dos laços, da harmonia e do respeito que sempre presidiram a convivência da Corte com o Ministério Público de Contas. **TC**



PROCURADORA GERAL ELVIRA SAMARA NA SOLENIDADE DE POSSE

Promotores treinados para uso de ferramenta

ACESSO AO TRAMITA ENCURTA TEMPO DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS

Desde setembro de 2013, promotores de Justiça paraibanos podem ter acesso a peças de processos da alçada do Tribunal de Contas do Estado. Tal possibilidade decorre de uma série de treinamentos por eles recebidos, na Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil), para uso do Sistema Eletrônico de Tramitação Processual (Tramita).

Ferramenta desenvolvida no TCE e cujo modelo é buscado por outras Cortes de Contas do País, o Tramita passou a também servir, em tempo imediato, à fase de instrução de processos a cargo de promotores do Patrimônio Público. As turmas, cada uma com 15 participantes, receberam instruções até outubro do mesmo ano. Após isso, 60 promotores públicos receberam senhas individuais e intransferíveis para acesso ao Tramita.

Ao receber os dirigentes da Procuradoria Geral de Justiça e os participantes do primeiro de um total de quadro grupos de procuradores, o conselheiro Fábio Nogueira enaltecia a continuidade dos entendimentos que, desde gestões anteriores à sua, fizeram da Corte de Contas uma

parceira frequente das ações de aprimoramento do sistema de controle externo na Paraíba.

“O acesso direto ao Tramita evita o lapso temporal resultante da requisição de informações e da resposta do Tribunal de Contas ao Ministério Público, organismo de elevado papel e dimensão no estado democrático de direito”, observava ele, em entrevista. A seu ver, a sociedade seria a grande beneficiária da parceria celebrada em favor da celeridade processual.

O procurador geral de Justiça Bertrand de Araújo Asfora enumerava, por sua vez, os benefícios decorrentes de mais um acordo com o TCE. “Trata-se de um avanço na defesa da sociedade. Temos, aqui, ainda, o afago do Tribunal de Contas ao Ministério Público e um abraço na cidadania paraibana”, disse.

O secretário geral do Ministério Público Carlos Romero Lauria Paulo Neto falou de uma nova etapa no processo de aprimoramento da parceria iniciada desde a gestão do ex-procurador geral Oswaldo Trigueiro e ressaltou: “Agora, vemos uma contrapartida ao Tribunal de Contas. Precisamos mostrar-lhe o que estamos fazendo com as informações aqui recebidas”.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Clístenes Holanda também reforçou o propósito do avanço desses entendimentos com o retorno de informes acerca de decisões judiciais tomadas com base em processos originários do TCE. **TC**



Nova contabilidade Aplicada ao Setor Público

APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS TEVE PARTICIPAÇÃO DO TCE

“Agente importante das mudanças que a sociedade deseja e espera”. É como o presidente do Tribunal de Contas da Paraíba Fábio Nogueira referiu-se à figura e ao papel do contador, durante a abertura do 1º Seminário Contábil, Fiscal e de Sistema Aplicado ao Setor Público.

O evento promovido em outubro de 2013, pelo Conselho Regional de Contabilidade, no Auditório da Associação dos Plantadores de Cana (Asplan), destinou-se à apresentação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) a contadores oriundos de todo o Estado. O conselheiro Fábio Nogueira observava, na ocasião, que o apoio à iniciativa decorria “do respeito e do reconhecimento da Corte de Contas ao trabalho dos contadores”. Em seguida, reafirmou o compromisso com a manutenção dos programas de treinamento habitualmente ministrados pelo TCE por entender que isso serve à boa apresentação das contas públicas e aos melhores interesses da sociedade.

Depois disso, o presidente do Conselho Regional de Contabilidade Gilsandro Costa de Macedo conclamou toda a classe à percepção das mudanças a partir das quais os contadores deixam de ser “preenchedores de papel” para transformarem-se em operadores de contabilidade. “A nova metodologia muda tudo aquilo que estávamos fazendo”, observou. **TC**

O QUE É – O Siconfi, ferramenta então em desenvolvimento pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para maior transparência das informações da execução orçamentária e financeira, reúne no mesmo ambiente as informações contábeis e fiscais de todos os entes federados em substituição ao vigente Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN). O projeto serve tanto ao cumprimento dos novos comandos legais quanto ao maior acompanhamento pela sociedade dos atos e gastos públicos.

O Seminário, que também teve o apoio da STN, contou com exposição do auditor do TCE Ed Wilson sobre o impacto da nova contabilidade pública nas informações de gestores paraibanos ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres). Antes dele, Antonio Firmino Neto, membro da equipe técnica que elabora o novo Manual de Contabilidade e coordenador do grupo STN/Esaf, falou sobre “O Plano de Transposição para Implantação dos novos procedimentos da Contabilidade Pública”.

A PRIMEIRA PALESTRA DO SEMINÁRIO – “O Siconfi sob a perspectivas do município” – foi feita pelo analista de Finanças e Controle e gerente do Núcleo de Consolidação e Transparência das Contas Públicas, Bruno de Sousa Simões, também é responsável pelo Projeto Siconfi. Encarregado da equipe técnica que elaborava o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o gerente de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal Thiago de Castro falou, por sua vez, sobre “O mapeamento das informações que devem ser apresentadas nos Demonstrativos Contábeis e Fiscais pelos Municípios ao Siconfi”.



NOVA CONTABILIDADE É DISCUTIDA EM EVENTO

Ferramentas para o aperfeiçoamento do controle

COM RECURSOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TCE EMPREENDE EFETIVIDADE À FISCALIZAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS

O aperfeiçoamento do sistema de fiscalização tornou-se rotineiro no Tribunal de Contas da Paraíba. A disponibilização de novas ferramentas eleva a capacidade e as possibilidades dos cidadãos conhecerem e acompanharem os gastos públicos.

A ferramenta Despesa Legal, desenvolvida na gestão do conselheiro Fábio Nogueira, está em fase experimental e serve à comprovação da entrega/recebimento de bem ou material adquirido com recursos públicos. A concepção baseou-se em uma lacuna existente entre as fases preliminares da compra – fixação em orçamento, licitação e empenho – e o pagamento da despesa.

As informações relativas à fase inicial do procedimento, assim como a conclusão (efe-

tuação do pagamento), são transmitidas pelos jurisdicionados ao TCE. A entrega do bem, no entanto, não é formalmente comprovada. A partir da utilização da ferramenta Despesa Legal a certificação da entrega será feita, inclusive, com publicação em redes sociais.

COMO FUNCIONA - No ato da entrega o agente público responsável registrará o recebimento utilizando um aparelho eletrônico (tablet) para fotografar uma amostra da mercadoria (merenda escolar, material de expediente, etc.), ou bem móvel (carteiras escolares, computadores, etc.) e da nota fiscal. Em seguida enviará as informações para o Tribunal de Contas, inserindo-as no Portal do Gestor, do mesmo modo como procede com o envio de balancetes e empenhos de despesas, por exemplo.

As fotos serão imediatamente publicadas no [facebook.com/tribunaldecontaspb](https://www.facebook.com/tribunaldecontaspb) e no Twitter - [@tcepb_desplegal](https://twitter.com/tcepb_desplegal). A expectativa é de que, utilizando o poder de interatividade das redes sociais, se tenha um maior controle da liquidação da despesa pública. ▶



► **CRONOLOGIA** - Das ferramentas de controle implementadas pelo Tribunal de Contas da Paraíba, o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres) é a mais antiga. Criada em 2002, na gestão do conselheiro emérito, Flávio Sátiro, o Sagres se antecipou às leis de Acesso à Informação e da Transparência, com objetivo primordial de facilitar o acesso do cidadão aos dados da gestão pública.

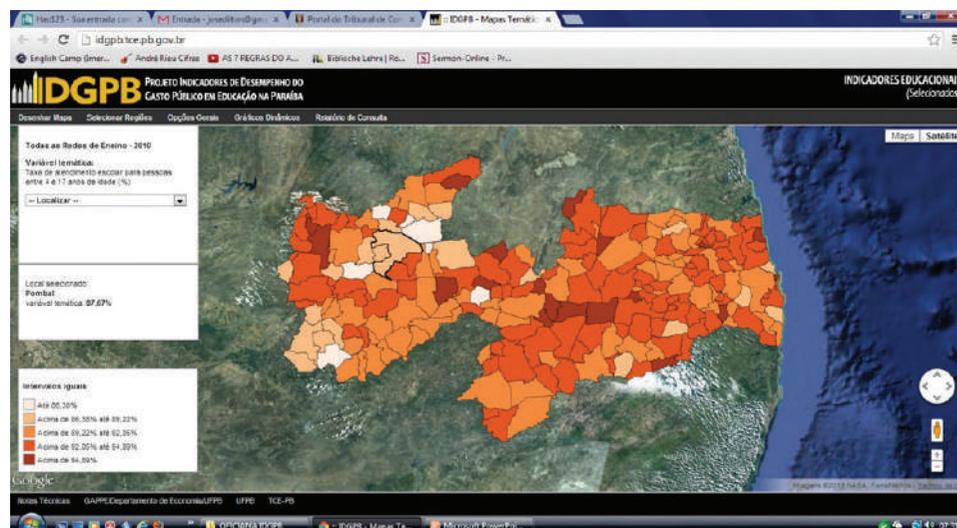
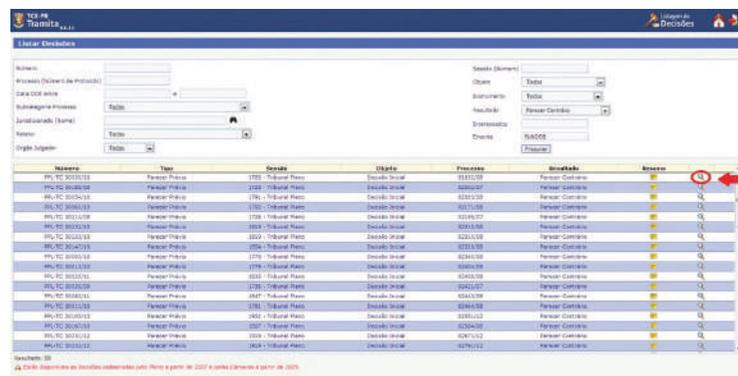
O Sistema Eletrônico de Tramitação de Processos (Tramita) foi criado em 2008, na gestão do conselheiro Arnóbio Alves Viana. A ferramenta disponibiliza informações gerais sobre os processos julgados, ou em tramitação na Corte de Contas, que podem ser consultadas por qualquer cidadão.

O Sistema de Georreferenciamento de Obras Públicas (GeoPB), foi idealizado na gestão do conselheiro Nominando Diniz, em 2009. A ferramenta foi desenvolvida em método de parceria com a Universidade Federal de Campina Grande e é destinada à identificação de obras realizadas, ou em realização, com recursos públicos.

O sistema Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação na Paraíba (IDGPB) foi concebido na gestão do conselheiro Fernando Catão, em 2012, através de uma parceria com a Universidade Federal da Paraíba. É uma plataforma web que agrega dados educacionais, das mais diversas fontes, com o objetivo de auxiliar o trabalho dos auditores do TCE, além de servir como observatório para o controle social.

O sistema 'Mural de Licitações' é uma das ferramentas mais recentes. Foi criada em 2013, na gestão do conselheiro Fábio Nogueira. No endereço eletrônico do Tribunal de Contas <http://portal.tce.pb.gov.br/>, onde também estão disponíveis as demais, é possível acompanhar todos os procedimentos licitatórios em andamento.

A vantagem dessa ferramenta é que, ao constatar qualquer espécie de irregularidade, o cidadão comum, ou mesmo o empresário que se veja prejudicado no processo, pode formular denúncia ao TCE, que impedirá a continuidade do procedimento até que se esclareçam as questões. **TC**



'Mural de Licitações' fortalece o controle social e concomitante

OBJETIVANDO INIBIR FRAUDES E ESTIMULAR A FISCALIZAÇÃO DO CIDADÃO, TCE-PB ADOTA FERRAMENTA PARA LICITAÇÕES

O Tribunal de Contas da Paraíba adotou o 'Mural de Licitações' como uma das suas importantes ferramentas de controle, permitindo a fiscalização da ação administrativa no início do processo e abrindo espaço para o controle social. Essa é uma forma eficaz de prevenir práticas ilegais e desvios de recursos públicos.

No portal <http://portal.tce.pb.gov.br/> está disponível o 'Mural de Licitações', através do qual o cidadão pode acompanhar os processos licitatórios em seus municípios. De acordo com o presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, é mais um instrumento de estímulo ao controle social, adotado pela Corte de Contas.

Ao acessar o Mural de Licitações o cidadão obtém uma listagem com informações preliminares acerca do certame, ainda não ocorrido, como data, horário e local em que será realizado, modalidade, objeto, número da licitação, nome do gestor responsável, valor estimado, entre outros. Com base nesses dados o cidadão pode acompanhar de perto e, quando for o caso, questionar o processo, formulando denúncia à Ouvidoria do TCE ou ao Ministério Público.

Outro fator importante, segundo destacou o conselheiro Fábio Nogueira, é que, ao facilitar o acesso à informação, o 'Mural de Licitações' favorece a transparência da gestão pública, já exi-

gida por normativos legais específicos, dentre as quais as leis 131/2009 e 12.527/2011. A medida, de acordo com ele, representa um avanço significativo no modo de atuação do TCE, que tem se empenhando em efetuar o controle prévio. "Além de fiscalizar e punir, também estamos desestimulando ilegalidades", observou.

Até recentemente, esses processos somente eram analisados depois de decorrido certo tempo. "Com o controle concomitante, tem-se evitado grandes prejuízos e, praticamente, aniquilado as possibilidades de fraudes, com montagens de processos licitatórios", adendou o conselheiro Fábio Nogueira.

As licitações são informadas pelos jurisdicionados ao Tribunal de Contas no prazo máximo de dois dias úteis após a publicação oficial, portanto, as informações contidas no Mural de Licitações são de inteira responsabilidade dos jurisdicionados da Corte de Contas.

Conforme salientou o conselheiro Fábio Nogueira, todas essas iniciativas refletem o empenho do TCE com a prevenção de erros para assegurar a efetividades dos gastos dos recursos públicos. "É muito menos danoso ao erário a suspensão de uma obra, ou de um serviço, com claros sinais de ineficiência, em decorrência de projetos mal elaborados ou razões de outras naturezas", exemplificou.

Para o acompanhamento dessas questões, além desse novo instrumento, também há a Resolução Normativa, RN TC nº 08/2013 que, para fins de controle externo, estabelece a manutenção de um sistema eletrônico de licitações e contratos, executado através do <http://portal.tce.pb.gov.br/> - Portal do Gestor. **TC**

RESULTADO

O Tribunal de Contas da Paraíba suspendeu, durante o ano de 2013, vinte e duas licitações. A suspensão deveu-se ao acatamento de denúncias de irregularidades. Valor acima do preço, projetos básicos insuficientes, dispensas sem justificção e ausência de pesquisa de custos são casos mais recorrentes.

A suspensão foi por intermédio de medida cautelar, prerrogativa prevista no artigo 195 do

regimento interno do TCE. Em 2013, foram fiscalizados 995 processos licitatórios, tempo em que a auditoria efetuou 747 análises de defesa e produziu 341 relatórios de complementação e instrução. O Tribunal Pleno e as duas Câmaras Deliberativas do TCE julgaram 966 processos de licitação, dos quais, foram 504 oriundos dos jurisdicionados municipais, os outros 462 tiveram origem na administração estadual.

'Controle Social TCE-PB' Ao alcance da mão

TCE-PB DESENVOLVE APLICATIVO DE INTERATIVIDADE COM O CIDADÃO

Controle Social TCE-PB. É o nome do aplicativo desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, com a finalidade de permitir ao cidadão o envio de denúncias à corte de Contas, através de aparelhos celulares e tablets.

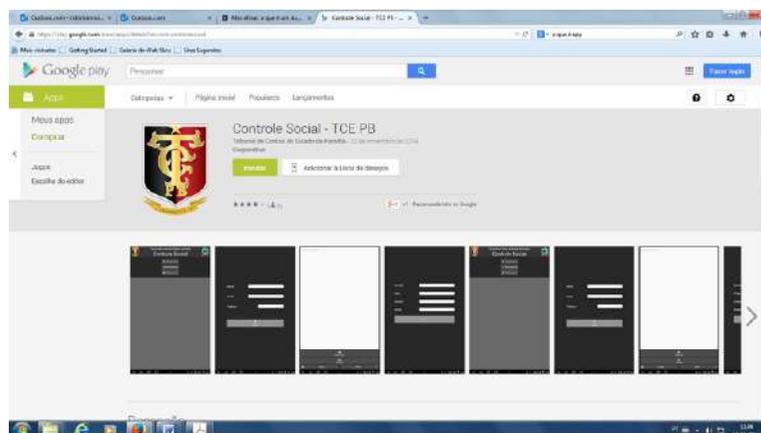
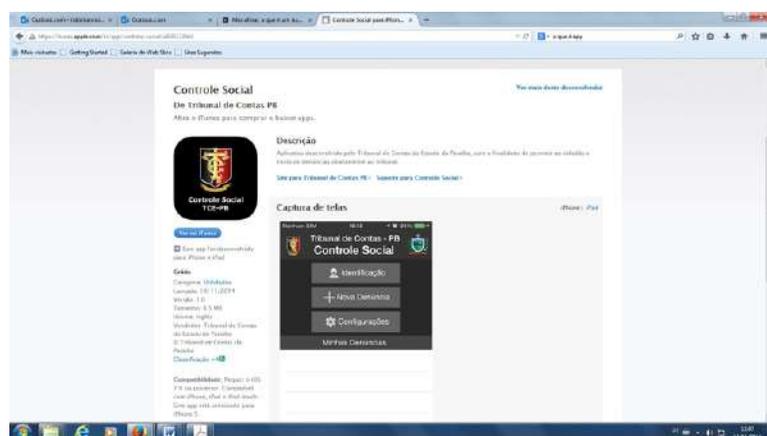
O App está disponível para sistema operacional iOS da Apple e pode ser baixado pelos usuários de iPhones (compatível com iPhone5), iPads e iPods touch no <https://itunes.apple.com/br/app/controle-social/id935723564>; e para Android (Google), com download também gratuito, na loja virtual Google Play (<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.controlesocial>).

O aplicativo foi lançado no mês de novembro pelo conselheiro Fábio Nogueira. Ele disse que

a ferramenta é mais um instrumento que o Tribunal de Contas da Paraíba utiliza para estreitar relação com os cidadãos paraibanos e para estimulá-los à prática do controle social.

O aplicativo permite aos usuários de celulares, tablets e iPads enviar denúncias sobre malversação de recursos públicos, obras inacabadas, ineficácia de políticas públicas, utilização indevida de equipamentos públicos, etc. Além do texto, em que especifica a razão da denúncia, o usuário pode enviar fotos e/ou vídeos. Ligando o dispositivo de GPS do aparelho, o denunciante fornecerá a localização da ocorrência; ou seja, a ferramenta permite um georreferenciamento daquilo que o cidadão considera abuso.

O aplicativo é uma forma ágil e fácil para que o cidadão interaja com a Corte de Contas. As denúncias são direcionadas à Ouvidoria, que adota os procedimentos habituais de apuração, inclusive, quando houver indícios de veracidade, a instauração de processos. **TC**





EDITORA HOMENAGEIA MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA

Fórum de Gestão Pública na Paraíba

ORGANIZADORES RECONHECEM CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHEIRO FÁBIO NOGUEIRA E DO CONSELHEIRO EMÉRITO FLÁVIO SÁTIRO

A editora Fórum, com o apoio institucional do Tribunal de Contas, realizou o Fórum de Gestão Pública na Paraíba, em março de 2013. O evento rendeu homenagens ao conselheiro emérito do TCE-PB, Flávio Sátiro Fernandes, em reconhecimento à contribuição literária; e ao presidente da Corte de Contas paraibana, conselheiro Fábio Nogueira, pelo empenho em modernizar o sistema e em intensificar o caráter pedagógico do controle externo.

O presidente da editora Fórum, Luis Cláudio Rodrigues Ferreira, disse que conselheiro Flávio Sátiro é um profundo conhecedor do direito administrativo e do direito público; “um guardião da sabedoria”, salientou.

Ele agradeceu ao TCE-PB, ressaltando que o presidente Fábio Nogueira tem sido um grande incentivador do caráter educativo, que deve existir no controle externo: “ele

defende o controle que educa, aquele que se faz de maneira preventiva”.

Ao ressaltar essa característica, Luis Cláudio revelou outra razão da homenagem que a editora está prestando, tanto ao conselheiro Flávio Sátiro, cuja produção literária, na área do direito administrativo “é relevante”; quanto ao conselheiro Fábio Nogueira, que “vem ampliando os



CONSELHEIRO NOMINANDO DINIZ PRESIDE MESA

- canais de orientação pedagógica aos gestores públicos”.

O Fórum de Gestão Pública da Paraíba integra um circuito de eventos, que se realiza em diversas capitais brasileiras, cujo tema central é “Por um desenvolvimento nacional sustentável”. Participaram, dentre outros importantes nomes, o ministro aposentado, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto; e o ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler.

O conselheiro Fernando Rodrigues Catão, participou da solenidade de abertura. O conselheiro Nominando Diniz Filho, também, participou do evento, como dirigente da mesa da conferência sobre “marco regulatório dos serviços de saneamento básico: experiência de gestão associada nas regiões metropolitanas”, proferida por Daniela Libório.

Outras importantes abordagens do direito público compuseram a pauta do Fórum: perfil constitucional do processo administrativo; mobilidade urbana; saneamento básico; licenciamento ambiental; desenvolvimento nacional sustentável; 20 anos da Lei nº. 8.666/93; responsabilidade da assessoria jurídica nas licitações e contratos, entre outros. **TC**



CONSELHEIRO FLÁVIO SÁTIRO RECEBE HONRARIA DO MINISTRO AYRES BRITTO



CONSELHEIRO FÁBIO NOGUEIRA RECEBE COMENDA DO MINISTRO BENJAMIN ZYMLER



CONSELHEIRO FÁBIO NOGUEIRA COM EX-MINISTRO AYRES BRITTO



CONSELHEIRO EMÉRITO FLÁVIO SÁTIRO ENTRE CONSELHEIRO CATÃO E O PRESIDENTE DA FÓRUM

TCE autoriza uso pelo INSS de cartilha sobre acumulação de cargos



O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, autorizou o Instituto Nacional de Seguro Social a realizar a impressão e distribuição de Cartilha elaborada por técnicos da Corte com orientações sobre a acumulação de cargos públicos.

A providência decorreu de pedido formulado pelo corregedor geral do INSS Sílvio Gonçalves Seixas, por meio de ofício ao TCE no qual atesta o propósito de uso interno desse material, “para informação sobre o tema aos quadros próprios de servidores”.

A resposta do conselheiro Fábio Nogueira deu-se nesses termos: “A impressão e distribuição da Cartilha com orientações sobre acumulações de cargos públicos, às expensas do INSS, conforme solicitado no Ofício nº 167, que nos encaminhou sua Corregedoria Geral, é propósito muito bem recebido pelo Tribunal de Contas da Paraíba. Não há como entender

essa iniciativa sem prendê-la ao desejo louvável e oportuno de amplificar um esforço para a correção dos maus costumes e a edificação das boas práticas na administração pública brasileira, em todos os seus níveis”.

E mais: “Associar o nome da Corte de Contas dos paraibanos ao do Instituto Nacional do Seguro Social, para tamanho objetivo, nos é motivo de grata satisfação. Portanto, está V. Exa. autorizado a dar sequência a esta providência”. A mesma Cartilha também pode ser publicamente consultada no Portal do TCE. Neste caso, o interessado deve abrir o link “Publicações”. **TC**

DEBATE

SITUAÇÃO ATUARIAL DA PBPREV FOI TEMA

O Tribunal de Contas da Paraíba, por meio da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil), promoveu uma palestra sobre a “Situação Atuarial da Paraíba Previdência”, evento dirigido aos quadros de conselheiros, auditores, procuradores, técnicos e, ainda, a gestores de Fundos e Institutos Municipais de Previdência.

A palestra esteve a cargo do ex-presidente do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) Newton Conde, um dos mais recorridos consultores previdenciários do País. Mestre em Ciências Atuariais pela PUC de São Paulo e integrante da Conde Consultoria Atuarial, ele também é co-autor de obras diversas sobre o tema, em meio às quais o livro “Atuária para não Atuários”.





ACORDO ASSINADO PELO ENTÃO PRESIDENTE DA ATRICON, CONSELHEIRO ANTÔNIO JOAQUIM

Rede de Informações Estratégicas

TCE-PB É SIGNATÁRIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE BUSCA APERFEIÇOAR ATIVIDADES DOS TCS

O Tribunal de Contas da Paraíba firmou acordo de cooperação técnica, celebrado entre o Tribunal de Contas da União e 23 TCs brasileiros, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa, em julho de 2013, para a formação da Rede de Informações Estratégicas.

A Rede Nacional de Informações Estratégicas possibilita a melhoria da eficiência e da eficácia das atividades dos TCs, o que ocorre a partir da aplicação de técnicas de inteligência, com a utilização de base de dados e informações.

O conselheiro Fábio Nogueira destacou

que os órgãos responsáveis pelo controle externo devem estar atentos aos anseios da sociedade, que tem reagido com firmeza contra a corrupção. Dessa forma, segundo ele, é necessário que se mantenham padrões de excelência, que não deixem brecha à malversação dos recursos públicos.

O trabalho conjunto entre os TCs e o TCU, sob a supervisão da Atricon e do Instituto Rui Barbosa, segundo o conselheiro Fábio Nogueira, vem permitindo o alcance dessa meta.

OBJETIVO - A Rede de Informações Estratégicas tem como objetivo criar condições para melhorar a eficiência e eficácia das atividades dos Tribunais de Contas por meio do intercâmbio entre os partícipes e da aplicação de técnicas de inteligência, com utilização de base de dados e informações gerais para tomada de decisões em processos de fiscalização, entre outros. ▀



CONTABILIDADE PÚBLICA: NOVIDADES EM DISCUSSÃO

TCE-PB INTEGRA AÇÃO DE PARCERIA PELA IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA

O Tribunal de Contas da Paraíba é signatário de um acordo de cooperação técnica, firmado entre os TCs, o Ministério da Previdência Social e a Secretaria do Tesouro Nacional. O propósito da parceria é a capacitação de membros das Cortes de Contas brasileiras sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a implementação da Nova Contabilidade Pública nos órgãos públicos.

Os termos de cooperação e de adesão à parceria com o MPS e a STN foram firmados em maio de 2013 por todos os presidentes de Tribunais de Contas do Brasil, pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e pelo subsecretário de Contabilidade Pública da STN, Gilvan Dantas, durante o encontro “Controle Externo em Ação: RPPS e Implementação da Nova Contabilidade Pública”, que aconteceu em Brasília.

O resultado da articulação dos Tribunais de Contas com o MPS e a STN é um trabalho voltado à capacitação técnica de membros dos TCs e profissionais do controle externo; gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social também estão envolvidos no processo.

O objetivo principal é a formação de pessoas para a implementação da nova contabilidade pelos órgãos públicos.

Além dos órgãos ministeriais, os TCs também se aliaram ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Contabilidade, na tarefa de preparação dos entes. De acordo com o conselheiro Fábio Nogueira, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), previstas nas leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pela Resolução CFC nº. 1.161/09, contribuem para o fortalecimento da transparência na medida em que seus registros e demonstrativos passam a ser utilizados, não só pelos contadores e órgãos de controle, mas pela sociedade.

Conforme parâmetros das novas regras, a contabilidade pública não mais se restringe ao enfoque puramente orçamentário. O caráter patrimonial, que estará em evidência, permitirá um controle mais efetivo de bens, direitos e obrigações de órgãos e entes públicos, possibilitando, tanto o aumento da qualidade e dados contábeis, quanto a transparência mais efetiva dessas informações. ▀



BONS RESULTADOS NA RELAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE TCE E POLÍCIA FEDERAL

O superintendente regional do Departamento da Polícia Federal na Paraíba, Nivaldo Farias de Almeida, acompanhado de outros integrantes do órgão, foi recebido pelo conselheiro Fábio Nogueira, no gabinete da presidência do Tribunal de Contas. O dirigente do DPF havia acompanhado a apresentação de levantamento de averiguação do cumprimento às Leis da Transparência e do Acesso à Informação, que gerou o Relatório de Avaliação dos Portais da Transparência, nos 223 municípios paraibanos.

No encontro com o presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, o superintendente do DPF, manifestou o interesse no estreitamento das relações institucionais, já existente entre os órgãos. Na ocasião, Nivaldo Farias de Almeida destacou que o Tribunal de Contas é um parceiro importante, sobretudo, quando disponibiliza ferramentas que auxiliam não apenas à Polícia Federal, mas, a todas as instituições que atuam no combate ao cometimento de delitos com os recursos públicos.

O superintendente destacou que, em diversas operações deflagradas na Paraíba, a Polícia Federal teve o Tribunal de Contas como fonte principal de subsídio e de informações, através das ferramentas do TCE. Ele ressaltou, ainda, o fato de o TCE capitanear o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção, pelo pioneirismo do Focco e a forma como se preocupa com a qualidade dos gastos públicos.

O chefe da Controladoria Regional da União na Paraíba, Fábio Araújo, também participou da visita e transmitiu ao conselheiro Fábio Nogueira e ao superintendente da PF, a impressão sobre as relações institucionais estreitas que a CGU mantém com o TCE. De acordo com ele, o órgão, constantemente, se utiliza da base de dados e das ferramentas, que a Corte disponibiliza, para atuar em todo o Brasil.

Durante a permanência no gabinete da presidência, outros integrantes da Polícia Federal presentes, que atuam fora da Paraíba e ainda não conheciam os instrumentos de controle utilizados pelo TCE, tiveram a oportunidade de uma breve apresentação das ferramentas. O Mural das Licitações foi motivo de muitos elogios, por se tratar de mais um instrumento inovador de facilitação do controle social.

O conselheiro Fábio Nogueira ressaltou que o controle social tem sido um dos gran-



SUPERINTENDENTE NIVALDO FARIAS RESSALTA IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO

des aliados do Tribunal de Contas da Paraíba, sobretudo após o estímulo que vem sendo empreendido através do Diálogo Público. “Nossa preocupação não se resume à legalidade e conformidade dos gastos públicos; é imperioso que tenhamos políticas públicas que alcancem efetivamente a cidadania”, realçou.

PRESENCAS – a visita do superintendente do DPF foi acompanhada por José Juvêncio de Almeida Neto, delegado de Polícia Federal na Paraíba; Raone Aguiar, delegado da Polícia Federal; Nivaldo Farias de Almeida, delegado da Polícia Federal; João Gabriel, Secretária de Transparência de João Pessoa; David Coelho Guedes, PMJP; Hamilton Guedes, Receita Federal; Marcelo Chaves, Receita Federal; entre outros. ▶



PRESIDENTE DO TCE FALA EM CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE

PRESIDENTE RESSALTA IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Fábio Nogueira, ministrou palestra durante a 4ª Convenção Paraibana de Contabilidade. Ele falou sobre 'A atuação dos Órgãos de Controle Externo no Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa'. O evento foi promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (CRCPB) e reuniu cerca de 500 profissionais e estudantes de todo o país, em agosto de 2013.

Em sua apresentação, o conselheiro destacou a importância fundamental dos profissionais contábeis para a transparência pública e

ressaltou a missão e as atribuições do Tribunal de Contas do Estado.

Além do presidente do TCE-PB, também participaram como expositores durante o painel 'A Atuação dos Órgãos de Controle Externo no Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa', o secretário regional do Tribunal de Contas da União do Estado da Paraíba (TCU-PB), Rainério Rodrigues Leite, que falou sobre 'Atividades do TCU e a Formação das Redes de Controle Nacional'; e o chefe da Controladoria-Geral da União da Paraíba, Fábio da Silva Araújo. **TC**



OS PALESTRANTES FORAM SAUDADOS PELO PRESIDENTE DO CRCPB, GILSANDRO COSTA DE MACEDO

ANIVERSÁRIO DE 42 ANOS

Comemoração tem desfile, hino e compromisso com avanços

O Tribunal de Contas da Paraíba celebrou, em 1º de março de 2013, os 42 anos de instalação da Corte de Contas. A comemoração teve hasteamento de bandeiras, execução dos Hinos do Brasil e da Paraíba e desfile de uma Guarda de Honra formada por cadetes da Polícia Militar.

Em seu pronunciamento, o presidente Fábio Nogueira disse que o momento exigia a reflexão e a reafirmação do compromisso com a continuidade dos projetos e ações que, ao longo do tempo, contribuíram para inscrever a Corte paraibana na vanguarda do sistema de controle externo do País.

O conselheiro Fábio Nogueira ressaltou os avanços sucessivos do TCE-PB, tomados como modelo por várias outras Cortes de Contas, resultado da permanente qualificação dos seus quadros jurí-

dicos, técnicos e administrativos; salientou, ainda, o compromisso pessoal com o aprimoramento e desenvolvimento de novas ferramentas, que permitem a efetividade do controle.

“A implantação do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade, o nosso Sagres, e a do Sistema Eletrônico de Tramitação de Processos, o Tramita, duas iniciativas que tanto interessam aos congêneres, são frutos, aqui, do esforço e do aprimoramento contínuo”, afirmou.

Depois do desfile da Guarda de Honra da PM e do hasteamento de bandeiras, no pátio externo, a celebração pelo 42º aniversário prosseguiu, internamente, com a exibição de um vídeo e apresentação do Coral dos Servidores do TCE regido pelo maestro João Alberto Gurgel. ▶



MOMENTOS DA COMEMORAÇÕES



PAVILHÕES SÃO CONDUZIDOS POR CADETES

ANIVERSÁRIO DE 43 ANOS DO TCE

CONSELHEIRO UMBERTO PORTO ABRE SESSÃO PLENÁRIA COM HOMENAGEM

O Tribunal de Contas da Paraíba celebrou os 43 anos de existência e data foi lembrada no dia 26 de fevereiro de 2014. A celebração antecedeu a sessão plenária, sob a presidência do conselheiro Umberto Silveira Porto que, em sua fala, destacou a Lei 3.627, sancionada em 31 de agosto de 1970 pelo então governador João Agripino Filho e que deu origem à Corte de Contas do Estado, cuja instalação ocorreu em 1º de março de 1971.

Em cerimônia rápida e simples, que incluiu a entrada de bandeiras conduzidas por cadetes do

Corpo de Bombeiros Militar, execução do Hino Nacional, assento à mesa dos conselheiros aposentados Antonio Carlos Escorel, Juarez Farias e José Mariz e pronunciamento do presidente em exercício Umberto Porto.

O aniversário do TCE também foi assinado pelo ouvidor André Carlo Torres Pontes. “O governador João Agripino pôs a Paraíba na vanguarda do controle externo. Bem nascido, este é um organismo de referência nacional e uma família de mulheres e homens honrados”, disse o ouvidor. **TC**



CONSELHEIRO UMBERTO PORTO PRESIDE SESSÃO



"CONSELHEIROS EMÉRITOS JOSÉ MARIZ, ANTÔNIO ESCOREL E JUAREZ FARIAS PARTICIPARAM"



SECRETÁRIO RAINÉRIO LEITE DO TCU EXPLICA SITUAÇÃO

Aplicação de recursos federais



MINISTRO AUGUSTO NARDES

TCS DO NORDESTE SE INTEGRAM AO TCU PELA EFICÁCIA DA FISCALIZAÇÃO

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, Fábio Nogueira, além dos presidentes dos TCs de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, estiveram reunidos com o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, para tratar de temas de interesse Cortes de Contas e da região Nordeste.

A fiscalização das obras de esgotamento sanitário vinculadas à transposição do Rio São Francisco, que estão sendo realizadas nesses quatro estados, foi a principal razão do encontro, que aconteceu no TCE-PE, em julho de 2014.

O Presidente Nardes pediu apoio dos TCs para atuarem de maneira integrada em auditorias, que estão sendo realizadas em obras de esgotamento sanitário, que integram o complexo da transposição do Rio São Francisco. Estão sendo aplicados recursos que montam em 600 milhões de reais.

O Tribunal de Contas da União estabelece acordos semelhantes em outras unidades da federação, seguindo a pauta regional. O presidente da Corte salientou a importância da colaboração entre os TCS, que têm contribuído para o avanço das auditorias e da fiscalização do uso dos recursos públicos no país.

O conselheiro Fábio Nogueira ressaltou a importância dessa interação entre os Tribunais de Contas, estaduais e municipais, com o Tribunal de Contas da União, para efetividade do controle externo. Ele destacou as parcerias que resultam na realização de auditorias coordenadas, em áreas de grande demanda como saúde e educação.

PRESENCAS - Estiveram presentes os conselheiros Valdecir Pascoal, presidente do TCE-PE, Fábio Túlio Nogueira, presidente do TCE-PB, Paulo Roberto Alves, presidente do TCE-RN, Valdomiro Távora, presidente do TCE-CE, Fernando Catão, representando o presidente do IRB, conselheiro Sebastião Helvécio e a diretora de Planejamento do TCM-CE, Daniela Jucá, representando o conselheiro Francisco Aguiar. Também estiveram presentes, o Secretário Geral de Controle Externo do TCU Maurício Wanderley e os Secretários das SECEXs nos referidos Estados.

APOIO AOS GOVERNANTES ELEITOS — O TCU e os demais Tribunais de Contas dos Estados têm a intenção de elaborar um documento contendo os principais desafios dos governos federal e estaduais, nas áreas de educação, saúde, previdência, segurança e infraestrutura. Este diagnóstico será entregue a todos os governantes eleitos em 2014 com o objetivo de colaborar com a melhoria da administração. **TC**

Auditorias Governamentais em discussão

CONVIDADO DO TCE,
CONSELHEIRO INALDO
PAIXÃO FALOU SOBRE NAGS

As Normas de Auditoria Governamental (NAGs) aplicáveis ao controle externo brasileiro foram o tema da palestra, em outubro de 2013, proferida pelo conselheiro presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Inaldo da Paixão Santos Araújo que, à época, coordenava o Grupo de Normas e Auditoria Governamental do Promoex.

O conselheiro Nominando Diniz coordenou o evento no TCE. Ele preside a comissão composta por seis auditores de contas públicas, criada por meio da portaria 096/2013, para estudar a adesão e a implementação das Normas de Auditorias Governamentais, no âmbito do Tribunal de Contas da Paraíba.

A adoção das normas de auditoria governamental visa estabelecer um padrão nacional de atuação das diversas equipes de trabalho de cada Tribunal de Contas, baseado na prática e diretrizes de auditoria de diversas instituições internacionais e nacionais.

As NAGs definem os princípios básicos que devem reger as atividades de auditoria governamental, fornecendo subsídios que permitem determinar os procedimentos a serem utilizados no planejamento, na execução das auditorias e na elaboração dos relatórios e monitoramentos.

O projeto das NAGs é recomendado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), Coordenação do Programa de Modernização o Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), com apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **TC**



PALESTRA ATRAI GRANDE PÚBLICO

TCE, Ministério das Cidades e ENAP ministram curso

POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO É ABORDADA

O curso Contratos de Programa de Saneamento Básico foi ministrado, em João Pessoa, através de uma parceria institucional do Tribunal de Contas da Paraíba com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Ministério das Cidades; e pedagógica com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

As parcerias institucionais integram a política de capacitação e de treinamento dos jurisdicionados do TCE e dos próprios servidores da Corte, implementada através da Ecosil. O treinamento foi direcionado aos técnicos das prefeituras; prestadores de serviço de saneamento; além de outros órgãos envolvidos com o planejamento e a regulação do setor.

Os Tribunais de Contas Estaduais, o Ministério Público e as Agências Reguladoras, que se utilizam dos instrumentos legais disponíveis para o desempenho de suas atividades, também se incluem entre o público de interesse do treinamento. Essas instituições se responsabilizam pela supervisão, controle e avaliação das ações e atividades relativas ao saneamento; fiscalização das ações públicas; além de estabelecimento do regime tarifário de forma a garantir modicidade da tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.

As atividades do curso foram baseadas na difusão dos elementos práticos e teóricos, que envolvem a contratação de serviços públicos de saneamento e regulação do setor, em relação às novas exigências da legislação. O foco foi a discussão dos elementos necessários à regularização dos contratos de concessão e de programa em saneamento básico. **TC**



PARTICIPANTES DO CURSO CONTRATOS DE PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO RECEBEM CERTIFICADOS

Política de Resíduos Sólidos é tema de seminário no TCE

LEI DEVE SER
OBSERVADA
NO TRATAMENTO
DO LIXO URBANO



O Tribunal de Contas da Paraíba, através da Escola de Contas Otacílio Silveira (Ecosil), promoveu o seminário 'A Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas Implicações para os Municípios Paraibanos'. O tema foi desenvolvido pelo Doutor em engenharia civil José Dantas de Lima, que abordou aspectos da Lei nº. 12.305/2012.

A Lei estabelece um conjunto de metas e ações a serem adotadas pelo Governo Federal, em parceria com outros entes, como os municípios, com vistas à gestão integrada e gerenciamento adequado dos resíduos sólidos. Entre outras questões, o engenheiro José Dantas de Lima, revelou um diagnóstico da situação dos resíduos sólidos urbanos na Paraíba; falou sobre as etapas de manejo, tratamento e disposição final, além das novas tecnologias para tratamento dos RSU.

O seminário, conforme esclareceu o presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, se insere no Planejamento Estratégico, através do qual o Tribunal busca, entre outros resultados, o aprimoramento e a capacitação das atividades de auditoria. O evento foi direcionado aos auditores lotados no Departamento de Auditoria de Licitações, Contratos e Obras Públicas – Divisão de Controle de Obras Públicas. ▀

TCE E UEPB MANTÊM PARCERIAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

A Universidade Estadual da Paraíba é parceira do TCE-PB na oferta de cursos, na modalidade Educação a Distância, para o atendimento de servidores efetivos dos jurisdicionados da Corte de Contas: graduação em administração pública; e especializações em gestão pública e gestão pública municipal. Estão matriculados 122 alunos.

O convênio foi celebrado em julho de 2013, com o propósito de propiciar a ampliação de planos de trabalho voltados para o campo da educação e qualificação de pessoal. A finalidade

dos cursos é fortalecer o caráter da cidadania, na medida em que aperfeiçoa o trabalho dos agentes públicos e aprimora a percepção da sociedade para a fiscalização do dinheiro público.

Acordo – A formatação da parceria foi definida durante visita do reitor da Universidade Estadual da Paraíba, professor Antônio Guedes Rangel Júnior, que estava acompanhado do procurador geral da UEPB, Ebenezer Pernambucano, ao conselheiro Fábio Nogueira, que os recebeu no gabinete da presidência do TCE.



REPRESENTANTES DA UEPB DISCUTEM PARCERIA COM TCE

TCE USA PAPEL RECICLADO EM POSTURA DE RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

Seguindo uma tendência mundial, o Tribunal de Contas da Paraíba passou a utilizar o papel reciclado, que possui uma coloração mais escura, diferente da tradicional folha branca, para a impressão de quaisquer documentos. A iniciativa, segundo o conselheiro Fábio Nogueira, presidente do TCE, reflete uma preocupação do órgão com a sustentabilidade e o meio ambiente.

O uso do papel reciclado, além de ser uma postura que respeita a característica do 'ecologicamente correto', tem como uma das principais vantagens a redução do impacto ao meio ambiente, tendo em vista que sua produção reduz a utilização de madeiras, propiciando uma vida útil mais longa para cerca de 20 a 30 árvores.

No processo de reciclagem há, ainda, uma re-

dução do consumo de energia a água, fator que também contribui para o meio ambiente. Não é apenas no uso do papel reciclável que o TCE demonstra uma postura 'ecologicamente correta'. Vem-se adotando outras práticas que contribuem para a sustentabilidade.

Orienta-se aos servidores do TCE para que se imprima apenas o necessário; para a utilização de rascunhos; para que se evite a uso de copos descartáveis.

De acordo com o conselheiro Fábio Nogueira, além da utilização do papel reciclado e da mudança de comportamento para hábitos que não causem danos ambientais, outras iniciativas estão sendo estudadas para que o TCE se torne um ambiente corporativo mais 'ecologicamente correto'. **TC**

Gestão de limpeza urbana

MELHOR DESEMPENHO NOS TRABALHOS DE AUDITORIA É META

Capacitação em Análise do Demonstrativo da Receita de Gestão de Resíduos Sólidos com Enfoque nos Custos dos Serviços de Limpeza Urbana. Com essa abordagem, o Tribunal de Contas da Paraíba, promoveu um curso voltado ao aprimoramento das ações da Corte de Contas e ao aperfeiçoamento do controle externo. As aulas/palestras foram ministradas pelo engenheiro civil José Dantas de Lima, que doutor na área ambiental.

Um segundo curso “Capacitação em Análise do Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde – Estados, Distrito Federal e Municípios”, também foi ministrado pelo analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional, Alex Fabiani Teixeira.

PROPÓSITO - Os cursos oferecidos aos servidores do Tribunal de Contas da Paraíba, de acordo com o presidente, conselheiro Fábio Nogueira, se incluem no programa de Planejamento Estratégico do TCE, com vistas à capacitação e ao aprimoramento do quadro técnico e de auditoria e constam do calendário da Ecosil.



ENGENHEIRO RECEBE CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

De acordo com o conselheiro Arnóbio Alves Viana, coordenador da Ecosil, através dessas iniciativas de capacitação e aprimoramento dos seus quadros técnicos, o TCE reforça, nesse caso em particular, o seu papel de fiscalizador da execução das políticas públicas, em busca das necessárias eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos. **TC**



TÉCNICOS DO TCE ATENTOS ÀS INFORMAÇÕES



O CONTROLE SOCIAL É APRESENTADO À COMUNIDADE ACADÊMICA

A Corte de Contas na Universidade

TCE LEVA DIÁLOGO PÚBLICO À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFPB

O Diálogo Público do Tribunal de Contas com a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba foi um passo decisivo e fortalecedor das relações entre as instituições, em especial no que concerne ao controle social. Esta foi a mensagem inicial do conselheiro presidente do TCE, Fábio Nogueira, aos 238 participantes do encontro, no final do mês de outubro, entre estudantes e professores.

O vice-reitor da UFPB, professor Eduardo Rabenhorst, corroborou desse entendimento elogiando o Diálogo Público, como instrumento de formação de consciência coletiva para o combate à corrupção, “que mina as bases da sociedade”. Ele destacou que a Universidade é partícipe da construção do controle social, o que se reflete no pioneirismo com que implantou sua ouvidoria.

Ao destacar o propósito do Diálogo Público, como alternativa de fomento ao controle social,

o conselheiro Fábio Nogueira, revelou que a expectativa do TCE é de que a participação do cidadão, na fiscalização do emprego dos recursos públicos, contribua para o cenário que a Corte de Contas vislumbra como ideal: a efetivação da administração pública, ou a boa governança.

O controle social, além de estimulado, tem sido facilitado pelo Tribunal de Contas. As ferramentas, aprimoradas permanentemente e inovadas dentro dos mais sofisticados padrões da tecnologia da informação, contribuem para esse fim.

O conselheiro Andre Carlo, ouvidor do TCE e coordenador do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção, disse que a corrupção contamina as bases da democracia e que o propósito do Diálogo Público é propiciar uma união do Tribunal de Contas com a sociedade, com vistas à promoção do bom emprego dos recursos públicos.

O Diálogo Público tem prolongamento. Foi o que assegurou o conselheiro André Carlo, lembrando que os estudantes e professores presentes, que disponibilizaram seus endereços eletrônicos, passaram a integrar um cadastro de interatividade do TCE/Focco-PB com a sociedade. ▶

- ▶ Além das informações, enviadas semanalmente aos cadastrados, há uma mensagem lembrando todas as alternativas disponíveis para que o cidadão se mantenha em contato com o TCE e participe da fiscalização dos recursos e das políticas públicas.

Majoritariamente formada por estudantes de ciências contábeis, administração e direito, a platéia foi saudada pela sub-procuradora do Ministério Público de Contas, Sheyla Barreto Braga Queiroz, lembrando a importância dessas áreas, que formam a “tríade responsável pela correição dos atos públicos”. Ela salientou, ainda, a necessidade de que o sistema de controle externo se mantenha casado com a sociedade: “o controle social representa o empoderamento do cidadão, ensejando que as políticas públicas atendam satisfatoriamente ao interesse público”.

O professor Edson Franco, chefe do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPB, fez uma apresentação do projeto de extensão desenvolvido sob sua coordenação: “Educação Orçamentária e Financeira das Contas Públicas”. Ele foi o responsável pelo convite ao TCE para a edição do Diálogo Público na Universidade e destacou a importância da iniciativa.

Elogiando o conselheiro Fábio Nogueira pela idealização do Diálogo Público, além da deferência de ir ao encontro da Universidade, o professor Edson Franco disse que a juventude do presidente contribui para “essa visão de defesa intransigente dos mecanismos de transparência e de participação social na fiscalização do emprego dos recursos públicos”. **TC**



A Universidade na Corte de Contas

VISITAS TÉCNICAS DE ESTUDANTES DE DIREITO AO TCE TÊM SIDO CADA VEZ MAIS COMUNS

O Tribunal de Contas da Paraíba vem recebendo, em número cada vez maior, estudantes de cursos de direito das Universidades Federal da Paraíba, Unipê e Maurício de Nassau. As visitas técnicas acontecem, especialmente, às quartas-feiras, dias de sessão plenária, quando têm a oportunidade de acompanhar o julgamento de processos.

A presença rotineira de estudantes nas dependências do TCE, segundo o conselheiro Fábio Nogueira, é um hábito que favorece a uma aproximação dos estudantes com a Corte de

Contas. “Serve tanto ao conhecimento do rito processual, quanto à familiarização das ferramentas disponíveis para o exercício do controle social”, salientou.

O conselheiro André Carlo Torres Pontes, ouvidor do TCE e também professor do Unipê, é um dos entusiastas desse comportamento e as visitas técnicas ao Tribunal têm sido incentivadas por ele. A segunda da fase da visita, após o acompanhamento de julgamentos em plenário, é uma exposição técnica sobre as ferramentas de controle.

Os visitantes, conforme roteiro previamente estabelecido, participaram de um breve treinamento sobre a utilidade de cada ferramenta disponibilizada pela Corte de Contas para o processo de fiscalização dos recursos públicos e, ainda, para o exercício do controle social. **TC**



Uma nova forma de ver as ações públicas na educação básica

A implementação de políticas educacionais efetivas é, sem sombra de dúvida, um vetor capaz de aumentar a produtividade, a velocidade do crescimento econômico e a geração de oportunidades socioeconômicas de uma nação. Por outro lado, uma nação só será bem estruturada se tiver, também, instituições fortes e atuantes em defesa do bem-estar social.

Dentro desse contexto os tribunais de contas do Brasil traçaram um diagnóstico da situação do ensino médio ofertado pela rede pública em todo Brasil, identificando as principais dificuldades e suas possíveis causas, como também as oportunidades de melhoria.

A escolha do ensino se deu levando em conta que esta é a etapa que apresenta os maiores desafios, tendo em vista à pauta de discussões dos educadores e pesquisadores acerca da qualidade e cobertura do ensino médio (EM). Nesse norte, o desempenho dos estudantes em exames padronizados dessa etapa de ensino tem se mostrado baixo e, nos últimos dez anos, encontra-se praticamente estagnado. Além desse aspecto, o ensino médio, segundo o IBGE, não consegue atingir todo o seu público alvo, representado por jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos.

A análise dos serviços de educação deve ser realizado dentro de uma ótica multifocal, posto que envolve vários problemas, alguns dele o gestor público tem o controle direto o que não acontece com outros. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa com cerca de 25 mil alunos, 3 mil professores, 400 diretores com o objetivo de ordenar de forma crescente os principais problemas do ensino médio. Os resultados revelaram, conforme gráfico abaixo, os dez maiores problemas da educação do ensino médio.

Pelo que se observa, o maior problema do EM é a desmotivação dos alunos seguindo do baixo estímulo dos professores. Depreende-se então que os dois maiores problemas estão vinculados à atividade fim do EM, ou seja, a motivação dos alunos e professores. Um aspecto que chamou atenção foi a percepção que os atores da pesquisa tiveram acerca da participação dos pais na educação dos filhos, sendo este o quarto maior problema.

Para entender o sistema de educação do EM, a equipe do TCEPB, consultou, a literatura da educação e suas teorias, como também a teoria da economia da educação. Foram consultados os atores já mencionados na pesquisa anteriormente mencionada, como também especialistas e pesquisadores do EM. Diante dos dados e das informações obtidas foi possível identificar que os problemas que envolvem a educação estão dispostos em quatro eixos: gestão, professores, infraestrutura e financiamento.

Na execução foi utilizado de várias abordagens metodológicas em que se destacam levantamento empírico, a partir de entrevistas, focus group, e aplicação de questionários junto a Secretária de Educação, Gerentes de Ensino, Gestores de Ensino, Professores, Membros do Conselho Escolar e Alunos. Também foi utilizada a técnica de inspeção física, examinando equipamentos, instalações e a infraestrutura em geral, como também a técnica de observação direta para examinar a situação problema e compreender o funcionamento e comportamento das pessoas envolvidas no sistema educacional do ensino médio.

No eixo de gestão, o que de mais relevante foi identificado, trata-se de deficiências nos processos de elaboração, revisão e implementação do Projeto Político Pedagógico -

PPP e de elaboração e execução do Planejamento Anual nas escolas, como também na atividade de supervisão das escolas e no apoio, monitoramento e avaliação delas e de seus gestores, por parte da Secretaria de Estado da Educação e de suas Gerências Regionais, além de incipiência da gestão democrática nas unidades escolares.

No que diz respeito ao eixo professor, foi constatada a insuficiência de profissionais, com formação compatível para atender a demanda atual do ensino médio nas disciplinas de Física, Química, Biologia, Matemática, Inglês, Espanhol, Artes e Educação Física, especialmente em certos municípios do Estado. Outro fator relevante foi a contratação de temporários de forma recorrente em várias gestões, transformando a excepcionalidade em normalidade, tendo em vista que os prestadores de serviço representaram, no ano letivo de 2013, 42,68% do total de professores da rede estadual (ensino básico). Os concursos públicos realizados não atendem a demanda do ensino médio. A política de remuneração, valorização e capacitação dos professores não atende aos anseios da categoria.

No tocante ao eixo da Infraestrutura das unidades escolares verificou-se um elevado o grau de precariedade nas escolas, segundo critérios de suficiência de ambientes, grau de conservação e adequação quanto às redes elétrica e hidrossanitária, além de não haver observância das normas de acessibilidade e de segurança pessoal e patrimonial. Os dados empíricos revelam que cerca de 57% as escolas não atende aos requisitos considerados mínimos para funcionamento adequado.

No que pertine ao eixo Financiamento, restou constatado que os gastos do ensino médio registrados nos instrumentos de planejamento do Estado e nos sistemas que capturam informações de recursos da educação não refletem a realidade e não são compatíveis entre si, inviabilizando a comparação com referenciais de qualidade. Este Achado decorre da insuficiência e imprecisão no planejamento orçamentário do Estado, que se reflete na execução orçamentária da Educação.

Diante dos levantamentos realizados pela auditoria referentes aos quatro eixos: Gestão, Professores, Infraestrutura e Financiamento, foram sugeridas determinações e/ou recomendações a serem cumpridas/implementadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, Poder Legislativo Estadual, Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão - SEPLAG, Secretaria de Estado de Educação - SEE, Gerências Regionais de Ensino e Fórum Estadual de Educação.

Como essa visão, o TCE-PB traz a sociedade paraibana uma nova forma de efetivar o controle social a partir de analisar os recursos públicos com uma visão focada no resultado e na qualidade dos serviços prestado aos cidadãos. Essa análise vai além do exame de contas sobre a ótica fiscal e adentra num exame detido na qualidade dos serviços públicos.



JOSEDILTON ALVES DINIZ
Doutor em Ciências Sociais Aplicada pela
USP Auditor de Contas Pública do TCE-PB

Aprimorando o serviço público

PARCERIA ENTRE TCE E UFPB FAVORECE PREPARO ACADÊMICO DE SERVIDORES PÚBLICOS PARAIBANOS

A história das parcerias do Tribunal de Contas com Universidades paraibanas acaba de ganhar um novo e importante capítulo. Em razão disso, abre-se o leque da cooperação acadêmica na área de Economia, em favor da qualificação de servidores públicos lotados em órgãos estaduais e municipais.

Mas vão além disso os benefícios do convênio recém-celebrado pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Fábio Nogueira, com a reitora da Universidade Federal da Paraíba, professora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz. Esta nova parceria ainda favorece o preparo acadêmico de quadros funcionais do próprio TCE e, também, de servidores de uma das maiores universidades públicas do País.

O que os dois dirigentes assinaram foi o documento que possibilita, em conjunto, a formação da 1ª Turma de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, iniciativa com 30 vagas reservadas no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da UFPB.

A seleção dos candidatos obedecerá os critérios impostos pela legislação que rege, nacio-

nalmente, o funcionamento dos cursos de pós-graduação "Stricto Sensu".

As instalações e os recursos humanos dispostos a esse projeto estão comumente garantidos pelo TCE e a UFPB, sem prejuízo do desenvolvimento de qualquer de suas atividades habituais, enquanto cabe ao Tribunal a alocação dos recursos para tanto necessários: R\$ 337,8 mil a serem integralizados nos períodos de 2015 a 2016, conforme programa de desembolso já acertado.

Além de se responsabilizar pelo processo seletivo dos alunos, a UFPB também tem como encargos a elaboração do calendário escolar, cronograma de execução do curso, alocação e adaptação de salas, secretaria e laboratório de informática, preparo e oferta do material didático, avaliação da turma e orientação dos trabalhos finais.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPB, depois disso, providenciará o histórico escolar (relacionando as disciplinas e seus professores, carga horária, frequência, média alcançada, grau obtido) e fará a expedição do diploma de "Mestre Stricto Sensu" aos concluintes.

Reuniões periódicas entre equipes do Tribunal e da UFPB servirão tanto ao acompanhamento da execução do convênio quanto à avaliação pedagógica do curso. Depois de matriculados os candidatos estarão submetidos ao Regimento da Pós-Graduação e do Regimento do Curso de Mestrado Profissional em Economia da Universidade. **TC**



DIRIGENTES DA UFPB CONVERSAM SOBRE CONVÊNIO

Em nome da transparência

LEIS DA TRANSPARÊNCIA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO NÃO TÊM O TOTAL CUMPRIMENTO NA PARAÍBA

Nenhuma Prefeitura paraibana cumpre, integralmente, as determinações das Leis da Transparência e do Acesso à Informação. Numa escala de zero a dez, a nota máxima chega a 7,31 e é atribuída a uma única gestão pública: à do pequeno município de Tenório, localizado, com seus 2.813 habitantes, na microrregião do Seridó Oriental. A de João Pessoa tem nota 6 (oitava do ranking de 223 Prefeituras), enquanto a de Campina Grande recebe 3,82 (122ª posição).

Levantada pelo Tribunal de Contas do Estado ao cabo do exame de 223 processos decorrentes de inspeções especiais realizadas na primeira quinzena de agosto de 2014 para averiguação dos índices de transparência das gestões dos municípios, a situação foi apresentada, em setembro, no Auditório João Agripino Filho, com a participação dos organismos que compõem o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco).

O encontro foi aberto pelo conselheiro-presidente Fábio Nogueira, por cuja delegação o também conselheiro André Carlo Torres Pontes passou a coordenar as ações do Focco desde que a tarefa foi conferida ao comando temporário da Corte, em fevereiro passado. Na ocasião, a escolha de André Carlo recebia, em sessão plenária, a aprovação unânime de seus pares e, após isso, ele substituiu ao então coordenador do Focco Fábio Araújo, chefe da Controladoria Geral da União na Paraíba.

Também ouvidor do TCE, o conselheiro André Carlo fez ver aos participantes do encontro de setembro que dez Prefeituras paraibanas sequer dispunham de sites oficiais, razão pela qual era atribuída a seus gestores a nota zero. São, no caso, as de Alcantil, Curral de Cima, Natuba, Pilões, Princesa Isabel, Riachão do Bacamarte, Santo André, São José da Lagoa Tapada e Serra Redonda.

AValiação – A avaliação do TCE ao grau de transparência dos atos e gastos das Prefeituras decorreu de respostas a questões rela-



CONSELHEIRO ANDRÉ CARLO APRESENTA RELATÓRIO

cionadas à regulamentação em âmbito municipal da Lei do Acesso à Informação, à instalação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e à possibilidade do encaminhamento de pedidos ao mesmo SIC por meio eletrônico.

Em suas inspeções, os auditores do TCE também procuraram saber, entre outras coisas, se as Prefeituras mantinham site ou Portal de Transparência em funcionamento e se divulgavam, por tais meios, informações detalhadas sobre previsão de receita, despesa e formas de pagamento.

Nos municípios com população acima de 10 mil habitantes, os prefeitos ainda foram

- questionados sobre o oferecimento de respostas às dúvidas mais frequentes da sociedade.

Também, se dispunham à consulta popular informações concernentes a licitações (incluindo editais, resultados e contratos), se seus sites têm ferramenta de pesquisa, se possuem um “fale conosco” – providência destinada a facilitar a comunicação com o público – ou se os sites possibilitam a gravação de relatórios em formatos eletrônicos diversos (inclusive, abertos e proprietários), a exemplo de planilhas e textos, de modo a facilitar a análise de informações.

SANÇÕES – O conselheiro André Carlo Torres Pontes, então questionado sobre o assunto, respondeu que os casos de desrespeito à Lei da Transparência e à do Acesso à Informação teriam repercussões negativas quando do exame das prestações de contas anuais encaminhadas por prefeitos ao Tribunal de Contas do Estado.

Lembrou, além disso, que os gestores em questão também podem responder por isso aos organismos que compõem o Focco. “Temos, aqui, o resultado de um trabalho conjunto. Órgãos a exemplo do Ministério Público



TEMOS, AQUI, O
RESULTADO DE
UM TRABALHO
CONJUNTO, DE
ÓRGÃOS COMO:
TCE, MP, CGU, TCU

e da Controladoria Geral da União tratarão de punir responsáveis por descasos e desobediências. Cada um com suas atribuições. O Ministério Público já tem instaurado inquéritos e chamado gestores para a assinatura de termos de ajuste de conduta. Na área da CGU, os omissos podem ter dificuldade, por exemplo, em contratar empréstimos e financiamentos com o Governo Federal”, explicou.

Na abertura do encontro, o presidente do Tribunal de Contas falou da importância de levar à sociedade as avaliações dos Portais da Transparência mantidos pelas Prefeituras. “Este é o quinto levantamento dessa natureza e, neste caso, a Paraíba continua oferecendo um bom exemplo ao restante do País”, disse o conselheiro Fábio Nogueira.

Houve pronunciamentos, ainda, do chefe da CGU na Paraíba (Fábio Araújo) e dos representantes do Ministério Público (procurador Clístenes Holanda) e da Polícia Federal (superintendente Nivaldo Farias). Também falou, na ocasião, a procuradora geral do TCE Elvira Samara Pereira de Oliveira. Todos enaltecem os esforços conjunto do TCE e do Focco para o aprimoramento do controle externo dos gastos e atos públicos, a partir das consultas aos Portais da Transparência. **TC**



Dia Internacional contra a Corrupção

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS É APRESENTADO

Na avaliação realizada em novembro de 2014 pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, através da Coordenação de Operações e Atividades de Informações Estratégicas, divulgada pelo Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco-PB) no Dia Internacional Contra a Corrupção, 9 de dezembro, os melhores resultados de transparência pública na Paraíba, que determina a disponibilização em tempo real sobre a execução das atividades orçamentária e financeira de cada município, ficaram com as prefeituras de João Pessoa, Junco do Seridó, Maturéia e Campina Grande.

As avaliações dos sites e portais das prefeituras municipais ocorreram no período compreendido entre os dias 17 a 21 de novembro de 2014. O relatório foi apresentado pelo conselheiro, ouvidor do TCE-PB e coordenador do Focco-PB, André Carlo Torres Pontes.

As prefeituras de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Santa Rita tiveram os melhores resultados entre os municípios com população superior a 100 mil habitantes. Os portais das prefeituras Junco do Seridó e Maturéia, que têm população inferior a 10 mil habitantes, tiveram o melhor desempenho.

Em comparação com os relatórios anteriores houve uma mudança no quadro. Os registros mostraram que, em dezembro de 2013, eram 15 municípios sem sites e 37 com sites e sem portal, além de 171 municípios com site e com portal. Já em maio de 2014 foi constatado que 16 municípios não tinham site; 28 com site e sem portal, e 179 tinham site e portal. Já em agosto de 2014 um novo relatório apontava os seguintes dados: 10 municípios sem site; 48 com site e sem portal e 165 com site e portal. Nesse último relatório realizado em novembro de 2014, apenas 09 municípios não têm site, 15 contam com site, mas sem portal, e 204 municípios contam com site e portal.

Relatório também revelara os 11 municípios obtiveram os piores resultados: Cachoeira dos Índios, Santa Teresinha, Assunção, Riacho do Poço, Gado Bravo, Olho D' Água, Soledade, Borborema, Damião, Pitimbu e Vista Serrana. ▶





PASSEIO MOBILIZA CICLISTAS CONTRA A CORRUPÇÃO

- **PRESENCAS** – além do conselheiro do TCE, André Carlo Torres Pontes, ouvidor do TCE e coordenador do Focco-PB, e da procuradora geral do Ministério Público de Contas, Elvira Samara Pereira de Oliveira; o evento contou com a participação de Rainério Rodrigues Leite, secretário de controle externo do TCU na Paraíba (Secex-PB); Fábio da Silva Araújo, chefe da Controladoria Regional da União no Estado da Paraíba (CGU-PB); do coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Patrimônio Público (Caop do Patrimônio) do MPPB, promotor de Justiça Clístenes Holanda; do promotor Marinho Mendes; dos representantes da Secretaria de Estado da Educação, Flávio Romero; da prefeitura de Campina Grande, secretário de Obras André Agra; e da Prefeitura de João Pessoa, secretário da Transparência, Ronald Lins. **TC**

PROGRAMAÇÃO

O Dia Internacional contra a Corrupção começou a ser lembrado com um passeio ciclístico, com um percurso de 5,4 km, da Praça da Independência com destino ao Busco de Tamandaré, chamando a população a uma reflexão: “O que você tem a ver com a corrupção?”. A atividade aconteceu no dia 7 de dezembro.

No Dia 9 de dezembro, a programação aconteceu no plenário Ministro João Agripino Filho. Além da divulgação do relatório de avaliação da transparência pública, houve a divulgação do relatório anual do Focco-PB; a premiação aos classificados no 6º Concurso de Desenho e Redação da Controladoria-Geral da União sobre o tema “Acesso à informação: um direito de todos”; a premiação aos classificados no 1º Concurso de Redação da Campanha: “O que você tem a ver com a corrupção?”, promovido pela Secretaria de Estado da Educação e Ministério Público do Estado da Paraíba.

Uma palestra proferida pelo promotor de Justiça Marinho Mendes, que apresentou dados da corrupção, também, constou da programação. De acordo com ele, são desviados, por ano, R\$ 130 bilhões (dados da Fundação Getúlio Vargas), suficiente para construir 800 novos hospitais. “No mundo, a corrupção desvia R\$ 1,5 trilhão, de acordo com a ONU. Esse dinheiro daria para acabar com a miséria do mundo 10 vezes”, afirmou.



Várzeas de Sousa

TCE FEZ AUDITORIA OPERACIONAL NO MAIS IMPORTANTE PROJETO DE AGRICULTURA IRRIGADA DA PARAÍBA

O Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa (Pivas), até hoje o mais ambicioso projeto de desenvolvimento agrícola já implantado na Paraíba, sofreu Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do Estado, em abril de 2013, iniciativa da qual resultou um leque de importantes determinações, notadamente, ao principal gestor, o Governo Estadual.

Denúncias de furtos d'água, mau planejamento, bacia e canal assoreados, além da ocupação clandestina de glebas foram alguns dos fatos comprovados pela equipe de auditores coordenada pelo conselheiro Fernando Catão, ao cabo de visita de quase uma semana ao local.

A inspeção havia sido anteriormente aprovada em sessão plenária do TCE para identificar os entraves à total implantação do Pivas, área de assentamento onde atuam três grandes empresas e 178 famílias de pequenos agricultores.

Passados cerca de 15 anos desde sua concepção, a um custo para os cofres públicos superior a R\$ 1,5 bilhão, o Pivas ainda tem somente metade de seus 4.376 hectares ocupados com resultados apenas equivalentes a 25% de sua capacidade produtiva.

“Nosso propósito era conhecer o papel e a participação de cada organismo responsável pela condução de um projeto com sobrevivência ameaçada por problemas de toda ordem, apesar de extremamente custoso à sociedade. São problemas que, sem o devido tratamento, podem fazer deste mais um investimento público morto no Estado”, lembra o conselheiro Catão.

Ele e três auditores do Tribunal percorreram trechos do canal que transporta água do Açude de Coremas até as Várzeas de Sousa (a uma distância de 37 quilômetros), ouviram representantes das empresas âncoras, dos pequenos irrigantes e dos organismos federais e estaduais envolvidos com o Pivas.

DIRCEU TORTORELLO



Não deixaram de também ser ouvidos, na ocasião, os prefeitos de Sousa e Aparecida, as duas cidades situadas na área do perímetro irrigado e, portanto, diretamente alcançadas por benefícios ou perdas, conforme se faça o êxito ou insucesso do projeto concebido para a redenção social e econômica de larga faixa da população sertaneja.

Dessas audiências participaria, ainda, Rogério Paganelli, representante da Projotec, empresa então contratada pelo Governo do Estado para orientação e acompanhamento dos 178 irrigantes por um período de dois anos, prazo previsto para a autogestão do Pivas. A Secretaria de Estado de Recursos Hídricos, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, a do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca e, também, a da Infra-Estrutura, além da Agência Estadual das Águas (Aesa), se faziam representar, igualmente, por engenheiros e agrônomos.

INSUFICIÊNCIA – Preliminarmente, verificou-se que tanto as grandes fazendas quanto os pequenos agricultores sofriam com a falta d'água para seus cultivos, problema decorrente da falta de manutenção do canal e, não menos, do desvio irregular e abusivo de água por parte de fazendeiros e sitiantes, ao longo do eixo com 37 quilômetros de extensão.

Do outro lado, à margem direita da Rodovia BR-230, no sentido Litoral/Interior, constatava-se que a ocupação de glebas por famílias de agricultores sem terras vinha se arrastando à eternidade sem providências do Incra, ▀

- instituição diretamente responsável pela solução desse conflito.

Catão e os técnicos do TCE também ouviram que a água representava problema não somente quando ali faltava (por bombeamento insuficiente, notadamente nos períodos secos), mas, ainda, quando inundava plantações (nos meses chuvosos) dado o assoreamento do Rio Piranhas, que corta a região, fazendo com que a drenagem funcionasse de forma inversa.

Este fato ainda gera grande preocupação dos irrigantes ante o impacto das obras de transposição do Rio São Francisco. Todos temem danos insanáveis ao perímetro, caso não ocorra o estudo e a solução prévia do problema.

“Conhecer questões como essas, identificar os responsáveis, contribuir para a solução dos conflitos de competência resultantes da profusão dos órgãos públicos que ali atuam e recomendar providências necessárias ao êxito desse projeto de tão grande importância social e econômica é dever do Tribunal de Contas”, observava o conselheiro.

O presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, por seu turno, dispunha-se a estimular esse gênero de auditoria por entender que sempre dirá respeito à qualidade dos serviços realizados com recursos governamentais. A eficiência administrativa, a seu ver, faz-se, nesses casos, tão necessária quanto a correção fiscal e contábil das receitas e despesas públicas.

Distante de sua maior vocação, o Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa acumulou, um mês antes, vendas de R\$ 10.235.547,00, a maior parte (R\$ 6.316.068,00) resultante da comercialização de coco, fruta ali cultivada em 590 hectares. A banana, em área consorciada com o coco, somou R\$ 658 mil no mesmo período. É a fruta com o segundo maior cultivo pelos pequenos irrigantes.

No Pivas, 170,85 hectares servem, em duas grandes fazendas, ao cultivo de sorgo e milho destinados a um programa de ração animal com subsídios governamentais. O sorgo ocupou, no citado período, 65,11 hectares irrigados e teve venda da ordem de R\$ 3,1 milhões. O milho rendeu pouco mais de R\$ 131 mil. ►





PIVAS TEVE A LICITAÇÃO DE LOTES SUSPENSA PELO TCE

O relatório da inspeção decorrente da Auditoria Operacional nas Várzeas de Sousa foi aprovado na sessão plenária que o TCE realizou em 10 de julho de 2013, com um resultado imediato: a expedição de medida cautelar suspendendo toda e qualquer iniciativa para a licitação de lotes remanescentes do Perímetro Irrigado até o cumprimento de ajustes estabelecidos em um Pacto de Adequação de Conduta Técnico-Operacional que seria firmado com o Governo do Estado.

Ao final da leitura do documento, o que foi feito com exposição de quadros numéricos e de fotografias num telão, o relator Fernando Catão obteve de seus pares a aprovação unânime para o encaminhamento de uma série de recomendações ao governador Ricardo Coutinho.

Foram elas: 1) Coibir e eliminar os pontos de desvio clandestino de água ao longo do canal adutor; 2) Apresentar estudo demonstrativo da compatibilidade entre o uso atual e o volume regularizado do canal, garantindo, prioritariamente, a vazão estabelecida nos termos dos contratos referentes aos lotes já licitados e aqueles ocupados regularmente pelos pequenos irrigantes.

Também, 3) Providenciar as manutenções necessárias tanto ao longo do canal quanto das áreas internas do Pivas para, só assim, em seguida, transferir tais responsabilidades (manutenção e conservação) aos irrigantes; 4) Sustar toda e qualquer ação que tenha por objetivo a licitação dos lotes remanescentes, ainda não licitados, até que os conflitos existentes sejam devidamente solucionados, notadamente os que dizem respeito ao uso indevido de água e às ocupações irregulares de lotes.

Ainda, 5) Monitorar, controlar e vedar a expansão de áreas irrigadas com as águas clandestinamente desviadas; 6) Empreender ação no

sentido de, no menor espaço de tempo, fazer funcionar o modelo de gestão estabelecido no projeto inicial, repassando aos irrigantes a responsabilidade pela conservação, manutenção e operação do Distrito, inclusive seus custos; 7) Apresentar licença ambiental de instalação e operação do projeto; 8) Fornecer, em definitivo, a titularidade das terras dos pequenos irrigantes, desde que estejam em dia com suas obrigações, revertendo ao Estado aquelas nas quais os proprietários não estejam cumprindo as regras estabelecidas.

E mais: 9) Tomar imediatas providências, junto à Agência Nacional de Águas, no sentido de regularizar a concessão do termo de outorga para o uso do Sistema Coremas/Mãe d'Água; 10) Delimitar, por instrumento legal, as competências, os deveres e as responsabilidades dos diversos órgãos estaduais que, de forma direta ou indireta, tenham atuação no projeto; 11) Promover estudos para avaliar os impactos da Transposição de águas do São Francisco, no seu Eixo-Norte, sobre as Várzeas de Sousa, notadamente aqueles referentes ao transbordamento do Rio Piranhas; 12) Tomar conhecimento da Decisão 143/2001, adotada pelo Tribunal de Contas da União e relatórios constantes dos autos do Processo TC nº 008.031/2000-3, porquanto muitas as observações e questionamentos ao projeto ainda se encontram presentes; 13) Fazer gestões junto ao Dnocs para tomada de providências imediatas no sentido de eliminar pontos de vazamento na adutora.

O Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério Público Estadual e o Federal e os prefeitos de Sousa e Aparecida também eram informados do resultado dessa Auditoria Operacional. Ao Inbra o TCE solicitará apresentação do projeto de ocupação da área que lhe foi reservada para o assentamento de agricultores. **TC**

TCE-PB participa de 'Pacto pela Governança'

O conselheiro Fábio Nogueira, presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, participou do 'Pacto pela Boa Governança: Um Retrato do Brasil'. O evento foi promovido pelo Tribunal de Contas da União, no Museu Nacional de Brasília, em novembro, com a parceria dos demais TCs brasileiros, para a apresentação de um diagnóstico sobre as principais demandas da sociedade nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, previdência social e segurança pública.

O conselheiro Fábio Nogueira considera que este é um momento ímpar para o Brasil já que os governantes iniciarão seus mandatos sabendo, exatamente, onde deverão priorizar ações. "É uma colaboração sem precedentes, que se oferece à gestão pública e mais um passo empreendido pelos Tribunais de Contas

dentro do propósito da pedagogia e da orientação para a boa governança", salientou.

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou ao presidente da República em exercício, Michel Temer, e aos governadores eleitos, documento com diagnóstico sobre importantes temas do País, como saúde, educação, previdência social, segurança pública e infraestrutura.

O objetivo é contribuir para a superação de conhecidos problemas em áreas críticas enfrentadas pelos governantes e pela sociedade, ao se explicitarem, em relatórios individualizados, o resultado de diversas auditorias realizadas pelo TCU e pelos tribunais de contas estaduais nos temas discutidos. Busca-se, assim, uma otimização da utilização dos recursos públicos e a disseminação de boas práticas de governança pública.



TCU FEZ MAPEAMENTO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS

SAÚDE – Um dos problemas relatados pelo TCU foi deficiência na gestão de recursos humanos e materiais, como déficit de pessoal, falta de estimativa adequada de aquisição de medicamentos e insumos e insuficiência de instrumentos de gestão e controle. Além disso, foram identificadas falhas na regulação dos preços de medicamentos, como aquisição por preços acima dos valores máximos fixados e não aplicação de descontos legais obrigatórios. Por último,

o tribunal relatou haver forte desigualdade na prestação de serviços, tanto na comparação do modelo público com o privado, quanto dentro do SUS, quando comparadas as regiões do país.

Segurança pública – A primeira falha apresentada pelo tribunal foi fragilidade da Política Nacional de Segurança Pública, devida à inexistência de documento ou normativo único que estabeleça formalmente o conjunto de princípios, diretrizes e objetivos para a segurança

► pública do País, lacuna que fragiliza a atuação sistêmica de combate à criminalidade por parte dos entes federativos. O segundo ponto relatado nesse tema foi a vulnerabilidade da fronteira brasileira, onde há dificuldade de integração entre as atribuições dos órgãos federais e estaduais. Por fim, o TCU verificou a dificuldade de integração entre os órgãos de segurança, a exemplo das secretarias estaduais de segurança pública, em que 28% não compartilham informações com outros órgãos de seu próprio estado (por exemplo, as polícias) e 68% não o fazem com os estados vizinhos.

PREVIDÊNCIA SOCIAL – Uma das fragilidades verificadas pelo TCU foi a insustentabilidade do regime geral de previdência social, influenciada pelo grande volume de renúncias previdenciárias implementadas que, se não forem rigorosamente calculadas, poderão desequilibrar a sustentabilidade do regime. O segundo ponto apresentado nessa área foi a ausência de registro dos passivos atuariais dos regimes da previdência social no Balanço Geral da União (BGU) devida à falta de transparência sobre o déficit atuarial do regime geral. Por último, o tribunal verificou risco de descontinuidade da operação do INSS pelo fato de que 26% do atual efetivo de servidores da autarquia possui condições de aposentar-se imediatamente, chegando a 46% até 2017, em áreas de análise e concessão dos benefícios.

EDUCAÇÃO – a primeira fragilidade apresentada foram deficiências no aparelhamento da rede pública de educação infantil, relacionadas ao atraso no repasse de recursos da União para as unidades do Proinfância, situação verificada em metade dos convênios nos quais as obras atingiram o percentual de 80% de execução física. Também foram verificadas inadequação do projeto arquitetônico às diversidades regionais, insuficiência de apoio pedagógico e falta de utilização ou utilização inadequada dos espaços planejados. Ainda nesse tema, o TCU verificou falta de definição de padrões mínimos de qualidade para o ensino médio e evasão na educação profissional.



CONSELHEIRO FÁBIO NOGUEIRA COM CONSELHEIRO DO TCE-SP SIDINEY ESTANISLAU E O SENADOR ALUYSIO NUNES

INFRAESTRUTURA – o TCU identificou planejamento deficiente e baixa qualidade dos projetos de infraestrutura, caracterizados por projetos básicos ou executivos deficientes. Também foi apresentada deficiência na governança das agências reguladoras, como alta vacância de cargos nos conselhos e nas diretorias, impossibilitando a tomada de decisão, devido aos quóruns mínimos necessários. Um terceiro problema foi a inadequação do escoamento da safra agrícola brasileira, devido à interiorização da produção e ao maior distanciamento das áreas produtivas em relação aos centros consumidores do País e aos principais portos exportadores. Por último, foram apresentados atrasos e descompassos na implantação dos empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica.

Ao Governo da Paraíba, o TCE-PB entregou um relatório com recomendações, cujo conteúdo está disponível no website do TCU <http://portal.tcu.gov.br/retratodobrasil/> 



PACTO PELA
BOA GOVERNANÇA

UM RETRATO DO BRASIL



Outubro Rosa e Novembro Azul

TCE ADERE A CAMPANHAS DE ALERTA SOBRE IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA E DE PRÓSTATA

O Tribunal de Contas da Paraíba aderiu ao movimento mundial Outubro Rosa. A fachada do edifício sede adota a cor oficial do evento, durante todo o mês, em sinal de união com outras instituições e entidades, para estimular a participação da população na luta contra o câncer de mama. A iniciativa também busca a sensibilização do poder público sobre a importância de dar atenção adequada à doença.

Em 2013, o Tribunal de Contas inclui na programação uma palestra intitulada 'O Cuidado Cura', proferida pela médica mastologista Joana

Marisa de Barros, integrante da ONG Amigas do Peito. A abertura do evento foi feita pelo conselheiro Umberto Silveira Porto, que reforçou a importância do movimento Outubro Rosa para a detecção precoce de câncer de mama.

Em 2014, além da programação de praxe, o Tribunal de Contas da Paraíba inovou com a 'Caminhada rumo à prevenção do câncer de mama', que foi encerrada com um bate-papo com a médica mastologista Joana Marisa, integrante da ONG Amigas do Peito e da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

O Movimento Outubro Rosa foi criado em 1997 nos Estados Unidos e atualmente é comemorado em todo o mundo. A marca principal do Outubro Rosa é a iluminação de monumentos históricos com a cor rosa. Em vários países, locais famosos recebem a cor da campanha, como a Torre de Pisa, na Itália, e o Arco do Triunfo, na França. No Brasil, são iluminados monumentos como o Cristo Redentor e o Congresso Nacional. TC

NOVEMBRO AZUL

CAMPANHA CONSCIENTIZA SOBRE O CÂNCER DE PRÓSTATA

Assim como faz no mês de outubro em relação ao câncer de mama, o Tribunal de Contas da Paraíba está integrado ao Novembro Azul, mês mundial de combate ao câncer de próstata, o mais frequente no sexo masculino, com estatísticas que apontam um, em cada seis homens, como portador da doença.

A cor rosa dos laços de fita, da fachada do edifício sede, do portal e da rede interna de computador, que identifica a campanha Outubro Rosa é substituída, no mês de novembro, pelo azul, com o intuito de conscientizar a população masculina sobre a doença, visando a diminuição da taxa de mortalidade em decorrência do câncer de próstata.



TCE reedita **'AUTO DE NATAL'** EVENTO TROUXE EMOÇÃO AOS PRESENTES

O 'Auto de Natal' do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba integra o calendário de eventos e o programa de interatividade entre os servidores da Corte. A encenação narrativa do nascimento de Jesus Cristo acontece, anualmente, em um palco instalado no pátio interno do TCE.

A encenação do 'Auto de Natal' é precedida por uma apresentação da Orquestra Sinfônica Infantil, com a participação especial do Coral de Servidores do TCE, que vem se apresentan-

do em diversos Encontro de Corais dos TCs pelo país afora.

O grupo de teatro que encena o 'Auto de Natal' é formado pelos servidores do TCE: Carlos Barreto, Conceição Silva, F. Souza, Josivaldo Santiago, Terezinha Lezieux e Tiago Bezerra; com direção de Alessandro Tcche. Em 2013 o grupo recebeu o ator convidado Davi Macedo Franca. Durante o espetáculo, o Coral do TCE executa as canções, que compõem da trilha sonora. **TC**



Recomposição do quadro

NOMEADOS NOVOS PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

A recomposição do Ministério Público de Contas, compromisso assumido pelo conselheiro Fábio Nogueira, em 11 de janeiro de 2013, data de sua posse no cargo de presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, está a um passo de ser concretizada. No dia 17 de dezembro de 2014 foram nomeados os três novos membros do órgão ministerial, aprovados em concurso público, cujo edital foi lançado em setembro de 2013.

No ato da entrega das portarias de nomeação, o conselheiro Fábio Nogueira destacou que aquele era um momento ímpar, motivo de alegria e honra, por configurar um passo decisivo para a integralidade do Ministério Público de Contas, então com quatro procuradores. Em ordem de classificação, comporão o novo Parquet Luciano Andrade Farias, cuja portaria foi recebida pela mãe, Valdiria Andrade; Manoel Antônio dos Santos Neto; e Bradson Tibério Luna Camelo.

Com base no currículo e comprovada capacitação dos aprovados, o conselheiro Fábio Nogueira salientou que são profissionais que, ao se somarem aos eminentes juristas que já integram o Ministério Público de Contas, reforçarão o relevante trabalho prestado à sociedade paraibana. O órgão ministerial é, até então, composto: Elvira Samara Pereira de Oliveira, procuradora-geral; Sheyla Barreto Braga de Queiroz – Subprocuradora geral, 1ª Câmara; Isabella Barbosa Marinho Falcão, subprocuradora geral, 2ª Câmara; e Marcílio Toscano Franca Filho.



VALDIRIA ANDRADE RECEBE PORTARIA PELO FILHO LUCIANO

Coube à procuradora-geral, Elvira Samara Pereira de Oliveira, consignar agradecimento pela celeridade na realização do concurso, momento em que rendeu homenagem ao conselheiro Fábio Nogueira, “pela colaboração e lúcida compreensão de que a recomposição do quadro de procuradores do Ministério Público de Contas em muito contribui para o atendimento dos mais caros interesses públicos”. Ela estendeu agradecimentos ao conselheiro Fernando Catão, que iniciou o processo.

O concurso foi coordenado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe-UNB) e acompanhado por uma comissão, sob a presidência da procuradora Isabella Barbosa Marinho Falcão, formada pelo conselheiro Nominando Diniz; auditor Antônio Gomes; João Arlindo, integrante do Ministério Público estadual; e Nildo Nunes, representante da OAB-PB. A secretaria dos trabalhos coube a André Luiz de Almeida Pereira. **TC**

NOMEAÇÃO



BRADSON CAMELO AO LADO DA FAMÍLIA



MANOEL NETO RECEBE CUMPRIMENTOS

Ministério Público de Contas tem ambiente reformado

MOBILIÁRIO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES EXIGIRAM INVESTIMENTO DA ORDEM DE R\$ 500 MIL

Intervenções da ordem de R\$ 500 mil beneficiaram as instalações do Ministério Público de Contas, no transcurso do exercício de 2014. Os trabalhos envolveram cuidados com a impermeabilização do teto, pintura e reequipamento dos gabinetes.

Nenhum deles ficou sem as providências que incluíram, notadamente, a aquisição e repasse de mobiliário novo, aspecto da reforma que exigiu a maior parte dos investimentos.

O Tribunal há muito conhecido pelos demais órgãos do Sistema de Controle Externo brasileiro como exemplo de eficiência, agilidade e modernidade também abriga a sede do Ministério Público equipada, igualmente, para bem servir ao conjunto talentoso e eficiente de procuradores.

Houve uma entrega simbólica do ambiente, na presença dos três novos procuradores, nomeados pelo conselheiro Fábio Nogueira no dia 17 de dezembro de 2014, e de familiares dos mesmos. A procuradora-geral Elvira Samara novamente agradeceu ao conselheiro Fábio Nogueira “pela atitude generosa e respeitosa”, com que tem distinguido o Parquet. [TC](#)

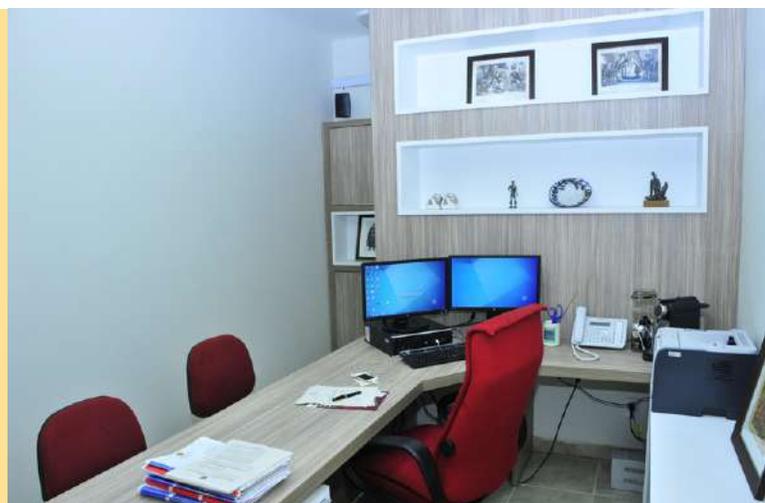


ATO SIMBÓLICO DE ENTREGA DO NOVO AMBIENTE



GABINETES PARA OS NOVOS PROCURADORES TAMBÉM FORAM ADAPTADOS

Foram promovidas intervenções e reformas que resultaram na adaptação e ambientação do espaço do Ministério Público de Contas. A ampliação possibilitou a instalação de três novos gabinetes, que aguardam a chegada dos três novos membros do órgão ministerial.





Volume de processos examinados é expressivo

O Tribunal de Contas da Paraíba analisou, no biênio 2013-2014, o total de 21.101 processos, sendo 8.200 no primeiro exercício e 12.901 no segundo.

Nas 128 sessões realizadas em 2013, o Tribunal Pleno julgou 991 processos; a Primeira Câmara, 3.750; e a Segunda, 3.459.

Em 2014 foram 143 sessões, cabendo ao Tribunal Pleno a apreciação de 697 autos. As Câmaras Deliberativas - Primeira e Segunda Câmaras - apreciaram, respectivamente, 6.608 e 5.596 processos.

No biênio o TCE examinou 404 prestações de

contas de Prefeitos e Ex-Prefeitos (223 em 2013 e 181 em 2014). Apreciou, ainda, 416 balanços anuais de Câmaras de Vereadores, sendo 227 no primeiro e 189 no segundo exercício.

Durante o período ainda foram analisados, dentre outros processos, 15.742 atos de pessoal, dos quais 5.305 no ano de 2013 e 10.437 em 2014, um recorde em processos desta natureza.

OUIDORIA - no biênio o TCE-PB recebeu 1.171 demandas, sendo 401 denúncias, 277 pedidos de acesso à informação, 113 solicitações diversas e 380 emails.

TCE-PB PREPARA SISTEMA ELETRÔNICO PARA FISCALIZAR CONCURSOS PÚBLICOS

O Tribunal de Contas da Paraíba desenvolve mais uma ferramenta de controle social o 'Mural dos Concursos Públicos', que estará acessível, no início de 2015, no portal <http://portal.tce.pb.gov.br/>.

A concepção do sistema de fiscalização foi recomendada pelo presidente do TCE, conselheiro Fábio Nogueira, e será mais uma que se soma a outros instrumentos de efetivação do controle externo.

A utilização do sistema eletrônico tem sustentação legal na Resolução Normativa RN TC 05/2014, de 17 de dezembro de 2014. Os dados fornecidos ao TCE-PB são de inteira responsabilidade do gestor público e passarão a integrar o 'Mural dos Concursos Públicos', que possibilitará ao cidadão o acompanhamento do certame, desde a contratação da empresa que o coordenará.

A partir de então, os gestores estão obrigados a encaminhar eletronicamente os dados dos concur-

sos públicos, mesmo os que já tenham sido homologados, a partir do dia 1º de junho de 2012. Antes da adoção da norma, as informações eram fornecidas por meio físico, o que ocorria somente após a admissão dos classificados.

A partir dessa nova sistemática de obtenção das informações, o Tribunal de Contas da Paraíba aperfeiçoa e aumenta a possibilidade de efetivação do controle externo. É o que espera o conselheiro Fábio Nogueira, também, responsável pela criação de uma ferramenta com função idêntica o 'Mural das Licitações'.

A formatação do Sistema Eletrônico de Concurso Público, assim como o 'Mural dos Concursos Públicos' é resultado do trabalho dos auditores de contas públicas Fabiana Luzia de Miranda, Fábio Lucas e Janaina Militão, sob a coordenação da Assessoria Técnica (Astec) do TCE-PB, chefiada por Ed Wilson Santana. **TC**

Distrito Integrado de Segurança Pública é entregue à sociedade

CONSTRUÍDO E EQUIPADO PELO TCE, EQUIPAMENTO CONFIRMA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CORTE DE CONTAS

O Distrito Integrado de Segurança Pública, um equipamento contíguo ao complexo Centro Cultural Ariano Suassuna, construído pelo Tribunal de Contas da Paraíba, foi entregue oficialmente à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - DISP. O ato de formalização da cessão de uso do prédio, além de equipamentos mobiliários e de informática, foi conduzido pelo presidente do TCE-PB, conselheiro Fábio Nogueira.

Na ocasião, o conselheiro Fábio Nogueira ressaltou que o controle externo vem ultrapassando o papel formal de fiscalizador da conformidade para adentrar no exercício pedagógico e auxiliar da gestão pública, que reflete na boa governança. Isso, de acordo com ele, explica o gesto de responsabilidade social, que se inclui nesse propósito de valorização da cidadania, do qual resultou a construção do DISP.

O conselheiro Fábio Nogueira disse que a segurança pública é uma área sensível, que domina a preocupação da sociedade mundial, em razão do elevado índice de demandas que centraliza. Em razão disto, a destinação do espaço, inicialmente pensado para atender a Assessoria Militar da própria Corte, mudou de concepção.

O presidente Fábio Nogueira explicou que um estudo das dimensões da área revelou que ela comportaria uma construção que pudesse ter o seu valor social redimensionado e a sua capacidade de atendimento expandida.

O secretário adjunto da Segurança e da Defesa Social, Jean Bezerra Nunes, disse que a construção do DISP é mais uma entre as ações que fizeram a gestão do conselheiro Fábio Nogueira “grandiosa” e que o equipamento, em razão do atendimento aos padrões estabelecidos, além de atender a uma necessidade da cidadania, é um excelente ambiente de trabalho para os servidores e policiais que nele trabalharão.

O comandante geral da Polícia Militar, coronel Euler Chaves, disse que o conselheiro Fábio Nogueira, com seu exemplo, convence de que é possível tratar a segurança pública como “responsabilidade social”.

O Distrito Integrado de Segurança Pública – 5º



DISP cedido à Secretaria da Segurança e da Defesa Social, possui estrutura física semelhante aos já existentes, com capacidade para acomodar e atender as funções dos diversos segmentos policiais: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil.

São espaços como: recepção; sala de apoio psicossocial; sala de plantão de polícia militar e de bombeiros; delegacia; sala de plantão de polícia civil; sala de interrogatório; sala de reconhecimento; salas de custódia; entre outros que ocupam uma área construída de 220 metros quadrados.

PRESENCAS – estiveram presentes ao ato solene o secretário adjunto da Segurança e da Defesa Social, Jean Bezerra Nunes (o secretário Cláudio Coelho Lima, se ausentou em função do falecimento de sua mãe); o comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Jair Carneiro de Barros; o inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Eder Romeu; dos oficiais da PM Denis da Silva Meira; e Almeida Rosas; e dos delegados da Polícia Civil, Lívio Delgado; e Isaias Gualberto.

Compareceram, também, a procuradora geral do Ministério Público de Contas, Elvira Samara Pereira; os conselheiros Umberto Silveira Porto, André Carlo Torres Pontes, Fernando Rodrigues Catão; Arnóbio Alves Viana e o conselheiro substituto Antônio Gomes.

Reforma do Plenário inclui aposição de cunho do Ministro João Agripino

INTERVENÇÕES FAVORECERAM OS SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

O Tribunal de Contas da Paraíba, inscrito na vanguarda do sistema de controle externo brasileiro, oferece uma boa mostra de sua modernidade logo aos que ingressam no Plenário Ministro João Agripino Filho, ambiente onde ocorrem, na defesa do patrimônio e dos recursos da sociedade, os julgamentos semanais das contas e atos dos gestores públicos paraibanos.

Ali, o que já era bom ficou melhor. O rebaixamento do teto – providência incluída no pacote de reformas – favoreceu os já existentes sistemas de refrigeração, sonorização e iluminação, onde também houve novos investimentos.

Um amplo e impressionante painel de madeira, com certificação de manejo ambiental, reveste toda a parede por trás da bancada onde os relatores de processos e representante do Ministério Público tomam assento.

Todo esse fundo ressalta a concepção do

artista plástico Aluísio Silva: um cunho dourado do ex-governador João Agripino Filho que dá nome ao recinto e em cuja administração foi o Tribunal de Contas implantado nos idos de 1971.

O conjunto de reformas, que teve o traço do arquiteto Expedito Arruda, completa-se com uma ampla Sala de Apoio, com investimentos que superaram os R\$ 100 mil. Tudo foi pensado para a boa acolhida não somente aos julgadores, procuradores e advogados de defesa (necessitados de um bom ambiente e boas condições de trabalho), mas, ainda, ao público que a cada dia se faz mais presente às sessões plenárias, embora todos possam acompanhá-las de suas casas ou gabinetes, via internet.

É de se ressaltar o fato de que a maior parte dessa plateia compõe-se de estudantes de Direito, Administração ou Contabilidade costumeiramente conduzidos à Sala de Sessões e demais dependências do Tribunal por seus professores. Além dos ritos processuais, eles se interessam por conhecer ferramentas dispostas ao controle social, a exemplo do Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos (Tramita) e do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres). **TC**

MODERNIZAÇÃO

ANTES

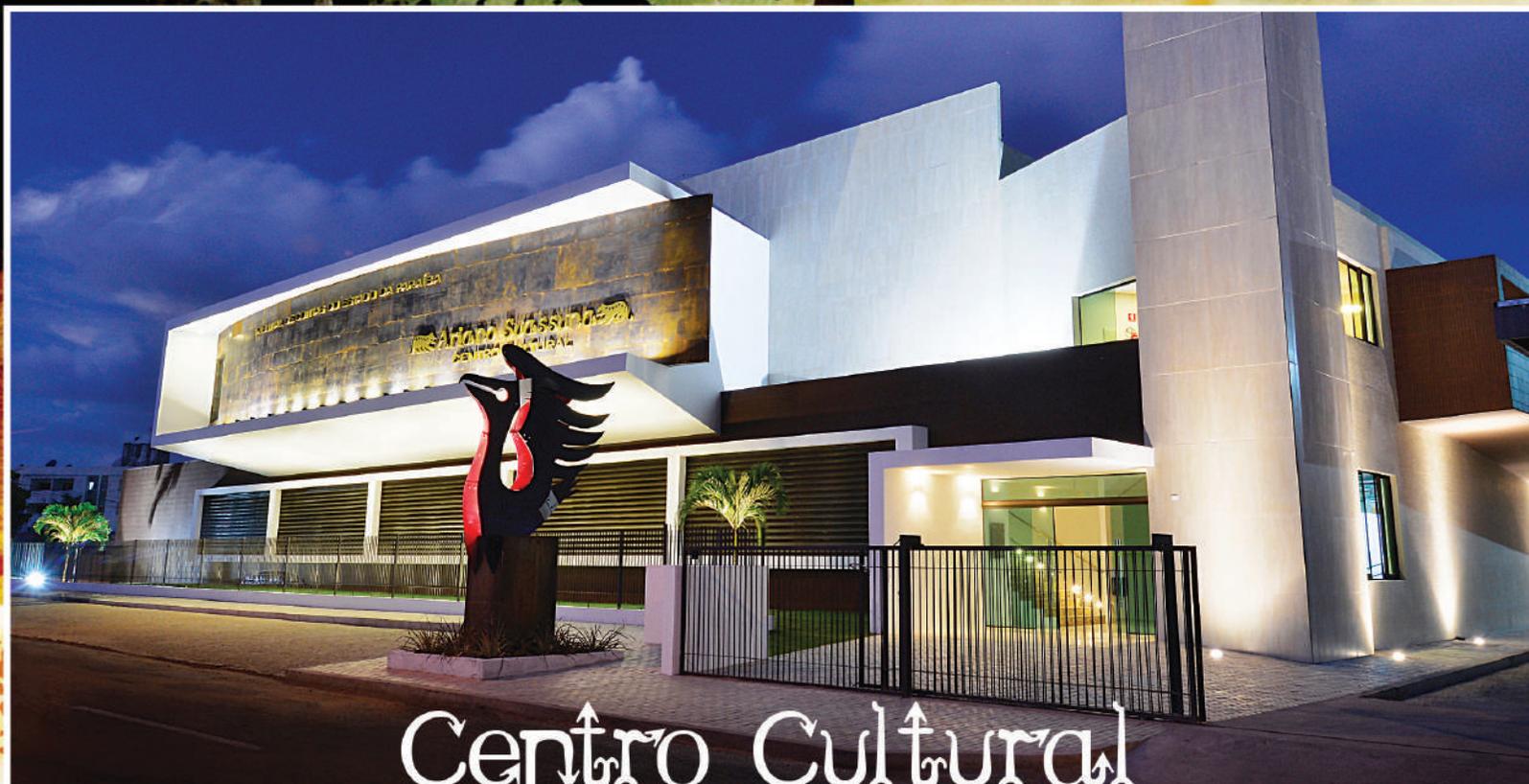


DEPOIS



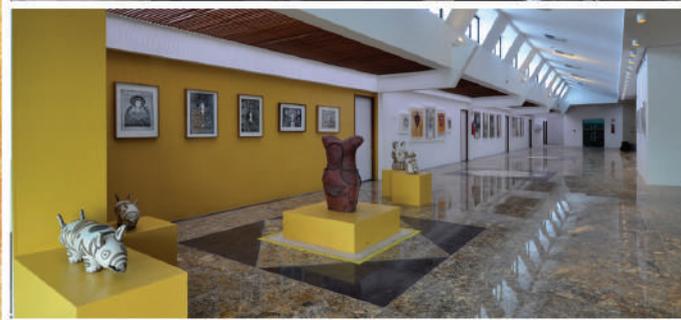
*“Esta é uma obra singular e desafiadora.
Tem a firmeza do aço e a brandura de um sonho”.*
Conselheiro Fábio Nogueira





Centro Cultural

Ariano Suassuna



A Cidadania tem lugar



“Sou a favor da internacionalização da cultura, mas não acabando as peculiaridades locais e nacionais
Ariano Suassuna